

**Universidade Federal de Campina Grande
Centro de Humanidades
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais**

**Hierarquia, Disciplina e Resistência no
cotidiano da caserna -
Uma incursão ao 31º Batalhão de Infantaria Motorizado**

MOAB BATISTA DE LUCENA

Campina Grande/PB
2007

Hierarquia, Disciplina e Resistência no cotidiano da caserna

Uma incursão ao 31º Batalhão de Infantaria Motorizado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba/Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Lemuel Dourado Guerra Sobrinho

Campina Grande/PB
2007

L935h

Lucena, Moab Batista de.

Hierarquia, disciplina e resistência no cotidiano da caserna: uma incursão ao 31º Batalhão de Infantaria Motorizado / Moab Batista de Lucena. – Campina Grande, 2021.

208 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2021.

“Orientação: Prof. Dr. Lemuel Dourado Guerra Sobrinho”.

Referências.

1. Militares – Hierarquia e Disciplina. 2. Caserna. 3. Resistência – Poder Institucional. 4. Transgressão – Cotidiano Militar. 5. Sociologia da Guerra. I Guerra Sobrinho, Lemuel Dourado. II. Título.

CDU 355.12(043)

MOAB BATISTA DE LUCENA

HIERARQUIA, DISCIPLINA E RESISTÊNCIA NO COTIDIANO DA CASERNA: uma incursão
ao 31º Batalhão de Infantaria Motorizado.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, pertencente à linha de pesquisa Cultura e Identidades e área de concentração Sociologia, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovado em 20/12/2007.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr Lemuel Dourado Guerra Sobrinho – UFCG
Orientador

Prof. Dra Mércia Rejane Rangel Batista – UFCG
Membro Interno

Prof. Dr Alípio de Sousa Filho – UFRN
Membro Externo


Ata da 192ª Sessão Pública de defesa de Dissertação de Mestrado do aluno Moab Batista de Lucena do Programa de Pós-Graduação em Sociologia.


Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e sete, às 09:00 horas, na Sala Prof. Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de Souza – UFCG/Campus I, reuniu-se, na forma e termos dos artigos 62 a 65 do Regulamento Geral dos Cursos e Programas de Pós-Graduação "Stricto Sensu" da UFPB, anexo à Resolução CONSEPE 12/00, a Banca Examinadora, composta pelos professores Dr. Lemuel Dourado Guerra Sobrinho – PPGCS/UFCG-Campus I, na qualidade de Orientador e Presidente, Dr. Alípio de Sousa Filho – UFRN e Dra. Mércia Rejane Rangel Batista – PPGCS/UFCG-Campus I, na qualidade de Membros Titulares, para julgamento da dissertação de mestrado do aluno Moab Batista de Lucena, intitulada "Hierarquia, Disciplina e Resistência no Cotidiano da Caserna: uma incursão ao 31º Batalhão de Infantaria Motorizado". A sessão pública foi aberta pelo Professor Dr. Lemuel Dourado Guerra Sobrinho, orientador do aluno. Após a apresentação dos integrantes da Banca Examinadora, o candidato iniciou a exposição do seu trabalho sendo este seguido das arguições dos examinadores. O Professor Dr. Lemuel Dourado Guerra Sobrinho convidou o Professor Dr. Alípio de Sousa Filho para iniciar a arguição e a Professora Dra. Mércia Rejane Rangel Batista prosseguiu com as arguições. Em seguida, a banca examinadora solicitou a retirada da Assembléia para, em sessão secreta, avaliar o candidato. Após análise da Banca Examinadora foi atribuído o conceito APROVADO com nota 8.5, conforme os artigos 62 a 65 do anexo à Resolução 12/00. Nada mais havendo a tratar eu, Rinaldo Rodrigues da Silva, Secretário, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, assino juntamente com os demais membros da Banca Examinadora.

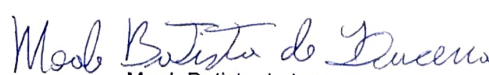
Campina Grande, 20 de dezembro de 2007


Rinaldo Rodrigues da Silva
Secretário Acadêmico


Lemuel Dourado Guerra Sobrinho
Orientador


Alípio de Sousa Filho
Membro Titular


Mércia Rejane Rangel Batista
Membro Titular


Moab Batista de Lucena
Aluno

O SILÊNCIO DA NOITE É QUE TEM SIDO TESTEMUNHA DAS MINHAS AMARGURAS

Procuro entreter meu pensamento;
E não encontro pra o lema uma resposta.
As idéias sucumbem na fonte morta,
Inexplicando o próprio nascimento.
A noite fria não me traz contentamento;
Revejo vultos, quimeras em arquiteturas.
Num quadro trágico de feias criaturas,
Vou-me encontrando sem ser esclarecido.
O silêncio da noite é que tem sido
Testemunha das minhas amarguras.

Quando criança eu sonhava em ser adulto,
Pra me tornar herói da fantasia.
Hoje no mar da amarga nostalgia,
Sou marinheiro na rota do oculto;
Da esperança, um exilado, um luto;
Uma galeria com sombras sem pinturas;
Andarilho das Campinas mais escuras;
Caleidoscópio de um reflexo oprimido.
O silêncio da noite e que tem sido
Testemunha das minhas amarguras.

Sequer, a brisa vagabunda me visita,
A madrugada parece se eternizar...
Nenhuma folha no coqueiro a balançar,
Amordaçando a paisagem que limita.
A razão morta é a lembrança mais aflita
Produz idéias indevidas, inseguras;
Faz-me fonte de perenes desventuras!
Afluente de um mundo enlouquecido.
O silêncio da noite é que tem sido
Testemunha das minhas amarguras.

E no tardio desejo de entender
A trajetória que a vida vai levar...
Querendo o tempo em tudo justificar,
Na solidão do meu novo entardecer;
Indiferente ao claro do amanhecer,
Sou dormente nas linhas das torturas.
As ilusões e traumas são misturas
Que embalam meu corpo empardecido.
O silêncio da noite é que tem sido
Testemunha das minhas amarguras.

Sou sentinela da nebulosidade,
Provador de angústia e pessimismo;
Um exilado da paisagem romantismo,
Simpatizante da própria adversidade.
Releio ensaios que fingem pregar verdade,
Vou encontrando pseudas-literaturas;
Uns matutinos com alegres caricaturas,
Indiferentes ao poeta aborrecido.
O silêncio da noite e que tem sido
Testemunha das minhas amarguras.

Não consigo relatar mais o que sinto,
Pois sentindo, não acredito que é sentir;
Quando ao organismo me nego a existir,
As verdades é tudo o que eu minto.
À noite sou do sonho um faminto,
Pois só tenho pesadelos sem canduras,
E, minhas retinas só captam feiúras;
Quando ao ermo das ruas sou conduzido.
O silêncio da noite é que tem sido
Testemunha das minhas amarguras.

Sou caixa de estímulo repulsivo,
Conseqüência de um tributável viver;
Tecendo mágoas pra o sonho desfazer,
Sonho por sonho, não conduz a lenitivo.
Tornei-me essência de um corpo já cativo,
Com intempérie semeando ataduras;
Corpo febril igual temperaturas,
Que assola um coração comprometido.
O silêncio da noite é que tem sido
Testemunha das minhas amarguras.

Mas sei que isso tudo vai mudar!!!
Com a luz sob a fresta da redenção,
Todos os meus martírios sumirão,
Com o nazareno a me abençoar,
Contradigo o meu modo de pensar,
Pois não tenho equilíbrio em branduras;
Meu arcabouço reflete queimaduras,
O meu fanal nunca mais foi dirigido.
O silêncio da noite é que tem sido
Testemunha das minhas amarguras.

Flávio Petrônio.
Março de 2002, Campina Grande-PB

RESUMO

O objetivo deste trabalho é discutir a articulação entre aceitação e resistência ao poder institucional, a partir do estudo do cotidiano dos integrantes do 31º Batalhão de Infantaria Motorizado. A perspectiva teórica adotada se baseou nos trabalhos de FOUCAULT, WEBER e SCOTT, sob a inspiração de GOFFMAN e BOURDIEU. Como procedimentos metodológicos utilizamos o método da pesquisa etnográfica, realizada no período compreendido entre março e novembro do ano de 2006, além da análise de textos em que se registram as punições publicadas em Boletins Internos e as informações contidas nas Fichas de Entrevista da Seleção Complementar dos soldados incorporados no ano de 2006.

Palavras-Chave: Hierarquia e Disciplina, Militares, Caserna, Resistência, Transgressão, Cotidiano Militar

ABSTRACT

The objective of this work is discussing acceptance and resistance to the institutional power, having as a case study the day by day of the “31º Batalhão de Infantaria Motorizado”, in Campina Grande, Paraíba, Brazil. The theoretical perspective is based on the contributions done by FOUCAULT, WEBER and SCOTT, under the inspiration of GOFFMAN and BOURDIEU. As methodological procedures we use an ethnographic research, which was carried out between March and November of 2006; an analysis of texts in which punishments that were applied are registered and published in the Institution’s Internal Bulletins; the exam of information from Complementary Selection Interviews Forms, filled up by soldiers incorporated on 2006.

Key words: Hierarchy and Discipline; Army; Casern; Resistance; Transgression and Army day-by-day

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

INTRODUÇÃO	7
1. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	14
1.1. A pesquisa etnográfica	14
1.2. O lugar do observador e a coleta de dados	23
2. PERSPECTIVAS TEÓRICAS	35
2.1. A hierarquia	35
2.2. A disciplina	38
2.3. A resistência	45
3. ASPECTOS ETNOGRÁFICOS DO OBJETO	50
3.1. Breve histórico do 31º BI Mtz	50
3.2. As relações disciplinares	51
3.2.1. 1º Período: 1982 – 1985	51
3.2.2. 2º Período: 2002 – 2005	69
3.2.3. Mudanças ocorridas e introdução às relações discip. em 2006	75
3.3. O quartel	76
3.3.1. Organização interna	76
3.3.2. Estrutura física	77
3.3.3. Efetivo	81
3.4. O ano de instrução	84
3.4.1. A instrução individual	85
a) Fase de instrução individual básica	
b) Fase de instrução individual de qualificação	
3.4.2. O adestramento	86
3.4.3. As capacitações técnica e tática do efetivo profissional	87
3.4.4. A Operação Pipa	87
3.4.5. Os serviços internos	89
4. A ANÁLISE DOS DADOS	91
4.1. As relações de poder e a resistência no cotidiano da caserna	91
4.2. Gírias e expressões informais na caserna	209
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	212
6. REFERÊNCIAS	217
7. ANEXOS	219

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

7ª Bda Inf Mtz – 7ª Brigada de Infantaria Motorizada

31º BI Mtz – 31º Batalhão de Infantaria Motorizado

AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras

Asp Of – Aspirante-a-Oficial

BI – Boletim Interno

Btl - Batalhão

Cb – Cabo

Cap – Capitão

CCAp – Companhia de Comando e Apoio

Cia Fuz – Companhia de Fuzileiros

Cmdo – Comando

Cmt – Comandante

CMNE – Comando Militar do Nordeste

CPOR – Centro de Preparação de Oficiais da Reserva

EAS – Estágio de Adaptação ao Serviço

EB – Exército Brasileiro

ECEME – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

EM – Estado-Maior

EP – Efetivo Profissional

EV – Efetivo Variável
Maj – Major

NB – Núcleo Base

NPOR – Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva

OM – Organização Militar

PE – Polícia do Exército

Pel Fuz – Pelotão de Fuzileiros

Pel Mnt Trnp – Pelotão de Manutenção e Transporte

QAO – Quadro Auxiliar de Oficiais

QE – Quadro Especial

RD – Razão de Defesa

S/1 – 1ª Seção

S/2 – 2ª Seção

S/3 – 3ª Seção

S/4 – 4ª Seção

S Cmt - Subcomandante

Sd – Soldado

Sgt – Sargento

Sgte - Sargenteante

Sub Ten – Subtenente

Ten – Tenente

Ten Cel – Tenente-Coronel

INTRODUÇÃO

A predominância, no âmbito das Ciências Sociais, de pesquisas que abordam as Forças Armadas pela perspectiva de seu relacionamento com órgãos externos à instituição, vem perdendo espaço. Pesquisadores têm se organizado em grupos e produzido análises que abordam as instituições militares sob a ótica da Antropologia Social e da Sociologia da Cultura, evidenciando aspectos da organização interna dos quartéis e do cotidiano da caserna.

Como marco inicial desta mudança, no Brasil, temos o livro *O Espírito Militar: um antropólogo na caserna* (CASTRO, 2004), cuja primeira edição foi publicada no ano de 1990. Neste livro o autor realiza uma pesquisa etnográfica na Academia Militar das Agulhas Negras, enfatizando como se constrói naquela instituição a identidade militar, através do *espírito* de cada *arma*, ao se distinguir militares e *paisanos*. Celso Castro(*idem*) foi o primeiro antropólogo a realizar uma pesquisa de campo na qual os sujeitos estudados eram os militares e o ponto de vista destes constituiu a base para os dados obtidos por ele. O mesmo autor escreveu posteriormente outra obra de fundamental importância para a abordagem antropológica da instituição militar: *A Invenção do Exército Brasileiro* (CASTRO, 2002). Neste livro, o autor utiliza o conceito de invenção de tradições para mostrar como se deu o processo de construção histórica e institucionalização das principais tradições do Exército e seus respectivos cultos e rituais. Mais recentemente, Castro organizou ainda o livro *Nova História Militar Brasileira* (CASTRO, 2004), no qual diversos autores escrevem sobre a nossa história militar, enfatizando “a origem social, os vínculos de sociabilidade, as operações formais e informais das hierarquias, os sistemas de progressão e punição operantes nos quartéis e destacamentos espalhados pelo país” (CASTRO, 2004. p. 12).

Seguindo a linha iniciada por Castro, Piero de Camargo Leirner deu importante contribuição aos estudos sobre militares na área de antropologia. Realizando pesquisa etnográfica junto à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), em seu livro *Meia-Volta, Volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar* (LEIRNER, 1997), o autor analisa a forma pela qual, através da hierarquia, os militares se diferenciam dos civis. Através desta diferenciação, os militares constroem a identidade do Exército enquanto instituição, classificando como uma realidade marcada pelo rigor aquela vivida pelos militares nos quartéis.

Orientada por Leirner, Sandra Maria Frederici escreveu uma dissertação de Mestrado intitulada *Instituição Militar e Política, uma abordagem antropológica (1964-1974)* (FREDERICI, 2003). Neste trabalho a autora, através de uma análise antropológica, relaciona a hierarquia militar com a política. Assim, prioriza a análise dos aspectos internos da organização militar, observando suas ligações com a política nacional. A pesquisa realizada por Frederici (2003) centrou-se em documentos oficiais do Exército publicados entre 1964 e 1974: Almanques do Pessoal do Exército, Noticiários do Exército e Diários Oficiais. A autora analisou especificamente carreiras de Oficiais Gerais. Ela as tomou como modelo de como a hierarquia desenvolve um profissional específico que marca a vida social dos militares.

Embora não aborde as Forças Armadas, mas um Batalhão (Batalhão de Operações Policiais Especiais-BOPE) de uma Força Auxiliar (a Polícia Militar do Rio de Janeiro); tenha sido escrita como obra de ficção, com personagens e fatos fictícios e sem o rigor exigido pela ciência, podemos citar como uma obra que trata antropológicamente os militares o livro *Elite da Tropa* (SOARES, 2006). Os autores deste livro coletaram material etnográfico através da vivência como membros do grupo estudado. Um deles é antropólogo social e cientista político e foi secretário nacional de Segurança Pública, outro foi Capitão da

PM do Rio de Janeiro, tendo atuado no BOPE, e o terceiro, quando da publicação de tal obra de ficção, ainda era Capitão e também membro do BOPE. Neste livro, os autores relatam o dia-a-dia em uma Organização Militar, com ênfase na institucionalização da violência ao se preparar militares para operações de combate urbano.

Das obras que citei têm caráter etnográfico as seguintes: *O Espírito Militar* (CASTRO, 2004), *Meia-Volta, Volver* (LEIRNER, 1997) e *Elite da Tropa* (SOARES, 2006). Todas elas têm um enfoque diferente do proposto na presente pesquisa, apesar de resultarem de pesquisas de campo em organizações militares.

Um fator de diferenciação é que as duas primeiras obras, apesar abordarem o Exército Brasileiro, tiveram as respectivas observações centradas em órgãos de formação de oficiais. Na primeira (CASTRO, 1997), foram observados Cadetes da AMAN, e, na segunda (LEIRNER, 1997), oficiais superiores na ECEME. Desta forma, ambas não remetem às relações entre os membros dos diversos postos e graduações que convivem na maioria das Organizações Militares brasileiras. No terceiro livro (SOARES, 2006), foi observada a vida diária de um quartel de Polícia Militar, no qual convivem indivíduos de diversas patentes e funções. Apesar de ser uma unidade de valor batalhão (assim como o 31º BIMtz), tem missões e organização distintas das de uma unidade de infantaria do Exército. Na presente pesquisa, a observação foi realizada em uma unidade do EB, com todos os atores envolvidos: do comandante aos soldados recrutas.

A temática mais geral desta pesquisa pode ser definida nos mecanismos sociais de dominação institucional, tendo como foco específico compreender como se dá o processo de disciplinamento na caserna. Tal compreensão pode ser obtida a partir do estudo das práticas de aceitação e de resistência presentes nos fatos aparentemente mais banais que acontecem no dia-a-dia militar.

No cotidiano de uma organização militar já é sabido que podemos encontrar, de forma marcante, o exercício da hierarquia e da disciplina. Elas têm como objetivo a formação de indivíduos dóceis e submissos. Nos processos de disciplinamento, no entanto, haja vista a multidimensionalidade da realidade, nas relações que se dão dentro de um quartel, podemos encontrar também, nas minúcias da vida diária, a resistência ao poder hierárquico.

Com o objetivo de entender nele a dialética de aceitação e resistência, escolhemos como *locus* empírico o 31º. Batalhão de Infantaria Motorizado (31º. BIMtz), localizado em Campina Grande. Nesta Unidade Militar, uma das mais elementares do Exército, podemos encontrar características presentes em todas as outras devido aos seguintes motivos: a) este batalhão é a última prioridade do Exército Brasileiro em termos de alocação de recursos; b) seus oficiais e sargentos (principais agentes disciplinadores) são praticamente todos formados nas mesmas escolas (Academia Militar das Agulhas Negras e Escola de Sargentos das Armas); e c) a política de transferências existente no âmbito do Exército, que faz com que os membros desses dois círculos hierárquicos já tenham passado, no decorrer de suas carreiras, por vários outros quartéis.

Através de uma metodologia que combina ações vinculadas ao método etnográfico, a saber, observação direta, realização de entrevistas com reservistas e utilização de informantes, buscaremos perceber e analisar como, no decorrer do período de um ano de instrução, se constrói a sociabilidade no interior da caserna, através das relações dialéticas de disciplina - resistência, estabelecidas entre os diferentes indivíduos e seus papéis representados no dia-a-dia do 31º BIMtz.

A proposta desta pesquisa tem referência em minha formação e experiência profissional como oficial temporário do exército, iniciadas posteriormente ao meu ingresso

no curso de Ciências Sociais¹. Assim, esta pesquisa é fruto de minhas observações geradas pela vivência como militar e estudante de Ciências Sociais desde o ano de 2000, quando fui incorporado ao Exército Brasileiro, como aluno do NPOR.

Desta forma, devido ao fato de uma vivência no cotidiano da caserna, em uma Organização Militar do Exército, tendo sido este um campo acessível e estranho para a maioria da população civil, tomei-o por tema. Com isso, a realização desta pesquisa se constitui em uma forma de se mostrar criticamente uma realidade desconhecida, mas próxima da sociedade nacional como um todo, na medida em que, anualmente, milhares de jovens brasileiros passam pelos quartéis com a finalidade de prestar o serviço militar obrigatório, recebendo assim influências que repercutem no meio social do qual os soldados são oriundos e para qual retornam.

Meu objetivo principal neste trabalho é discutir a articulação entre aceitação e resistência ao poder institucional, a partir do estudo do cotidiano dos integrantes do 31º Batalhão de Infantaria Motorizado, no interior do aquartelamento e demais ocasiões onde há o relacionamento profissional e/ou festivo entre os mesmos militares.

No primeiro capítulo, *Considerações Metodológicas*, exponho os métodos e técnicas de pesquisa utilizados, bem como a minha relação com o objeto enquanto pesquisador e membro do grupo estudado, inserido na instituição como Oficial Temporário.

¹ Em meados do ano de 1999, eu estava no segundo período do curso de Ciências Sociais da UFRN, quando me apresentei para o serviço militar obrigatório. Não era voluntário, no entanto, o oficial que me entrevistou falou que me encaminharia para a seleção especial do Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR), devido ao fato de eu ser aluno de um curso superior. Segundo o mesmo oficial, neste estabelecimento haveria somente estudantes universitários, a carga horária seria de apenas quatro horas por dia e a nossa principal função seria estudar. Com isso mudei de opinião quanto a querer ou não ficar no Exército, passando a ver tal fato como uma oportunidade de conhecer a instituição por dentro e adquirir novos conhecimentos específicos do curso de formação de oficiais de infantaria. Fui selecionado e em janeiro do ano de 2000 se iniciou o curso naquele estabelecimento de ensino militar. Com o decorrer do curso percebi que, como aluno das Ciências Sociais, muitas coisas interessantes poderiam ser observadas na caserna. Então me decidi a utilizar o tempo em que estava no serviço ativo como aluno do NPOR (janeiro a dezembro de 2000) e depois como estagiário Aspirante-a-Oficial (julho de 2001) para observar e procurar algo que pudesse ser pesquisado. Findo este primeiro estágio, no mês seguinte, fui selecionado para realizar outro estágio militar e tornar-me oficial temporário, o que me possibilitava ficar mais tempo dentro da instituição sobre a qual eu queria estudar. Fiz este estágio (agosto a novembro de 2001) e no mês de fevereiro de 2002 fui designado para servir na unidade do Exército da cidade de Campina Grande/PB, por um período de no máximo seis anos.

No segundo capítulo, *Perspectivas Teóricas*, coloco o tratamento teórico dado por autores do campo das ciências sociais aos conceitos de *hierarquia*, *disciplina* e *resistência*; aliada a estes conceitos, coloco a versão institucional para os mesmos, contida em seus regulamentos e estatuto.

No terceiro capítulo, *Aspectos Etnográficos do Objeto*, inicio expondo um resumo histórico do Batalhão, da formação da Unidade e da sua vinda para as atuais instalações na cidade de Campina Grande/PB. Em seguida, mostro um esboço de como eram as relações disciplinares nos primeiros anos do Batalhão em Campina Grande (de 1982 a 1985). Depois focalizo as relações disciplinares em anos imediatamente anteriores à pesquisa de campo (2002-2005), a partir de entrevistas com ex-integrantes do Batalhão, que deram informações importantes para que se pudesse enxergar formas eficientes de burlar, sobre as quais jamais eu poderia perguntar para um militar que estivesse na ativa². Após expor as características dos dois períodos, comparo-os, para extrair as mudanças ocorridas e introduzo a análise etnográfica.

Ainda neste capítulo temos o subcapítulo *O Quartel*, no qual explico a organização interna do Batalhão, sua organização em subunidades e seções; a estrutura física, ou seja, a disposição das instalações do quartel e a forma como o espaço é organizado; e a composição numérica e hierárquica, além da origem social dos diversos atores.

Outro subcapítulo é *O ano de instrução*, em qual explico o que é previsto ou realizado nas diversas fases do Ano de Instrução (o período de Instrução Individual – fase de Instrução Individual Básica e de Instrução Individual de Qualificação, Período de Adestramento e Capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional), bem como os

2 Por exemplo, jamais um soldado do rancho me diria que é habitual cuspir na bebida de oficiais e sargentos menos benquistos no quartel, mas se eu perguntar isto a um soldado que já trabalhou na cozinha e que foi desincorporado recentemente, posso saber se isto acontece e até mesmo outras formas de se atingir os superiores hierárquicos por parte dos que preparam e servem suas refeições.

Serviços Diários e a Operação de Distribuição de Água nos Municípios Atingidos pelos Efeitos da Seca – Operação Pipa.

No quarto capítulo, apresento a análise dos dados coletados em campo. Por ocasião da pesquisa etnográfica pude observar os mecanismos institucionais de imposição da ordem disciplinar e hierárquica, suas brechas, e as formas de burla utilizadas pelos atores para transgredir. Neste capítulo procuro fazer um apanhado destas informações, traçando uma visão geral do cotidiano do 31º BIMtz. Ainda neste capítulo, apresento um breve inventário de gírias e expressões informais utilizadas na caserna, sejam elas próprias da vida militar ou, embora também utilizadas no meio civil, usadas com muita frequência na caserna.

Por fim, o quinto capítulo refere-se às considerações finais do presente trabalho, sendo nele apresentadas as conclusões às quais cheguei após análise dos dados coletados.

1. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

1.1. A pesquisa etnográfica

Para pesquisar as relações disciplinares a partir do caso do 31º Batalhão de Infantaria Motorizado, adotei o método etnográfico, realizando uma observação participante. Os dados foram coletados e analisados a partir da convivência diária como membro do grupo estudado, estando assim efetivamente em contato com militares, atuando como um militar: participando de seus rituais, convivendo com suas crenças e compartilhando do dia-a-dia da caserna. A pesquisa foi realizada observando-se o cotidiano do quartel durante um Ano de Instrução Militar, como Tenente, participando assim de todas as etapas do referido processo: da incorporação do Efetivo Variável³ ao licenciamento dos mesmos. Para poder observar áreas e situações existentes no quartel, mas não acessíveis a um Tenente, contei com a colaboração de informantes. Inicialmente, conversei com um Sargento, um Cabo e um Soldado de minha confiança, que foram os meus olhos auxiliares nestas situações. Porém, com o decorrer da pesquisa, era evidente que não apenas os militares que inicialmente eu havia selecionado como informantes me prestavam informações, mas muitos outros militares (entre soldados, cabos, sargentos, subtenentes e tenentes) o faziam. Tanto a respeito do que ocorria em seus respectivos círculos hierárquicos, quanto ao que se referia aos seus superiores e subordinados. Mesmo que a minha posição na instituição fosse a de tenente, havia um clima de confiança e cumplicidade que permitia aos informantes falar sobre a temática da resistência e da dominação. Era como se os oficiais de carreira, em geral nossos superiores hierárquicos, tivessem outro posicionamento perante a instituição. Assim, tomavam decisões tidas pelos demais membros como inúteis, muitas vezes causando

³ Efetivo Variável é a denominação dada aos Soldados que anualmente ingressam no Exército para a prestação do Serviço Militar Obrigatório, sendo licenciados ao término do Ano de Instrução. Alguns destes são engajados e passam a pertencer ao Efetivo Profissional.

situações de estresse, encaradas como desnecessárias e prejudiciais para a tropa. Desta forma, havia um clima, uma sensação de que os tenentes temporários, sargentos, cabos e soldados eram “vítimas” do arbítrio dos oficiais intermediários e superiores por suas atitudes.

Era comum haver grupos constituídos por tenentes e sargentos reclamando, ridicularizando, criticando as atitudes dos oficiais oriundos da AMAN, ou mesmo determinados aspectos da vida no quartel. Este tipo de conversa ocorria durante os horários livres ao longo do expediente e, principalmente, durante o serviço dos finais de semana. Além de fatores que explico mais adiante, que contribuíam para este clima, tive que explicar aos mesmos que minha intenção não era me aproveitar do acesso que estava tendo para punir ninguém, nem dificultar que determinadas práticas desviantes continuassem ocorrendo. Expus meus objetivos científicos, comprometendo-me a não trair a confiança dos meus informantes, principalmente quando quis aprofundar algum assunto que me havia chamado a atenção.

Todos os sujeitos envolvidos na trama social de um quartel estão inseridos em uma ordenação de autoridade, a hierarquia, e conseqüentemente em uma cadeia de comando e subordinação. Desta forma, todos, em menor ou maior grau, recebem e emanam ordens. Todos, ainda, devem seguir integralmente o que reza nas “leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo militar” (E-1, 1980, p.10), ou seja, todos têm que se submeter, em certa medida, à disciplina do quartel. Ainda de acordo com o Estatuto dos Militares, “a disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos em todas as circunstâncias da vida entre militares da ativa, da reserva remunerada e reformados”. Na prática, os graus em que esses fenômenos acontecem variam em relação aos lugares ocupados e ocasiões da vida da caserna. O que observamos é que quando alguns membros se esforçam e, contudo, não conseguem cumprir as regras à risca, trabalham em equipe para

esconder as falhas, voluntárias ou involuntárias, do conhecimento dos superiores hierárquicos.

Desta forma, observei nesta pesquisa como as relações de mando, obediência e acatamento das regras por parte dos militares. Organizei a observação a partir das seguintes questões: no dia-a-dia, durante o Ano de Instrução, os militares cumprem integralmente o disposto em seus próprios regulamentos? Aceitam sem resistências as ordens emanadas pelos superiores hierárquicos? Como e em que circunstância os militares burlam as regras? Há variação quanto ao respeito às normas durante cada uma das fases do Ano de Instrução ou em outras circunstâncias da vida (confraternizações militares ou mesmo na vida fora do quartel, por exemplo)?

A observação se deu somente sobre os militares da ativa e nas seguintes situações:

- a) expediente normal do Batalhão
 - a.1.) atividades administrativas e
 - a.2) atividades de instrução (no aquartelamento ou no campo);
- b) serviços diários de escala;
- c) exercícios militares;
- d) operações reais e
- e) confraternizações oficiais ou não.

O recurso principal do qual dispus para a realização desta pesquisa foi a minha própria experiência como membro temporário do grupo estudado, cujos limites devem ser relativizados e superados, mas que, por outro lado, possibilitou o contato com “um certo número de saberes, quase sempre implícitos ou latentes (...) susceptíveis de serem, com o correr do tempo, completados, retificados ou reinterpretados” (PINTO, 1996). Assim, se existem certos aspectos da vida militar de difícil acesso aos que não fazem parte da Instituição, estes são mais acessíveis a alguém que momentaneamente está fazendo parte

dela. No entanto, um pesquisador que é ao mesmo tempo Tenente não pode deixar que preconceções e impressões particulares inerentes à função de oficial o distanciem demasiadamente do ato de objetivação sociológica. Esta objetivação somente pode ser construída quando tomadas algumas precauções tais como as sugeridas por Louis Pinto em texto contido no livro *Iniciação à Prática Sociológica*⁴.

Tanto as representações oficiais da instituição, quanto as narrações espontâneas dos militares foram objeto de relativização, para que o processo de objetivação pudesse ocorrer. Para isto, como observador participante, levei em consideração, na própria construção do objeto, a relação entre o funcionamento da instituição militar e as características sociais dos seus agentes.

Para se compreender as relações disciplinares em uma Organização Militar é fundamental recorrer ao conceito de Instituição Total, elaborado por Erving Goffman. A saber:

Podemos definir uma Instituição Total como um lugar de residência e trabalho no qual um grande número de indivíduos, colocados na mesma situação, separados do mundo exterior por um período relativamente longo, levam juntos uma vida reclusa cujas modalidades são regulamentadas de forma explícita e minuciosa (GOFFMAN, 1974: p. 11).

O 31º Batalhão de Infantaria Motorizado, como uma Unidade do Exército Brasileiro que tem como uma de suas finalidades principais a formação do soldado recruta, incorpora às suas fileiras, todos os anos, jovens que normalmente nunca tiveram nenhuma experiência com a vida militar. Desta forma, a instituição age através de imposições físicas e/ou morais para que hábitos, costumes e comportamentos vividos pelos recrutas antes da incorporação não mais façam parte da conduta dos novos soldados. Assim, através da codificação institucional das práticas, a instituição se mostra superior aos seus membros. No entanto,

4 PINTO, Louis. **Experiência vivida e exigência científica de objetividade.** In: MERLIÉ, Dominique *et alii*. *Iniciação à Prática Sociológica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

nem todas as instituições totais expressam estas características de forma semelhante e com a mesma intensidade, há variações entre elas que devem ser levadas em consideração.

Os procedimentos de aquisição e coleta de dados não devem ser hierarquizados social e intelectualmente. Se estiver subordinado à construção do objeto, “qualquer método pode ser considerado como útil e pertinente” (PINTO, 1996, p. 18). Como procedimento comum ao se utilizar o método de observação para a descrição etnográfica em uma organização militar, distinguimos os elementos explicitamente regulamentados e os implícitos às práticas sociais descritas.

As práticas valorizadas pela instituição são inculcadas através de instrumentos que as codificam minuciosamente. Assim, para realizar a decodificação das regras institucionais é necessário que se recorra ao que está escrito em seus regulamentos, estatutos, guias, manuais etc. No âmbito do Exército Brasileiro, uma pesquisa etnográfica não pode deixar de levar em consideração os Programas-Padrão de Instrução, o Regulamento Interno e dos Serviços Gerais, o Regulamento Disciplinar no Exército, o Regulamento de Continências, Honras Militares e Sinais de Respeito, o Código Penal Militar, o Estatuto dos Militares, dentre outros utilizados no cotidiano da caserna, pois, apesar de a realidade diferir do que estes dizem a seu respeito, este tipo de literatura contém as regras institucionais que muitas vezes os agentes não têm a capacidade de verbalizar.

Apesar da importância de se atentar para o que é dito pela instituição através dos textos oficiais, elementos menos codificados existentes no dia-a-dia da instituição também devem ser observados com igual cuidado. Um exemplo desta última categoria são as formas de brincadeira e as piadas que circulam, de forma intensa, no universo institucional. O que faz rir em conjunto pode nos dar informações preciosas sobre o grupo estudado, sobretudo sobre o que considera proibido. Ao se conviver em um quartel como o 31º BI Mtz, podemos perceber a intensidade de brincadeiras e piadas entre pares, subordinados e superiores

hierárquicos. De acordo com Pinto (*idem*), “...parece que, no universo militar, a brincadeira manifesta, sobretudo, o prazer que têm os membros de um universo fortemente ordenado de subverter a ordem, rebaixando as coisas consideradas como ‘elevadas’ a um estado inferior” (PINTO, 1996, p. 18).

Outro aspecto importante e que deve ser observado e descrito são as técnicas de mortificação (negação da singularidade, desapossamento do tempo e do espaço, obediência incondicional etc), as quais são bastante evidentes e características nas instituições militares, dando um caráter sistemático e deliberado às mesmas, embora não sejam praticadas da mesma forma e com igual intensidade em todas as Organizações Militares e em todas as fases do Ano de Instrução Militar.

Por vivermos em uma sociedade diferenciada, os membros de diferentes grupos sociais não estão predispostos a se conformar homogeneamente às exigências da instituição. Assim, os níveis de controle e disciplinamento suportados pelos diferentes agentes estão relacionados com as qualidades socialmente condicionadas dos indivíduos, o que faz com que os diferentes grupos sociais estejam predispostos de forma desigual a se conformar às exigências da instituição. Com isso, determinadas condições sociais são necessárias para a eficácia do processo de inculcação e o bom funcionamento da instituição.

Em geral, todo indivíduo já é classificado socialmente através de uma hierarquia, independentemente de ser militar ou civil. O que acontece quando determinados indivíduos ingressam em uma instituição militar é que esta os classificará segundo seus próprios princípios, não totalmente independentes das hierarquias externas à instituição.

Desta forma, é necessário que se analise a origem social dos integrantes do quartel, em todos os níveis hierárquicos, do comandante aos soldados recrutas. No que se refere a estes últimos e aos cabos e soldados do Efetivo Profissional, a coleta dos dados para tal análise se realizou através do preenchimento individual de fichas de entrevistas em ocasião

de Seleção Complementar. Tal seleção antecede sua incorporação. Nas fichas constam numerosos dados pessoais e familiares dos recrutas. Já com relação aos oficiais, sargentos e cabos estabilizados, a única forma viável de se buscar dados foi através do contato no cotidiano da caserna.

Outra operação necessária para o processo de pesquisa foi a análise da formação histórica da instituição. Este procedimento implicou o estudo do passado, o que foge do alcance da observação participante, mas que é fundamental para que o pesquisador tome as “precauções metódicas contra uma visão parcial, anti-histórica e, portanto, fetichizada do objeto que descreve” (PINTO, 1996, p. 25). Para a pesquisa etnográfica que realizamos, a abordagem histórica se limitou em foco à formação histórica do 31º Batalhão de Infantaria Motorizado, somada a uma pesquisa de história cultural, na qual recorreremos ao uso de fontes orais e pesquisa em Boletins Internos publicados nos anos analisados, tendo como informantes militares que serviram no Batalhão nos anos de 1982 a 1985 e 2002 a 2005.

Para me auxiliar na coleta de informações nas fichas de entrevista e nos boletins internos, contei com a participação de um soldado do efetivo profissional, operador de microcomputador da sargenteação da Companhia de Fuzileiros. Este soldado buscou e organizou as informações que pedi, possibilitando um trabalho mais sistemático sobre os dados.

Inicialmente, pretendíamos fazer uma análise da história cultural do batalhão no período de 1982 a 2005, ou seja, a partir do ano em que o mesmo foi instalado na cidade de Campina Grande, até o ano que antecedeu a pesquisa etnográfica propriamente dita (2006). Porém, diante da inviabilidade de se trabalhar com um período de tempo tão grande, fomos obrigados a recortá-lo. Resolvemos, então, selecionar os quatro primeiros anos do período inicialmente pretendido, e os quatro últimos. A escolha do ano de 1982 como marco inicial da abordagem histórica desta pesquisa se deve ao fato de ter sido em maio do ano em

questão que o 31º BI Mtz foi transferido da cidade de Caicó/RN para as atuais instalações em Campina Grande/PB.

Desta forma, não é nossa pretensão abordar a vida cotidiana do 31º BI Mtz quando na sua cidade de origem, nem mesmo a história militar das Unidades do Exército que existiam na cidade de Campina Grande antes do ano de 1982. Analisando-se os dois períodos temporais citados acima, sob a perspectiva da relação entre disciplina e burla, podemos perceber as mudanças inerentes a esta relação, ocorridas no decorrer do tempo.

Ainda, um fator importante destas entrevistas para o objetivo de nossa pesquisa centra-se no fato de que ex-integrantes da instituição e mesmo militares da ativa não deram informações acessíveis por meio da observação direta, devido principalmente ao comprometimento destes com a instituição e com o papel por eles representados na caserna.

Entrevistamos três ex-soldados recrutas, dos anos de 1982, 1983 e 1984. Entrevistamos um Sgt QE, o qual incorporou no Exército em Paulo Afonso, compôs o efetivo do 31º BIMtz na sua instalação em Caicó/RN e junto com o Batalhão foi transferido para a cidade de Campina Grande, no ano de 1982. Entrevistamos ainda, um Cb Estabilizado, incorporado ao 31º BIMtz no ano de 1984, estando ainda no serviço

ativo. Com relação ao período de 2002 a 2005, foram entrevistados três reservistas, os quais serviram em 2002, 2003 e 2004.

Os procedimentos investigativos que precedem a pesquisa etnográfica propriamente dita permitem a análise da relação entre a classificação militar e a classificação social, tornando possível, com isso, pensar a função social do serviço militar, “a relação entre o funcionamento da instituição e a reprodução da ordem social” (PINTO, 1996). Desta forma, foi preparado o terreno para o trabalho de observação participante através da qual as experiências vividas pelos agentes são explicitadas, ganhando sentido e sendo interpretadas,

(...) em parte, em detrimento das significações espontaneamente apreendidas pelos agentes (...). A experiência dos agentes está ligada ao mundo social por dois motivos: está socialmente condicionada e condiciona as práticas no sentido em que contribui para estruturá-las (PINTO, 1996: p. 40).

A situação de pesquisa, como qualquer outra relação social entre diferentes agentes, “envolve condições sociais de possibilidade e efetua-se segundo modalidades que exigem ser consideradas como socialmente determinadas” (PINTO, 1996, p.40). Dessa forma, sei que durante o trabalho de campo, apesar do desconhecimento da maioria dos agentes quanto à existência de uma pesquisa em curso, estes, devido ao meu posicionamento social no grupo em questão, buscaram ocultar/mascarar alguns fatos. Isto porque os indivíduos procuram controlar as impressões que os outros deles recebem. Assim, é interessante compreender os meios pelos quais se manipulam as imagens produzidas, o que é de fundamental importância para a análise da interação social.

Da mesma forma, para se compreender o outro, o trabalho sobre si mesmo se faz necessário. A função de tenente condiciona determinadas pulsões que devem ser controladas para que haja objetivação no acesso ao ponto de vista dos demais militares que se encontram em posições diferentes da minha, no contexto da trama social da caserna. As características sociais da situação de observação devem ser explicitadas, pois os efeitos das situações sociais nas quais os agentes são percebidos têm efeitos concretos sobre a relação de observação, devendo assim estes efeitos serem analisados enquanto tais.

Ao se pesquisar as relações de dominação institucional, tomamos o cuidado de não considerar a realidade como unívoca, como que envolvendo apenas imposição da ordem institucional a indivíduos passivos que aceitam mansamente o disciplinamento e a docilização de seus corpos ou, por outro lado, considerar apenas as táticas de resistência e burla dos sujeitos como se estes fizessem sempre o uso mais conveniente das regras institucionais. Não é obrigatoriamente necessário se tomar uma decisão entre visões opostas, pois a realidade é ambígua e os agentes ao mesmo tempo em que se conformam podem

burlar, podem obedecer transgredindo ou transgredir obedecendo, ou ainda, fazer uma coisa ou outra.

1.2. O lugar do observador e a coleta de dados

Para explicar como esta pesquisa foi realizada é necessário esclarecer o meu lugar em relação ao objeto estudado. Para tanto, alguns dados biográficos devem ser explicitados. Ingressei no Exército em 28 de fevereiro de 2000, no Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva do 16º Batalhão de Infantaria Motorizado, na cidade de Natal/RN. Lá permaneci até 02 de dezembro do mesmo ano, realizando o Curso de Formação de Oficiais da Reserva, quando fui promovido ao posto de Aspirante-a-Oficial. Em seguida fui desligado, retornando ao serviço ativo em 01 de julho do ano seguinte, para realizar o Estágio de Instrução e em seguida o Estágio Preparatório de Oficiais Temporários, com duração de um mês e três meses e meio, respectivamente.

Fui designado para me apresentar no 31º Batalhão de Infantaria Motorizado em 27 de fevereiro de 2002, sendo promovido ao posto de 2º Tenente dois meses depois. A primeira função que desempenhei foi a de comandante do Pelotão de Manutenção e Transporte, da Companhia de Comando e Apoio, onde permaneci por um ano. No ano seguinte fui comandar o 3º Pelotão de Fuzileiros, da Companhia de Fuzileiros, onde permaneci por dois anos e meio. Em seguida, comandi, por um curto período, o Pelotão de Comunicações, da Cia C Ap. Quando foi iniciada a Operação Pipa do ano de 2005, no mês de setembro, fui incumbido da missão de chefiar a Sala da Seca, no início da operação. Ainda em dezembro de 2005, estando vinculado à Cia C Ap assumi a Seção de Relações Públicas e a função de Oficial de Comunicação Social, nas quais permaneci até o início do mês de setembro de 2006. Comandi novamente um pelotão de fuzileiros, da Cia Fuz,

constituído de recrutas da incorporação especial ocorrida em julho, até 27 de fevereiro de 2007, data em que fui licenciado das fileiras do Exército.

Uma questão que merece explicação, dentro do contexto acima exposto, é a conciliação entre o papel de Tenente e o de pesquisador da própria instituição na qual estou atuando profissionalmente. Inicialmente, não considero a minha relação com o objeto de estudo semelhante à do religioso que pesquisa a sua própria religião, ou o militante que estuda o movimento social do qual faz parte. Em ambos os casos, o pertencimento ao grupo (religião ou movimento social) implica a crença em seus respectivos preceitos, regras, estilo de vida etc; bem como o religioso ou o militante adere a estes grupos voluntariamente, com a finalidade de se dedicar ao cumprimento dos objetivos do grupo em questão. Pelo envolvimento com uma religião ou movimento, normalmente as pesquisas realizadas sobre o próprio grupo do qual o pesquisador faz parte, tendem a caracterizar-se como defesas ou apologias do grupo estudado.

Já a adesão ao Exército não se dá necessariamente pelos motivos que encontramos nos casos supracitados. Embora todos os militares estejam na instituição por serem voluntários, diversos motivos os levam a isto, o que não implica que acreditem nas diretrizes institucionais ou que as aceitem.

Sou Tenente, mas um Tenente Temporário, situação esta que possui características próprias que devem ser esclarecidas. Os oficiais oriundos da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) passam, para que sejam formados, por um período de internato com duração de cinco anos (um ano na Escola Preparatória de Cadetes do Exército e quatro na AMAN), antes de atuarem como oficiais em algum quartel do Exército. Durante este tempo os valores institucionais lhes são inculcados com uma eficiência normalmente não encontrada na formação dos demais integrantes do Exército. Eles se formam acreditando em verdades absolutas que aprenderam desde muito cedo (ingressam na EsPCEX com, no

máximo, 21 anos de idade) e esta crença é recompensada pela instituição, a qual lhe oferece a carreira mais privilegiada do Exército, beneficiando-os com promoções sucessivas, facilidade de transferências, aposentadoria precoce, *etc*⁵. Já os Oficiais Temporários, como eu, não têm internato durante o respectivo período de formação. Pelo contrário, são formados em apenas dez meses e em regime de meio expediente, pois têm a obrigação de estar matriculados em algum curso superior civil. Após este curto período, passam a desempenhar as mesmas funções de um oficial de carreira, durante um período de, no máximo seis anos⁶.

De forma geral, os Oficiais Temporários tacitamente são considerados no meio militar não como “sendo oficiais”, mas “estando oficiais”. Ou seja, têm que cumprir as obrigações e manter uma postura de Tenente por um período temporal bem definido, após o qual a única obrigação prática que terão com a instituição é, uma vez por ano, durante cinco anos, ir a um quartel para o Exercício de Apresentação da Reserva, assinar documentos de reservista. Este caráter transitório pode favorecer ao Oficial Temporário uma postura mais flexível e transigente em suas relações com pares e subordinados, bem como com os valores oficiais da instituição. Poderíamos mesmo afirmar que a maioria dos Oficiais Temporários é o que Erving Goffman (2004, p. 25 e 26) chama de “cínico”, ou seja, por diversos motivos representam um papel e criam uma impressão no público na qual, em certa medida, não precisam acreditar.

A minha chegada ao 31º BIMtz no ano de 2002, apesar de já ter tido formação militar nos anos de 2000 e 2001, foi um choque. Era um jovem oficial inexperiente que agora passava a ser cobrado por oficiais mais antigos e tinha que comandar um Pelotão no qual todos os integrantes do Efetivo Profissional (soldados,

5 Ver maiores detalhes sobre a formação do oficial de carreira oriundo da AMAN em: CASTRO, Celso. O Espírito Militar: um antropólogo na caserna. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

6 Após designado, o Oficial Temporário pode ter seu tempo de serviço prorrogado, de ano a ano, por até cinco vezes, totalizando seis anos de atuação como oficial subalterno. Ver Decreto nº 4.502, de 9 de dezembro de 2002 (RCORE (R-68)), Cap IV, Art 24.

cabos e sargentos) eram mais velhos, tinham mais tempo de serviço militar que eu e, conseqüentemente, desconfiavam da minha competência para o comando. Nesta situação, aprender com o círculo de praças era inevitável e necessário, algo que ocasionaria uma aproximação conseqüente em relação a tal círculo.

Assim, uma característica da interação é que se mantêm as formalidades exigidas pelos regulamentos, mas ambos sabem que são iguais. Em situação ocasional e transitória diferenciada perante a instituição; diferenciada, mas com um forte fator em comum: a relação com os capitães e oficiais superiores, há a tentativa de suportar as imposições destes até concluírem o seu tempo de serviço.

Normalmente, os oficiais de carreira têm certo receio em estreitar os laços com praças, pois temem o que chamam de *promiscuidade*, acreditando que não devem se aproximar demais de integrantes de outros círculos hierárquicos. Já os Oficiais Temporários, salvo algumas exceções, têm menos ressalvas quanto a isto, afinal de contas, quando menos esperarem, estarão de volta à vida civil. Já os Oficiais de Carreira, serão promovidos sucessivamente, ascendendo na carreira militar, enquanto praças permanecem durante toda a vida na mesma graduação: se analisarmos a carreira de um *Asp Of* e um *Sgt* egressos das respectivas escolas de formação no mesmo ano, poderemos verificar que, com o passar dos anos, o primeiro chegará a Oficial Superior enquanto o segundo continuará sargento.

Quero deixar claro que eu não sou um militar que frequentou um curso superior e passará o resto da vida profissional como integrante do Exército. Ao contrário, era um estudante de Ciências Sociais, quando ingressei no Exército, passando por um longo período de observação dentro de uma instituição total. Inicialmente, eu pretendia permanecer na ativa apenas durante o ano de Serviço Militar Obrigatório (2000) e o Estágio de Instrução (2001), fazendo em seguida a minha monografia de final de curso de

graduação sobre esta experiência na caserna. Para isto, após a conclusão do Curso de Formação Militar, realizado no ano de 2000, durante os seis meses que permaneci desligado do Exército, comecei a ler obras sociológicas que tratassem de temáticas relacionadas ao militarismo e iniciei a organização da pesquisa que pretendia realizar.

Porém, tive a oportunidade prolongar o meu tempo no Exército, quando fui selecionado para continuar na instituição como Oficial Temporário. Esta foi uma proposta por mim aceita, pois somente o período de formação militar não me permitiria observar o dia-a-dia militar em situação de normalidade. Eu precisava sair da situação de *instruendo* e ver a instituição por outro ângulo. Assim, considero-me, sim, realizando uma observação participante, embora com características específicas relativas à forma como é realizada e ao meu nível de envolvimento com a realidade estudada.

Ao aceitar tornar-me Oficial Temporário, foi minha surpresa saber que teria que me mudar para a cidade de Campina Grande/PB e, conseqüentemente, transferir-me da Universidade Federal do Rio Grande do Norte para a Universidade Federal de Campina Grande. Tal transferência fez com que eu adiasse minha ideia de escrever sobre o Exército, pois optei por concluir a Licenciatura, habilitação na qual não foi necessária elaboração de pesquisa monográfica (apesar de que, na Prática de Ensino tenha trabalhado uma temática ligada aos militares). O Mestrado foi, então, a oportunidade de colocar o projeto sobre a caserna em prática.

Durante todo o meu tempo de serviço no 31º BIMtz tive que conciliar a atuação como Tenente e o estudo das Ciências Sociais. Isto me fez ver sempre a instituição de forma diferente da maioria dos outros militares. Esta foi sempre uma situação conflituosa, pois sabemos que um quartel do Exército não é um local onde se possam expressar opiniões livremente. Contudo, críticas à instituição são feitas diariamente, sobretudo dentro dos círculos dos oficiais Subalternos e Praças. Tenentes e sargentos expressam

opiniões livremente entre membros dos dois grupos. Porém, as críticas raramente são levadas aos oficiais intermediários e superiores. Assim, mesmo reclamando, oficiais subalternos e praças devem se submeter ao que é decidido pelos seus superiores hierárquicos, sem lhes questionar diretamente.

Durante a última fase da elaboração desta pesquisa, encontrava-me no posto de 1º Tenente e exercia a função de Comandante de Pelotão de Fuzileiros. Era o Oficial Temporário de maior antiguidade e o que estava há mais tempo servindo no 31º BI Mtz, não sendo, contudo, o mais velho. O posto de 1º Tenente é o último do círculo dos Oficiais Subalternos, o que significa que na cadeia hierárquica estou abaixo de alguns 1º tenentes mais antigos que eu, dos capitães, majores e do Tenente-Coronel. A relação entre 1º e 2º tenentes e aspirantes-a-oficial é pautada na igualdade, pois todos pertencem ao círculo hierárquico dos Oficiais Subalternos (embora os Asp Of sejam Praças Especiais, frequentam o círculo dos Oficiais Subalternos).

No entanto, na medida em que se é mais antigo dentro do respectivo círculo, têm-se algumas prerrogativas. Abaixo dos Oficiais Subalternos estão praças, ou seja, subtenentes, sargentos, cabos e soldados. A última graduação de praças é a de Subtenente, assim, estes já são militares mais velhos, em final de carreira. Normalmente se ocupam de atividades administrativas (encarregados de material das subunidades) e, embora estejam subordinados aos tenentes, estes são orientados e devem seguir diretrizes dos subtenentes, sobretudo quanto à administração de material.

1ºs e 2ºs sargentos, embora tenham menos tempo de serviço que os subtenentes, necessariamente têm mais tempo de serviço e experiência que os tenentes (exceção feita aos tenentes do Quadro Auxiliar de Oficiais, que foram sargentos e após a graduação de Subtenente são promovidos a Tenente do QAO). Desta forma, cumprem um papel fundamental auxiliando não apenas os jovens tenentes, mas também capitães e majores.

Como os sargentos ficam oito anos em sua primeira graduação, a de 3º Sgt, nesta podemos encontrar tanto recém-promovidos que acabaram de chegar da escola de formação, quanto sargentos com mais de seis anos de serviço, ou seja, com mais tempo do que aquele que qualquer oficial tem como tenente.

Cabos e soldados do Efetivo Profissional são auxiliares nas diversas seções, Nas quais, em geral, exercem funções que exigem algum grau de qualificação e conhecimento; compõe também o Pelotão de Operações Especiais do Batalhão. A maioria dos integrantes do batalhão é constituída pelos soldados do Efetivo Variável, que passam o ano tendo instrução e executando atividades que exigem pouca qualificação.

O círculo de praças se constitui em uma importante fonte de dados, por se encontrar numa posição hierarquicamente inferior, estando provavelmente *mais livres* em termos de regras de revelação e ocultamento do que os oficiais. Claro que não esquecemos que não podemos esperar que os indivíduos revelem segredos que venham a contrariar diretamente a impressão que querem dar de si mesmos ou do grupo do qual fazem parte.

Desta forma, os segredos da região interior de cada grupo podem ser revelados por indivíduos não pertencentes ao grupo em questão. Os membros das camadas mais baixas na hierarquia dão informações importantes a respeito dos desvios e dos atos de resistência cometidos pelos superiores hierárquicos. Este fato ganha relevância diante do exposto anteriormente sobre a distância existente entre os oficiais de carreira e as praças. Distância esta menor quando falamos de oficiais temporários. No quartel, as *plateias* são segregadas. Assim, cada grupo representa um papel diferente para uma *plateia* diferente. Cada círculo hierárquico exhibirá uma região exterior distinta, à medida que a *plateia* se constituir de cabos e soldados, sargentos, oficiais subalternos, intermediários (capitães) ou superiores.

Devido à estratificação gerada pela hierarquia, os membros dos *grupos subordinados* sabem muito a respeito dos *grupos dominantes* e questionam as vantagens inerentes ao seu *status*". Dessa forma, *praças*, sobretudo cabos e soldados, representam "uma constante ameaça de subversão" para o grupo dos oficiais. "Constituem dissidentes bem pouco comprometidos, ou que até mesmo desprezam o desempenho de seus superiores" e assim são "informantes úteis sobre acontecimentos de bastidores" (cf BERREMAN, 1980. p. 169 a 172). Já os oficiais de carreira são informantes mais relutantes acerca dos assuntos que não sejam do desempenho da região exterior, pois estes, devido a questões que já expus anteriormente, têm maior responsabilidade pela produção do desempenho e maior compromisso com o seu sucesso.

Durante boa parte da pesquisa de campo, exerci a função de Oficial de Comunicação Social. Apesar de não ter qualquer formação profissional na área, desempenhei atividades de Assessoria de Imprensa e Relações Públicas. Esta função trouxe alguns pontos positivos e outros negativos para o desenvolvimento da pesquisa. Nela, tive sempre que estar sabendo das atividades do Batalhão, seja para divulgá-las para a imprensa, convidados do batalhão ou mesmo para o público interno; tive que ter sempre o controle sobre o efetivo do batalhão; pude observar algumas formaturas e instruções de fora das mesmas; organizei parte do álbum de fotografias do atual comando, *etc*. Estava mais distante dos recrutas, não lidando com eles cotidianamente, estando, no entanto, mais próximo do comando. Em setembro/2006, voltei a comandar um pelotão de recrutas de infantaria, o que me deixou mais próximo do cotidiano de sua instrução⁷.

⁷ E das experiências que lhes são comuns, inclusive uma de punição, que relato a seguir: Exercendo esta última função, fui punido disciplinarmente com dois dias de detenção, por ter viajado à cidade de Natal/RN, durante o feriado do Dia de Finados, sem ter informado ao comando do Batalhão. No dia 21 de novembro, o Btl já estava em regime de meio-expediente, então eu estava em minha residência, quando o Ten, Cmt Cia Fuz, me telefonou, informando que o Cmt queria falar pessoalmente comigo e não queria adiantar o assunto. Quando cheguei ao quartel o Cmt me disse que havia sido publicada a minha punição, uma detenção de 02 dias. Ele não me queria deixar nem mesmo voltar em casa, para pegar material necessário para passar dois dias no quartel. Porém, falei que minha esposa precisava ficar com o carro e ela autorizou que eu fosse deixar o veículo com ela. Cumpri a punição sem prejuízo às atividades de expediente, permanecendo até o fim do dia em um apartamento da "Casa de Hóspedes". Os soldados, espantados ao saber que um Ten também podia ser

Um pesquisador que estude os militares, mas que seja estranho à caserna, dificilmente terá acesso ao outro lado da oficialidade, da institucionalidade. Conforme nos coloca L. Pinto:

Estamos vendo a razão pela qual o serviço militar pode ser uma ilustração interessante da tentativa de observação participante. O próprio sociólogo é um alistado – o que é, sem dúvida, a única maneira de ter acesso a um universo pouco aberto à pura observação. No início, dispõe apenas do conjunto de impressões e humores que constituem sua própria experiência; e se ele possui um “privilégio” de participação, a objetivação está longe de ser evidente. Unicamente a via da construção do objeto permitir-lhe-á apreender seu próprio ponto de vista enquanto tal e adquirir o conhecimento dos princípios que explicam determinadas experiências singulares. (PINTO, 1996: P. 15)

É claro que muitas dificuldades e pontos negativos existem quanto à conciliação das atividades de pesquisa com as atividades profissionais de oficial. Por exemplo, corria o risco de me encontrar contagiado por certos valores institucionais. No entanto, enquanto cientista social me políciei e tentei me desvencilhar deste tipo de interferência exercitando o que Bourdieu (ano) chama de *vigilância epistemológica*⁸.

O fato de estar inserido na instituição na posição de Tenente trouxe, além de algumas vantagens, vários problemas. Dentre estes, o desafio do controle de impressões na trama cotidiana⁹. Uma tarefa essencial foi objetivar as estratégias de construção de imagens utilizadas por cada um dos envolvidos no ambiente estudado, na medida em que

punido, me perguntavam o motivo e se algum outro oficial já havia sido punido no Batalhão; alguns soldados do Pel que eu comandava diziam: “o Pelotão Alfa é bom mesmo, até o Tenente está punido” (neste dia havia cerca de cinco soldados do Pelotão Alfa punidos, alguns presos e outros detidos). No dia seguinte os sargentos que conversavam comigo durante o TFM me estimulavam a entrar com um processo na justiça comum contra o Cmt e/ou denunciá-lo devido às irregularidades administrativas da Operação Pipa. A noite desta data, os soldados detidos e de serviço na Cia Fuz conversavam com os presos do “X-2”. Chacoteavam dos mesmos e “vibravam” com o fato de todos serem do Pelotão Alfa, inclusive os soldados detidos que conversavam do lado de fora da prisão e o Ten que, detido, participava da conversa.

8 Uma das maiores dificuldades que enfrentei no processo foi o fator tempo, pois a atividade profissional em um quartel do Exército é de dedicação integral, ou seja não há limite legal para a carga horária de trabalho dos militares. Desta forma, apesar da liberação que me foi concedida no primeiro ano do mestrado para frequentar as aulas, eu não tive qualquer flexibilidade ou redução no horário do expediente para pesquisar, o que seria diferente se fosse algum pesquisador civil que estivesse frequentando o quartel com tal finalidade.

9 “A tarefa da pesquisa etnográfica pode ser vista como um sistema que envolve a interação social entre o etnógrafo e seus sujeitos. Considerado como um aspecto básico à interação, o controle das impressões tem, portanto, tanto um significado metodológico quanto substancial para os etnógrafos” (BERREMAN, 1980, p.141).

eles procuram projetar uma imagem conveniente a seus interesses, ora ocultando, ora revelando determinados fatos.

O que fiz foi observar, descrever e analisar a minha própria experiência, o que via enquanto um membro do grupo estudado. Não escondi dos meus superiores, pares e subordinados o que pesquisava, embora não tenha solicitado autorização formal para a realização da pesquisa e a maioria dos demais integrantes não entendia do que se tratava quando tentava explicar o que estava pesquisando.

O Exército tem uma preocupação muito grande com a sua imagem perante a opinião pública, por isso, muitas vezes termina por maquiar a imagem que passa da própria instituição, evitando a crítica e a exposição pública da realidade institucional. Quando um civil pede autorização ao Comando do Exército para realizar uma pesquisa em determinada Organização Militar, há sempre um cuidado extra por parte dos comandantes com a imagem que o pesquisador irá transmitir, além do que o próprio fato de haver um civil dentro de um quartel já é algo estranho para os que servem no quartel em questão, o que pode causar mudanças de comportamento.

Independentemente de civil ou militar, qualquer outro pesquisador que se proponha a realizar uma etnografia em um quartel, mesmo que com os mesmos objetivos, metodologia e abordagem teórica, notaria aspectos diferentes da realidade estudada. Observaria alguns fatos e outros permaneceriam ocultos. Então, qualquer que fosse o lugar do observador na pesquisa, haveria pontos positivos e negativos, ele observaria alguns aspectos e não conseguiria notar ou perceber outros, bem como traria contribuições específicas para a compreensão da realidade estudada¹⁰.

Os cuidados institucionais em relação a mim foram os mesmos em relação aos demais militares. Assim, apesar de que, como oficial, tenha tido acesso a documentos

10 Sobre as dificuldades encontradas por pesquisadores civis na caserna ver: CASTRO, Celso. O Espírito Militar: um antropólogo na caserna. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004; LEIRNER, Piero de Camargo. Meia-Volta, Volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

reservados, não posso divulgá-los amplamente. Da mesma forma, somente um fotógrafo é autorizado a, cotidianamente, tirar fotografias no interior do quartelamento e divulgá-las; assim, a maioria das fotografias utilizadas neste trabalho é de autoria do fotógrafo cadastrado, embora eu mesmo tenha tirado algumas. E ainda, imagens de qualquer militar em específico só constam neste trabalho com a devida autorização dada pelo sujeito fotografado.

2. PERSPECTIVAS TEÓRICAS

2.1. A hierarquia

A identidade militar é demarcada pela hierarquia. Esta, ao mesmo tempo em que caracteriza as instituições militares, diferencia os indivíduos pertencentes a este tipo de instituição.

O *Estatuto dos Militares* assim define a hierarquia militar:

§ 1º - A hierarquia militar é a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas. A ordenação se faz por postos ou graduações; dentro de um mesmo posto ou graduação se faz pela antiguidade no posto ou na graduação. O respeito à hierarquia é consubstanciado no espírito de acatamento à sequência de autoridade¹¹.

Posto é o grau hierárquico do oficial, e *graduação* é o grau hierárquico de *praças*. Os militares de mesma categoria são agrupados em âmbitos de convivência denominados círculos hierárquicos, cuja finalidade, de acordo com a instituição, é “desenvolver o espírito de camaradagem, em ambiente de estima e confiança, sem prejuízo do respeito mútuo” (E1-80, Art 15 e 16).

As discussões sobre o significado da *hierarquia* normalmente vêm subordinadas ao conceito de disciplina, sendo aquela um meio através do qual os militares pretendem alcançar altos níveis de disciplinamento. De acordo com Leirner (1997), a ordem é inversa: a disciplina existe para tornar possível a hierarquia. Segundo esse autor, *ser militar* significa estar inserido na lógica hierárquica, a qual, ao mesmo tempo em que faz com que todos se sintam parte da instituição, os diferencia de cima para baixo, através da hierarquia. Por ser um conceito abstrato, a hierarquia necessita de algo que a expresse, ou seja, a disciplina. “Pode-se dizer, portanto, que a hierarquia opera a ‘totalidade’ das dimensões da vida social militar” (LEIRNER, 1997, p. 111). É

11 ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Estatuto dos Militares (E1-80). Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Edição atualizada pela Lei 10.416 de 27/03/2002. Brasília: EGGCF. Cap III, Art. 14, § 1º.

necessária a disciplina para se inscrever a própria lei e a própria ordem da instituição, disciplinando corpos e mentes dos militares.

Para as Forças Armadas, todos os militares devem observar com rigor e acatar integralmente as regras que fundamentam o organismo militar (E1-80, Art 14). Mas as regras institucionais não pairam no ar. Elas são elaboradas por um grupo específico e homogêneo de militares: os que estão no topo da cadeia hierárquica. No caso do Exército, são os oficiais oriundos da AMAN que chegaram ao generalato que elaboram e alteram os regulamentos, bem como, apesar de terem que seguir determinações dos escalões superiores, são os oficiais oriundos daquela escola que, nos diversos quartéis do Exército, como oficiais intermediários ou superiores, determinam as regras a serem seguidas, como segui-las e quem deve segui-las. São eles que têm o comando nos quartéis, pois os comandantes de companhia e chefes de seção são, normalmente, capitães, os subcomandantes de Batalhão são Majores ou Tenentes Coronéis e o comandante Tenente Coronel ou Coronel. Os demais integrantes devem cumprir as ordens deste grupo (veremos adiante como se dá na prática esta relação e como este sistema de comando beneficia os oriundos da AMAN durante toda a carreira).

Para Foucault (2002) a hierarquia é uma técnica que permite ver e induz a efeitos de poder. Para que possa melhor controlar, o olhar disciplinar necessita de escala:

(...) O poder disciplinar, graças a ela (a vigilância hierarquizada), torna-se um sistema “integrado”, ligado do interior à economia e aos fins do dispositivo onde é exercido. Organiza-se assim como um poder múltiplo, automático e anônimo; pois, se é verdade que a vigilância repousa sobre indivíduos, seu funcionamento é de uma rede de relações de alto a baixo, mas também, até um certo ponto de baixo para cima e lateralmente; essa rede “sustenta” o conjunto, e o perpassa de efeitos de poder que se apóiam uns sobre os outros: fiscais perpetuamente fiscalizados. O poder na vigilância hierarquizada das disciplinas não se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade; funciona como uma máquina. E se é verdade que sua organização piramidal lhe dá um “chefe”, é o aparelho inteiro que produz “poder” e distribui os indivíduos nesse campo permanente e contínuo. O que permite ao poder disciplinar ser absolutamente indiscreto, pois está em toda parte e sempre alerta, pois em princípio não deixa nenhuma parte às escuras e controla

continuamente os mesmos que estão encarregados de controlar; é absolutamente “discreto”, pois funciona permanentemente e em grande parte em silêncio (...) ¹².

Embora Foucault tenha pensado em uma situação ideal de controle disciplinar e hierárquico, podemos verificar os aspectos acima citados em quartéis. Como todos os integrantes estão inseridos numa cadeia de comando, todos estão subordinados a alguém, da mesma forma que todos têm alguém que lhe seja subordinado. Até mesmo um comandante de Batalhão é subordinado ao General comandante da Brigada, sendo por ele, ou por sua delegação, fiscalizado e vigiado. Da mesma forma, entre os soldados recrutas, a camada mais baixa da hierarquia, há uma relação de antiguidade estabelecida dentro de cada turma de incorporação, pela idade (quanto mais velho, mais baixa a numeração e maior a antiguidade). Mesmo o recruta mais moderno está inserido nesta lógica, pois, como no final são todos pares, na maioria das vezes a escolha daquele que coordenará e fiscalizará as atividades do grupo em determinado momento, é feita de forma aleatória, independente da antiguidade. A antiguidade beneficia os recrutas mais velhos, eventualmente, através de algumas prerrogativas que lhes concede.

Em paralelo à classificação hierárquica em postos e graduações, o E1-80 estabelece ainda uma subclassificação a partir da antiguidade em determinada patente. No Exército existem alguns critérios para a definição da antiguidade entre militares no mesmo posto ou graduação, mas, sem dúvida, o tempo passado nos postos é o fator principal para estabelecer este tipo de relação entre pares. De acordo com Louis Pinto (1996), os militares, sobretudo os de posição mais baixa na cadeia hierárquica, tendem a valorizar a duração do tempo em que integram a instituição. Tal valorização deve-se à “incapacidade de fazer algo do tempo que passa elaborando um projeto (...). Se nada ocorre e se, com o tempo que passa, continuam a não ser nada, poderão, pelo menos,

12 FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. 26a ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

sentir reconforto pensando que o tempo passado não terá sido inútil” (PINTO, 1996: p. 55). Ao valorizar a “antiguidade” os militares homenageiam a instituição, pois assim, implicitamente, se reconhece que “o tempo passado não foi totalmente insignificante”, pois o seu decorrer diferencia os militares entre si. “A ‘antiguidade’ é a prova de que se passou alguma coisa durante esse período, muitas vezes, denunciado como uma inútil perda de tempo: no entanto, se é suficiente “esperar” para obter essa qualidade indefinível, é com a condição de o alistado se confiar ao tempo, submetendo-se a uma ou outra forma de obrigações que só, ilusoriamente, poderiam ser controladas” (PINTO, 1996: p. 56).

2.2. A Disciplina

Antes de expor a reflexão teórica propriamente dita sobre a o conceito de disciplina, vejamos o que o próprio Exército entende por este conceito, sob a perspectiva das leis e regulamentos seguidos pela instituição.

De acordo com o *Estatuto dos Militares*,

§ 2º Disciplina é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo militar e coordenam seu funcionamento regular e harmônico, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes desse organismo¹³.

O Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial das Forças Armadas (R-2), antes de detalhar os procedimentos a que se propõe, complementa a noção contida no E1-80:

Art. 2º (...)

§ 1º Todas as formas de saudação militar, os sinais de respeito e a correção de atitudes caracterizam, em todas as circunstâncias de tempo e lugar, o espírito de disciplina e de apreço existentes ente os integrantes das Forças Armadas.

13 ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Estatuto dos Militares (E1-80). Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Edição atualizada pela Lei 10.416 de 27/03/2002. Brasília: EGGCF. Cap III, Art. 14, § 2º.

Art. 3º O militar manifesta respeito e apreço aos seus superiores, pares e subordinados:

I – pela continência;

II – dirigindo-se a eles ou atendendo-os de modo disciplinado;

III – observando a precedência hierárquica;

IV – por outras demonstrações de deferência.

.....

§ 2º A espontaneidade e a correção dos sinais de respeito são índices seguros do grau de disciplina das corporações militares e da educação moral e profissional de seus componentes¹⁴.

Já o Regulamento Disciplinar do Exército (R-4), após repetir o citado no

E1-80, acrescenta que:

Art. 8º (...)

§ 1º São manifestações essenciais de disciplina:

I – a correção de atitudes;

II – a obediência pronta às ordens dos superiores hierárquicos;

III – a dedicação integral ao serviço; e

IV – a colaboração espontânea para a disciplina coletiva e a eficiência das Forças Armadas¹⁵.

Para Foucault (2002), o poder age sobre os corpos, tornando-os dóceis, ao possibilitar que os mesmos sejam analisáveis e manipuláveis. “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 2002, p. 118). Assim, é imposta uma forma de dominação que atua detalhadamente sobre o corpo, impondo-lhe uma relação de docilidade-utilidade, cujos métodos são as disciplinas. Manipulam-se detalhadamente os elementos do corpo, através de uma política de coerções. Assim, “a disciplina fabrica corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’. (...) a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada” (FOUCAULT, 2002, p. 119).

De acordo com Foucault, a fabricação de corpos dóceis se dá através de:

14 ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial das Forças Armadas. Decreto nº 2.243, de 3 de junho de 1997. Brasília: EGGCF. Título II, Cap. I, Art. 2º, § 1º e Art. 3º, § 2º.

15 ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Regulamento Disciplinar do Exército. Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002. Brasília: EGGCF, 2002. Cap. I, Seção III, Art. 8º, § 1º.

...técnicas sempre minuciosas, muitas vezes íntimas, mas que têm sua importância: porque definem um certo modo de investimento político e detalhado do corpo, uma nova ‘microfísica’ do poder (...). Pequenas astúcias dotadas de um grande poder de difusão, arranjos sutis, de aparência inocente, mas profundamente suspeitos (...). Descrivê-los implicará na demora sobre o detalhe e na atenção às minúcias: sob as mínimas figuras, procurar não um sentido, mas uma precaução; recolocá-las não apenas na solidariedade de um funcionamento, mas na coerência de uma tática. (...). A disciplina é uma anatomia política do detalhe (FOUCAULT, 2002. p. 120).

Esta anatomia política do detalhe se manifesta, no quadro do quartel, “na minúcia dos regulamentos, no olhar esmiuçante das inspeções, no controle das mínimas parcelas da vida e do corpo” (FOUCAULT, 2002, p. 121). Ou seja, a disciplina do quartel atenta para todos os detalhes, pois é neles que o poder se encontra, nos minúsculos aspectos da vida cotidiana.

Para que aja de forma eficiente sobre os indivíduos, a disciplina exige o princípio da clausura e do *quadriculamento*. “Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo” (FOUCAULT, 2002. p. 123). Assim, torna-se mais eficiente o controle disciplinar e a vigilância hierárquica. O espaço organizado pode ser facilmente analisável e, com isso, os indivíduos nele encontrados podem igualmente ser conhecidos, dominados e utilizados. Codificando o espaço, as instituições disciplinares além de promoverem a vigilância, criam um espaço útil.

A primeira das grandes operações da disciplina é então a constituição de ‘quadros vivos’ que transformam as multidões confusas, inúteis ou perigosas em multiplicidades organizadas. (...). Trata-se de organizar o múltiplo, de se obter um instrumento para percorrê-lo e dominá-lo; trata-se de lhe impor uma ‘ordem’ (FOUCAULT, 2002, p. 127).

Além da repartição disciplinar do espaço, é fundamental à disciplina controlar a atividade, sendo necessária para isso a imposição de um tempo também disciplinar. Assim, durante todo o transcurso do tempo de trabalho o corpo deve ficar aplicado às atividades de serviço. “A exatidão e a aplicação são, com a regularidade, as virtudes fundamentais do tempo disciplinar” (FOUCAULT, 2002. p. 129).

E ainda, o controle disciplinar deve impor que tudo seja aproveitado em favor da instituição no decorrer do tempo. Desta forma, para que seja extraído do corpo o máximo de eficácia e rapidez, o mínimo gesto deve ser também controlado. “O corpo disciplinado é a base de um gesto eficiente” (FOUCAULT, 2002, p. 130). Tal fato implica que, da mesma forma, a relação do corpo com os objetos que manipula seja bem definida pela disciplina.

Assim, a disciplina compõe forças para obter um “aparelho eficiente”. Os corpos dóceis podem ser colocados, movidos e articulados com outros. “O soldado cujo corpo foi treinado para funcionar peça por peça para operações determinadas deve, por sua vez, formar elemento num mecanismo de outro nível” (FOUCAULT, 2002, p. 139). Assim, inserido na fração de tropa da qual faz parte, obtém-se o resultado final do corpo, a articulação de vários corpos-segmentos.

“Essa combinação cuidadosamente de medida das forças exige um sistema preciso de comando” (FOUCAULT, 2002, p. 140), sistema este que deve fazer com que as ordens dadas sejam breves e claras o suficiente para que provoquem o comportamento desejado. No entanto, o que importa não é que os subordinados compreendam o que lhes é ordenado, mas que percebam o sinal dado e reajam da forma esperada, sem qualquer desvio ou reclamação: “colocar os corpos num pequeno mundo de sinais a cada um dos quais está ligada uma resposta obrigatória e só uma” (FOUCAULT, 2002, p. 140).

O poder disciplinar é um poder que tem como função maior adestrar para retirar e se apropriar mais e melhor das potencialidades dos corpos. Adestramento este que funciona ao decompor os atos individuais até os mínimos detalhes necessários para a criação de corpos e forças úteis. Tal processo de criação se dá através de minúsculos procedimentos através dos quais é possível influenciar de forma significativa os aparelhos

mais grandiosos de imposição do poder. Tal sucesso do poder disciplinar se deve ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e o exame.

Segundo Max Weber (1979), dentre as várias forças que fazem decair em importância a ação individual nas instituições permanentes de nossa sociedade, a disciplina racional é a mais irresistível. É dentro do próprio grupo que a disciplina é imposta, através de um código disciplinar próprio e do treinamento específico para que os indivíduos fiquem submissos ao mesmo. De acordo com Weber:

O conteúdo da disciplina é apenas a execução da ordem recebida, coerentemente racionalizada, metodicamente treinada, e exata, na qual toda crítica pessoal é incondicionalmente eliminada e o agente se torna um mecanismo preparado exclusivamente para a realização da ordem. Além disso, tal comportamento em relação às ordens é uniforme. Sua qualidade como ação comunal de uma organização de *massa* condiciona os efeitos específicos dessa uniformidade. (...) Para a disciplina, é decisivo que a obediência de uma pluralidade de homens seja racionalmente uniforme (WEBER, 1979, p. 292).

Para que se possa calcular racionalmente o poder de ataque, físico e psíquico, das massas, estas são condicionadas e treinadas uniformemente para a disciplina. Os elementos “morais” da resistência de um soldado, ligados a seu entusiasmo e dedicação têm lugar na disciplina e crescem de importância na conduta moderna da guerra. Para alcançá-los a liderança militar busca, no combate, influenciar os subordinados através da inspiração e treiná-los para a “compreensão enfática” da vontade do chefe. Tudo deve ser racionalmente calculado, principalmente os fatores emocionais e irracionais. A dedicação tem caráter objetivo, dirige-se não a uma pessoa, mas a uma causa comum.

Na realidade, o indivíduo não pode fugir dessa organização mecanizada, pois o treinamento rotinizado o coloca em seu lugar e o obriga a “continuar”. Aqueles que estão nas fileiras se integram, forçosamente, no todo. Essa integração é um forte elemento na eficiência de toda disciplina, e especialmente nas guerras conduzidas de forma disciplinada. É o único elemento eficaz e continua mesmo depois que as qualidades “éticas” do dever e da consciência falharam (citar autor, ano e página).

A técnica bélica, até certo ponto, determina o conflito entre a disciplina e o carisma individual na esfera da estrutura da guerra. Isto acontece independentemente dos tipos de armas utilizadas, pois qualquer destas tanto pode ser usada no combate disciplinado quanto no individual. O tipo de arma é resultado da disciplina, e não o inverso. Todas as técnicas de guerra associadas ao uso da pólvora só se tornaram significativas com a existência da disciplina, assim, só atingiram amplas proporções com o uso das máquinas de guerra que pressupõe a disciplina.

De fundamental importância para a determinação do desenvolvimento da disciplina foram as bases econômicas nas quais se basearam as organizações militares e, em maior grau, a ordem política e social na qual estavam inseridas. Deste último fator dependia a disciplina dos exércitos e o papel que tiveram na guerra.

A necessidade de se prover a manutenção dos guerreiros sempre existiu quando se trata de um exército disciplinado e profissional. Desta forma a estrutura do Estado, a economia e a família sempre foram afetadas pela disciplina. À base da maior concentração dos meios de guerra nas mãos do “senhor bélico” a disciplina cresceu¹⁶

A separação dos guerreiros dos meios de guerra e a concentração desses meios nas mãos de um poder centralizado deram origem às bases típicas da disciplina da massa. Este processo de separação e concentração teve efeitos semelhantes também na empresa capitalista e na organização burocrática. Nestas, a separação dos trabalhadores de seus meios de trabalho também viabilizou e tornou necessária a disciplina.

“A disciplina do exército deu origem a toda a disciplina. A organização econômica em grande escala é o segundo grande agente que prepara os homens para a

¹⁶ É o que sugere Weber: “Todo o desenvolvimento significou, na verdade, a importância, evidentemente crescente, da disciplina, e, também evidentemente, a execução coerente do processo econômico através do qual uma economia pública e coletiva foi substituída pelo capitalismo privado como base da organização militar” (WEBER, 1979, p. 300).

disciplina” (WEBER, 1979, p. 301). A moderna fábrica capitalista tem como modelo ideal a disciplina militar.

Com a ajuda de métodos de mensuração adequados, a lucratividade ótima do trabalhador individual é calculada como a de qualquer meio material de produção. À base desse cálculo, o sistema americano de “administração científica” obteve os maiores triunfos no condicionamento e treinamento racional do comportamento de trabalho. As consequências finais são obtidas com a mecanização e disciplina da fábrica, e o aparato psicofísico do homem se ajusta completamente às exigências do mundo exterior, das ferramentas, das máquinas – em suma, a uma “função” individual. O indivíduo é destituído de seu ritmo natural, determinado pela estrutura de seu organismo; seu aparato psicossocial é adaptado a um novo ritmo através de uma especialização metódica de músculos que funcionam separadamente, e estabelece-se uma economia ótima de forças correspondente às condições de trabalho. Todo esse processo de racionalização, na fábrica como em qualquer outra parte, e especialmente na máquina estatal burocrática, é paralelo à centralização dos implementos materiais de organização no poder discricionário do senhor (AUTOR, ANO, PÁGINA)

A disciplina avança na medida em que se processa a racionalização do atendimento das necessidades econômicas e políticas, diminuindo-se assim, a importância da conduta diferenciada individualmente.

2.3. A Resistência

James Scott (2002) trabalha com o conceito de resistência cotidiana sob um enfoque que evidencia o caráter de luta de classes. Sei que os mecanismos de dominação institucional são impostos a todos os integrantes do Exército, independentemente de seu lugar na hierarquia e de sua origem social. O enfoque dado por Scott (*idem*) é diferente do abordado pela maioria dos autores citados no presente trabalho, mas não deve ser desconsiderado. Ao se analisar a origem social dos atores envolvidos na trama cotidiana no quartel, podemos perceber que quanto mais baixa a classe social de origem do sujeito, mais baixa tende a ser a sua posição hierárquica no quartel. Analisando as entrevistas realizadas por ocasião da seleção dos recrutas, percebe-se que a quase totalidade deles tem renda familiar muito baixa e seus pais têm ocupações desqualificadas em nossa

sociedade (vigilantes, empregadas domésticas, agricultores, *etc.*), ou mesmo são desempregados. Esta origem é diferente da média observada entre membros de círculos dos que ocupam posições superiores na instituição. Ou seja, há uma correlação entre a classificação institucional e a classificação social dos sujeitos externa à instituição.

E ainda, embora todos devam se submeter às regras da instituição, fazem-no de forma diferenciada, em níveis diferentes, de acordo com seu lugar na hierarquia, o que justifica a utilização de categorias como as de *dominantes* e *dominados*. Formalmente, todos são dominados pela instituição, todos têm que se submeter à hierarquia e à disciplina, mas, a linha divisória entre os ditames institucionais e os interesses particulares dos que fazem parte do comando não é muito bem demarcada. Desta forma, há sim os que dominam e os que são dominados, e estes não o são apenas dentro dos quartéis, mas fora também. As armas utilizadas para resistir a esta mescla de dominação institucional e arbitrariedades de cunho particular são diferentes na medida em que descemos na hierarquia.

Pensando assim, podemos tentar aplicar o modelo “scottiano” na análise dos processos de resistência na caserna, utilizando a tipologia sugerida por ele enquanto armas dos relativamente *sem poder*, em relação à dominação de classe, mas aqui em relação à dominação em si:

(...)fazer “corpo mole”, a dissimulação, a submissão falsa, os saques, os incêndios premeditados, a ignorância fingida, a fofoca, a sabotagem e outras armas dessa natureza. Essas formas brechtianas de luta de classe têm certas características em comum: requerem pouca ou nenhuma coordenação ou planejamento; sempre representam uma forma de autoajuda individual; evitam, geralmente, qualquer confrontação simbólica com a autoridade ou com as normas de uma elite (SCOTT, 2002).

Ainda de acordo Scott (*idem*), as diversas formas de resistência cotidiana muitas vezes são as únicas disponíveis para quem é vítima da repressão. Assim, apesar de não afetarem frontalmente as várias formas de exploração, essas formas de resistência

têm uma importância fundamental. A estas formas, o autor chama de resistência passiva, “expressa através de sabotagens sutis, de não participação, de evasão e de engano” (SCOTT, 2002).

Dessa forma, de uma maneira silenciosa, esses pequenos atos de insubordinação individuais se somam, trazendo assim, consequências de proporção considerável no quadro mais geral da dominação. Micro atos, seguros por serem anônimos, fazem com que as formas cotidianas de resistência não sejam percebidas e por isso sejam eficazes. Um exemplo destes micro atos é o fato de, no dia-a-dia, através da fofoca e da difamação, os dominados consistentemente influenciarem o comportamento dos dominadores.

Esse autor trabalha com o conceito de micro resistências como sendo qualquer ato cuja finalidade constitui-se em reivindicar ou negar obrigações impostas por classes superiores. Este tipo de resistência, embora não se exija que tome a forma de ação coletiva, é uma resistência simbólica, baseada na diferenciação de classe. Muitas vezes os indivíduos que atuam desta forma, nem mesmo conseguem identificar claramente as suas intenções, mas inconscientemente estão sendo sujeitos da resistência e da mudança.

Essas micro resistências, apesar de geralmente serem desorganizadas e individuais, implicam em uma não acomodação à dominação. “Ações que não poderiam de forma alguma ser consideradas ‘políticas’, quando multiplicadas, podem ter consequências as mais massivas tanto para estados quanto para exércitos” (SCOTT, 2002). A proporção das minúsculas intenções dos atores é suplantada pelas consequências de tais atos, sendo, tais intenções de grande importância para se compreender tal processo de resistência.

Buscando-se sobreviver dentro do sistema de dominação, os indivíduos, impedidos de agir coletivamente, não têm para onde recorrer, senão para meios de

resistência os quais, agindo localmente, requerem pouca coordenação. Apesar de pouca e baseada em ações individuais, a coordenação existe (informalmente), pois tal forma de resistência não é apenas ação individual.

Com um enfoque diferente do empregado por Scott, a antidisdisciplina é tratada por Certeau (1994), através dos conceitos de *tática e estratégia*. A análise de Certeau (*idem*) centra-se em mostrar que os indivíduos, através de procedimentos “minúsculos” e cotidianos não se rendem totalmente à vigilância hierárquica, a qual também atua sobre os detalhes da vida cotidiana. Assim, os dominados se utilizam de “maneiras de fazer” para jogarem e não se conformarem com os mecanismos disciplinares, através de “táticas” articuladas sobre os detalhes do cotidiano e seguindo regras próprias.

O autor define “estratégia” como sendo:

...o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças, que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (...) pode ser isolado. A estratégia postula um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com *uma exterioridade* de alvos ou ameaças (...) (CERTEAU, 1994, p. 99).

Ou seja, entende-se por “estratégia”, a forma como os agentes do poder dominante, dentro de determinado ambiente, lugar do querer e de poder próprios, impõem a ordem vigente à população.

Mas, como afirma Certeau, “na ordem organizada pelo poder do saber... sempre é possível uma prática desviacionista” (CERTEAU, 1994. p. 90). Assim, os indivíduos, através da tática, desviam a ordem efetiva das coisas, de acordo com os seus interesses. Apesar de não haver nem o objetivo nem a ilusão de que tal ordem mudará proximamente, ela é negada através de “golpes” cotidianos em seu terreno. É a isso que Certeau chama de *tática*. Quem se encontra dentro de um *próprio* alheio a si mesmo, tende a aproveitar as falhas abertas na vigilância do poder proprietário, utilizando-se de

astúcia. Assim, através da tática cria-se um senso de ocasião que é a arte de “dar um golpe” (cf. CERTEAU, *idem*).

3. ASPECTOS ETNOGRÁFICOS DO OBJETO

3.1. Breve histórico do 31º BI Mtz

No ano de 1851 houve a união entre duas Organizações Militares existentes desde 1772: o Regimento de Infantaria de Linha de Santa Catarina e o Regimento de Infantaria de Linha do Maranhão. Esta fusão deu origem ao 14º Batalhão de Caçadores, no Rio Grande do Sul, o qual veio a transformar-se em 13º Batalhão de Caçadores, na mesma província do Rio Grande do Sul.

Com o passar dos anos, o 13º Batalhão de Caçadores foi tomando outras estruturas e designações e transferindo-se de sede, até que em 1º de julho de 1941, transformou-se em 14º Regimento de Infantaria, sediado em Jaboatão dos Guararapes/PE. Em 1973 este batalhão se desmembrou em dois, sendo um deles o 31º Batalhão de Infantaria, o qual foi desativado na década de setenta e teve uma de suas companhias transferida para a cidade de Caicó/RN. Posteriormente, esta companhia transformou-se em 31º Batalhão de Infantaria Motorizado. Este veio transferido para a cidade de Campina Grande em 1982, ocupando as instalações anteriormente ocupadas pela 5ª Companhia de Infantaria.

Diversas outras organizações militares já estiveram instaladas na cidade de Campina Grande, destacando-se, dentre outras, o 31º Batalhão de Caçadores, a partir de 1944, o 40º Batalhão de Caçadores, a partir de 1945¹⁷, o 1º Grupamento de Engenharia de Construção, a partir de 1955 e a 5ª Companhia de Infantaria, a partir de 1968.

O primeiro comboio militar transportando o material da 1ª Companhia de Fuzileiros do 31º BIMtz saiu de Caicó/RN em 18 de março de 1982, iniciando a instalação do batalhão em Campina Grande; sendo a transferência definitiva completada em 21 de maio de 1982.

¹⁷ O 31º BC e o 40º BC, durante a Segunda Guerra Mundial, enviaram diversos militares para compor a Força Expedicionária Brasileira e para realizarem a vigilância e defesa do litoral nordestino.

3.2. As relações disciplinares

3.2.1. 1º Período: 1982 – 1985 (o fim da ditadura)

Este período constitui-se nos primeiros cinco anos do 31º BIMtz na cidade de Campina Grande/PB, bem como os últimos cinco anos do Regime Militar brasileiro (período da chamada abertura política). Com a finalidade de situar historicamente o objeto, quanto às relações disciplinares, faço aqui uma retrospectiva quanto ao funcionamento dos mecanismos de disciplina e de burla no período em questão.

Conforme vimos no resumo histórico do tópico anterior, à época da instalação do 31º BIMtz na cidade de Campina Grande, já existia no aquartelamento de destino uma outra Unidade do Exército, a 5ª Cia Inf. Desta forma, em maio de 1982, temos a convergência de duas unidades militares. O 31º BIMtz vinha da cidade de Caicó/RN trazendo parte de seu material e pessoal; e a 5ª Cia Inf, sendo extinta deixava, além de suas instalações e material, parte de seu efetivo para compor o Batalhão que chegava à cidade.

Analisando-se as punições publicadas em Boletim Interno, verificamos que as transgressões que motivaram as mesmas normalmente eram dos seguintes tipos: faltar ao serviço, ao expediente, a alguma atividade de instrução ou à Revista do Recolher, apropriar-se sem autorização de material da União ou de outros militares, evadir-se do aquartelamento por local e em horário impróprios, descumprimento de ordens superiores, encontrar-se à paisana em local público sem autorização, encontrar-se em visível estado de embriagues alcoólico dentro do aquartelamento, desrespeitar superiores hierárquicos, não pagamento de dívidas, problemas com a Polícia Militar, etc.

Durante todo o período a maior parte delas foi motivada por falta ao serviço, expediente ou alguma outra atividade obrigatória, sendo normalmente aplicados de quatro a oito dias de detenção. Em seguida, há maior incidência de casos nos quais o militar era percebido cometendo alguma transgressão durante o serviço de escala, como podemos perceber em um caso no qual um soldado foi enquadrado “por ter sido encontrado desatento e completamente alheio ao serviço em seu posto, quando de sentinela da hora, dando mal exemplo a seus pares”, sendo inicialmente punido pelo comandante da Companhia com 04 dias de detenção, a qual foi agravada pelo comandante do Batalhão para 15 dias de detenção (BI nº 030, de 12 Fev 82, do 31º BIMtz).

Por outro lado, um outro soldado, da mesma forma do caso anterior, sem ser reincidente e com bons antecedentes, ao ser repreendido “por ter, quando de serviço de Guarda do Quartel, sido surpreendido por um Oficial, fora de seu posto e dormindo quando de sentinela da hora”, foi punido com apenas cinco dias de detenção no mês de dezembro de 1985 (BI nº 237, de 19 Dez 85, do 31º BIMtz). Analisando-se os dois casos acima citados, além da diferença da punição aplicada aos soldados, podemos verificar que até mesmo a ênfase dada na redação dos textos descritivos das transgressões foi diferenciada, apesar do fato de que dormir no posto seja considerado crime militar.

Se a transgressão envolvesse alguma ameaça à autoridade dos superiores hierárquicos, sobretudo Oficiais, casos que ocorreram principalmente no ano de 1982, haveria punição maior que a média. Por exemplo, citamos o caso de um soldado que, no mês de março de 1982, foi punido nos seguintes termos: “por ter, numa instrução de ordem unida, trabalhado mal, intencionalmente, saindo de forma e afastando-se do local sem a devida permissão; haver se dirigido a um Oficial de maneira inconveniente e desatenciosa, procurando desconsiderá-lo; demonstrando, desse modo, falta de postura pessoal e militar; constituindo-se num péssimo exemplo para os seus pares (...), fica

detido por 20 dias, sendo ainda, a punição agravada pelo Comandante do Batalhão para oito dias de prisão” (BI nº 048, de 15 Mar 82, do 31º BIMtz).

Em termos de *resistência* coletiva, um caso narrado por um soldado recruta no ano de 1982 é emblemático:

“Por exemplo, esse fato que lhe falei no início. Que esse Ten Dias Araújo sacou da sua arma, pistola, foi porque ele deu, nós acabamos uma ordem unida, todos os soldados suados, fazia mais de duas horas que ele tava fazendo uma corrida para cansar mesmo, para torturar, e a gente sem se mexer. Ele queria que a gente pedisse para parar, e o Pelotão não pediu. Nós combinamos de não pedir. “Vamos mais uma vez”. Nós percebemos que ele estava com o intuito de baixar nosso moral, desmoralizar a gente. “Faz o seguinte, a gente morre, vai para o hospital, cai um no ombro do outro, mas não pede para parar”. Então, nós começamos era umas 11 horas, já ia por volta de... nem almoçamos, ele não permitiu o almoço não, fizemos ordem unida. Já ia por volta de uma e meia da tarde, no sol quente, a gente fazendo vários tipos de ordem unida, o Pelotão fazendo. Ele não liberou para o rancho. Não sei se tinha comandante da época, só sei que chegou aos olhos do comandante e nós não pedimos para parar. Numa hora ou outra dessa, no sol quente, a gente acha que ele não aguentou também, ele liberou. E deu tempo inviável para aquela quantidade de homem e de bebedouro beber água e urinar. Um minuto, para 30 homens e 12 bebedouros. Aí completou o tempo, ele voltou, que era só ele no alojamento dele. Tomou água geladinha, que era só ele. A gente tomava água de torneira, e voltou, e chamou, nos chamou e ninguém deu ouvido. Chamou umas cinco vezes e ninguém deu ouvido. Ele entrou e chamou e ninguém deu ouvido. Os cabras continuaram brincando, revezando, tudo para tomar água. Aí, quando ele viu que tinha ficado desmoralizado, ele sacou a arma. Aí, “se não sair daqui eu vou atirar e não escolho quem é, para onde a arma apontar eu atiro, ou vocês saem, ou vou começar a atirar e vocês sabem que eu sou doido, não tenho medo de atirar em nenhum de vocês não”. Ele usava munição real, aí, por conta dessa ameaça, nós tivemos que sair. Alguns tomaram água, outros não. Alguns urinaram, outros não. Aí, depois, também ele viu que não conseguia, acho que uns 20 minutos, meia hora depois, ele viu que não conseguia. Ele se cansa também, de estar do sol quente, aí liberou a gente. Isso foi uma forma inconsciente de se revoltar. Não foi uma forma organizada, nem com reunião, nem feita com certa estratégia, era do momento, era do que estava acontecendo ali. Não existia, como se diz, um motim não. Um motim já é um movimento articulado, diferente desse que se reporta.”

Além das imposições regulamentares no trato com oficiais, de acordo com os relatos de entrevistados, as relações entre os soldados e os superiores eram marcadas por um intenso distanciamento. Não existiam vínculos de amizade e os soldados não tinham liberdade nem mesmo para se dirigir a um Cabo de maneira menos formal.

Nas entrevistas dos que estavam na caserna no primeiro período aparecem algumas particularidades a respeito da relação entre os militares dos diversos postos e graduações. Segundo os entrevistados desse grupo, o relacionamento entre praças e oficiais oriundos de Caicó era marcado por um grau de rigidez e distanciamento diferenciado do encontrado entre os oriundos da 5ª Cia Inf, havendo espaço para uma maior flexibilização das relações hierárquicas. Como consequência, foi um choque para estes últimos a forma como passaram a ser tratados pelos oficiais e sargentos vindos de Caicó e a forma como os "soldados do 31" aceitavam tal condição. Havia ainda, uma mentalidade entre os integrantes da extinta 5ª Cia Inf, de que os militares oriundos do 31º BIMtz estariam tomando as vagas dos militares campinenses, já que com a vinda do Batalhão, muitos militares já fixados na cidade tiveram que ser transferidos ou desligados do Exército. Devido a isso, era habitual haver no aquartelamento uma separação e uma rivalidade entre os oriundos das duas unidades, seja em atividade de confraternização ou mesmo na constituição de frações para o cumprimento das missões. Nos primeiros anos do Batalhão em Campina Grande, era normal a inimizade entre os pares oriundos das duas unidades e mesmo um excesso de rigidez por parte dos oficiais e sargentos campinenses no trato com os soldados vindos de Caicó, pois quanto mais vezes estes fossem punidos maiores seriam as possibilidades de não continuarem no serviço ativo e, assim, liberarem vagas de permanência em Campina Grande.

Quando perguntei ao Sgt QE, na entrevista que realizei com ele, sobre a forma como os oficiais vindos de Caicó e os que já estavam aqui, que faziam parte da 5ª Cia, tratavam os subordinados, o entrevistado me colocou os seguintes pontos:

Foi, foi diferente sim senhor. Se tira pela desunião que tinha, (...), chegamos aqui encontramos que, foi extinta a 5ª, (...) então ficou uns tenentes e capitães, então houve aquela rivalidade assim deles, eles tratavam os militares que veio de Caicó diferente dos que tavam aqui, porque eles achavam que a gente tinha prejudicado eles, era perseguição mesmo, punir, botar pra

fora. A gente era para ser botado pra fora e abrir vagas para que eles ficassem aqui. Eu lembro que o Cap Ulisses foi um dos que questionou muito com eles, porque o Cap Carlúcio na época era um cara que perseguia muito. O Tenente Gurgel, esse que ta na Brigada, quando chegou, ele viu mesmo. Puxa, isso é perseguição mesmo! Ele hoje é Cel, mas ele era Ten na época, aí ele deu o braço pra gente que veio de Caicó, que na semana ele aliviava e mandava a gente vir pra Caicó, mas os daqui da Cia, não. Até mesmo os cabos e soldados, eles achavam que a gente tava tomando as vagas deles, por quê? Porque a 5ª Cia foi extinta, aí quem tinha vaga para permanecer, permanecia. Quem não tinha foi jogado para outras Unidades, Petrolina. A maioria foi para Petrolina, outros para Recife. Quem tava indo para Petrolina, o cabra saía daqui inchando de raiva da gente, putó. Teve assim, uns quatro tenentes temporários (...) esse pessoal, viche Maria, quando tava de serviço com o pessoal do 31, era perseguição cerrada. A nossa salvação foi o Cap Ulisses e o Ten Gurgel, que chegou depois, e a gente agoniado. (...). Já o instrutor Jardim, também quando perguntava “é do 31 ou Campina Grande?” “31”, então já tratava com a maior ignorância do mundo, como quem diz: “foi vocês que vieram pra aqui e tiraram a gente daqui”. Agora nunca vi ninguém de nós tratar nenhum deles desse jeito. O Cap Ulisses era gente boa também na época, (...) assumiu e não deixou mais ninguém mexer com a gente, mas foi ruim pra gente se adaptar aqui na Cia, porque eles diziam assim: “vocês estão aqui de arrimo, vocês vieram pra aqui sem ninguém chamar”. Não sei o que eles tinham, só sei que conseguiram trazer a gente pra cá. Foi extinto aquilo tudo, a gente é culpado de ter vindo não, ninguém pediu, chegava lá diziam: ta transferido. Hoje não tem mais quase ninguém da 5ª. (...), mas que a gente enfrentou vários obstáculos, a gente enfrentou. Comércio, perseguição, não por parte do campinense, mas por parte dos militares que nem daqui eram, vieram de fora, transferidos pra cá. Queriam permanecer na cidade que era muito boa, aí achavam que tavam sendo prejudicados, que iam sair na marra, então acharam ruim, aí começaram a fazer jogo sujo para o 31 ser prejudicado, mas até que enfim saiu bem. (*sic*)

O mesmo entrevistado, quando perguntado se a forma como os oficiais de Caicó tratavam os soldados de Caicó era diferente da forma como os oficiais que estavam aqui tratavam os soldados que daqui, informou que

Era sim. Era sim, o pessoal de Caicó que vieram com os oficiais, (...) quando dizia já tratou-se assim, e eles tratavam também diferente o time daqui da Companhia porque, tipo aquela rivalidade que eles tratavam a gente de uma maneira, aí começaram a tratar a gente da mesma maneira. Até que teve uma reunião para o pessoal ver que ali era simplesmente uma transferência e era tudo militar da mesma área, então não era para tratarem assim um com o outro não, era para estar todo mundo de acordo. E os tenentes da 5ª Cia, eles não queriam saber não, procuravam qualquer besteirinha eles aproveitavam para dar baixa. Tudo bem que naquela época era rígido, mas não precisava daquilo não. A gente via que era tipo perseguição cerrada. Até que dizia:

“vamos prejudicar eles, que aí prejudicando eles ia ter que prorrogar o tempo e mandava embora o soldado”. E tenentes que vinham de Caicó era terminando o tempo (...). De lá, quem era fraco eles não trouxeram pra cá não. Para cá eles trouxeram os melhores, eles licenciaram ou deixaram na Engenharia, terminando o tempo na mesma vaga. Oficiais e sargentos, cabos e soldados que eram bons eles trouxeram para cá.

Perguntei ao Sgt QE se os oficiais de Caicó eram mais “Caxias” que os de Campina Grande:

Não, a “caxiagem” era a mesma, o que eu digo, assim, a diferença que tinha era mais na perseguição. Para diferenciar, Caicó e Campina Grande não, Caicó e 5ª Companhia. Para diferenciar... você daqui, sei que lá, e dava até aquelas brincadeiras lá no rancho, “oh! O pessoal de Caicó... o pessoal de Caicó é garapeiro, nós estamos aqui em nossa cidade e eles estão aqui de arrimo”. E ficavam todo mundo... sofremos muito também porque Caicó é muito quente e aqui era frio. Mas que tinha diferença deles tinha, muito pra gente, assim como uma perseguição. Chegava um cabra, não cobrava nada. Chegava outro, ele cobrava! A gente via que ele queria mesmo botar o soldado numa situação para colocar ele pra fora. Chegou mesmo... já o instrutor mesmo, eu pedi para fazer um curso de Cabo e ele falou pra todo mundo assim: “Belizário não vai não; você veio de onde? De Caicó? Vamos dar prioridade ao pessoal daqui”. Rapaz, oh, aquilo me magoou muito, aí o que que eu fiz: o Gurgel entrou na briga, o Cel Gurgel, que era Tenente na época, falou com o Cel Carlos Romero e ele falou “ou é o Belizário ou não vai ninguém”. Bateu o martelo, foi quando decidi, deu uma porrada no bureau, assim, e disse: “é ele!”. Por aí você tira porque não queria que eu fosse, queria que fosse um cara da 5ª Cia fazer o curso (...) aí disseram, “não vai um cara daqui, mande o Belizário”. (...). O Pessoa sabe disso. Quando ele chegou, ele ainda pegou essa discriminação: “Ah, eles vêm lá do interior para perturbar, quer dizer, tomando vaga da gente”. É que tinham as casas aqui, já tinham imóvel e tinham que sair. Aí achavam ruim por conta disso. Ficavam irritados, (...). O cara que me deu uma punição em Paulo Afonso, Haroldo Morais de Menezes, quem sabe disso? (...) A figura que era Haroldo Morais de Menezes, Caxias, virado na gota serena. Homem, não vi outro igual aquele jeito não. Ele punia todo mundo. Botava a banda para marchar, por aí você tira. A banda batia o bumbo errado, qualquer uma pancada errada, qualquer toque... a banda ficava correndo, arruando e cantando. Parava, arruava e mandava cantar. Centa, levanta, centa, levanta, com aquela zabumbona, blum, blum, blum. Só com autoridade de abuzar mesmo, que o cara ficar com uma zabumba daquela, centando e lavantando, centando e levantando e a gente tinha que fazer mesmo, achar tudo normal. (...). Era todo mundo daquele jeito. O cara fazia o que queria e todo mundo tinha que ficar calado. (...). O que tinha de oficial temporário saindo para a ABIN, ave Maria! Era a mesma coisa que o cara de carreira, você ta por fora. Era a mesma coisa que Dias de Araújo. Dias de Araújo muitas vezes a gente via a desunião deles aí. Ele chegou, deu um grito num Tenente, só porque o Tenente era daqui. Ribeiro, esse Tenente aí, esse Tenente aí foi o que eu disse que era grosso pra caramba, só porque ele era

daqui e o outro do 31. “Porra, vou lhe dar uma surra de urtiga para você aprender a ser homem”. Isso no meio da tropa todinha, lá em Boqueirão, no treinamento da gente lá. Falou para o Gurgel: “Gurgel, vou dar uma surra nesse safado para ele aprender”. Só que era um brincando com a cara do outro, aquela rivalidade que criou eles, entre o que saiu e o que chegou. Já em Caicó não aconteceu isso, porque nós estava saindo e chegou pessoal da Engenharia e ficou gente nossa. (...). Mas não houve nada disso não, acataram nosso pessoal tudo direitinho, não teve nada dessa rivalidade não. Agora aqui não, aqui teve, teve e foi sério, teve e foi sério, isso com a incorporação do que tava aqui também, mas depois que teve a incorporação do 31 aí começou a aliviar, ficou aquela minoria, a minoria, a minoria, até que eliminou total, porque hoje não tem, você não ouve falar mais, é difícil ouvir falar daquele clima lá, só uns quadros lá, dos ex-comandantes, a galeria de ex-comandantes, mas quase ninguém... Eu tenho amigos da 5ª Cia, ainda sou amigo. Mas teve outros lá, que serviram lá, que quando saíram teve, realmente, muitos caras lá que os tenentes ali disse que era para raivar os outros companheiros. Chegava pra ele e falava, “olha, fulano de tal falou isso, isso e isso”. Não precisava falar mais nada, chega pra ele e tá, tá, ta e um tenente daquele dizia: “pôrra ele ta no meu comando, ele é daqui e quem quiser mexer com ele tem que falar comigo! E ai daquele que mexer com meu Soldado”. (...). Aí é que piorava, numa parada o cara olhava demais, qualquer atitude que você fizesse errada. Besteirinha mesmo que você via que dava para passar, (...).

O entrevistado, que foi Soldado recruta em 1982, também ressaltou o aspecto da diferença de comportamento entre os oriundos de Caicó e os que já estavam em Campina Grande:

Então, por exemplo, quando tinha aquelas atividades de lazer, inconscientemente havia uma separação. De repente, você olhava, tinha de um lado só gente de Campina Grande, do outro lado só gente egresso do 31. Quando tinha jogo de futebol, ou um rachão, pelada em final de expediente ou após as atividades físicas, aí começavam a tirar os times e quando você observava no final, de um lado estava oficiais, sargentos e soldados que tinham vindos do 31º Batalhão em Caicó. Desse lado estava oficiais, sargentos e soldados de Campina Grande. Aí pronto, na competição dava uma rivalidade que apesar das pessoas não saberem da rivalidade, em sua grande maioria, mas inconscientemente, no coletivo, existia essa separação, essa fronteira social, cultural e econômica. Então, o Comandante era nosso, o Comandante Geral. Como ele era acostumado aqui a ver os oficiais comandarem e tratarem os soldados, ou sargentos ou cabos de uma forma, quando ele via um oficial que veio de Caicó para cá, com os daqui, ele estranhava: “porque então você trata desse jeito?”. Por outro lado, existia um diferenciamento de tratamento. Tanto dos oficiais que vieram de Caicó como dos oficiais que estavam aqui em Campina Grande. Eles sabiam que aquelas pessoas, pela sua aparência, pelo seu comportamento, eram um pouco mais humildes, tinham um grau de escolaridade um pouco mais baixo, nem toda a sua parte, mas a grande maioria não tinha nem o primeiro grau, nem a primeira fase do primeiro grau; e os caras

daqui, uns estavam na faculdade, outros estavam preste a se formar, ser advogado, ser médico, ou profissional liberal, contador. Enquanto outros que vieram não sabiam nem se expressar direito. Aí tinha o choque de valores, assim, inevitável. Em resumo, não sei se é isso que você queria saber.

De acordo, ainda, com o relato dos entrevistados, em todo o período as punições eram aplicadas sem que o acusado fosse ouvido ou apresentasse qualquer tipo de defesa. Quando ocorria qualquer alteração, o militar já esperava a publicação em Boletim Interno, no mesmo dia, e o imediato início da pena. É o que vemos no depoimento deste militar:

(...)mas não tinha essa não, essa de escutar não, vamos conversar, razão de defesa, tinha nada de razão de defesa não, que conversa é esta? Era cadeia, em separado, dois dias, Mau, rua! Mau e rua! Quando o senhor tira em separado ele publicava 30 dias de cadeia, mas o senhor não tirava os 30 não, tirava os dois em separado. Quando tirava os dois em separado que ia para o Mau, aí o que ele fazia, chamava a polícia. A polícia vinha, chegava no portão, botava o carro de ré, ali para prender o cara. Tirar da cadeia um militar, veja como era a ditadura. Tirar da cadeia para entregar à polícia. Então a tropa em forma, frente para o carro, aí dizia “meia-volta volver”, todo mundo dava as costas, para ninguém ver essa cara embarcando. Aí o cara embarcava no carro, a polícia levava e aí daquele que fosse expulso do Exército dessa maneira. Que a polícia recebia ele de pau, pá, pá, pá, caboco já levava pau até umas horas. Apanhava e ficava preso, preso lá. Tirava cadeia lá, depois liberava, mas, no Mau, o cara ficava sujo, aqui fora a gente não podia mais trabalhar. E tinha a cadeia solitária, não sei se você lembra, ouviu falar, mas a cadeia solitária era uma de política, preso político, fazendeiro, então ele ia preso de costa. E uma solitária que você ficava meio agachado assim, sem ficar de pé total, um pingo d’água nas costas, que você entrava de ré, ficava dois a três dias naquela posição. Militar nosso, político, civil, tudo, tal. Quando você pegava cadeia em separado vai para o Mau e vai direto para a solitária. Lá você ficava dois dias e até para ir ao banheiro era ali mesmo. O banheiro era daquele que você bota os pés. Entra pra dentro, aquele vaso sanitário que você bota os pés pra dentro e tem um buraco só, ali mesmo o cara fazia ali e tome água. (...). Se tira por aí como era arbitrário, um Soldado nosso eles faziam isso.

Verificando-se as publicações em BI, podemos constatar da mesma forma, que algumas punições foram iniciadas antes mesmo da publicação, o que confirma o não direito à defesa prévia.

No período em estudo, também podemos constatar que havia um grande controle da vida dos militares fora do ambiente do quartel. De acordo com relatos,

existiam membros da guarnição de serviço cuja missão era realizar patrulhas pela cidade com o objetivo de verificar se as normas regulamentares estavam sendo cumpridas, desta forma, normalmente se encontrava militares à paisana sem autorização, com *uniforme alterado, sem identidade e cartão de cabelo, alcoolizados, em locais de baixo meretrício*, etc. Além da própria existência desta patrulha, podemos observar que as exigências eram bastante rígidas, refletindo os regulamentos em vigor na época, como podemos perceber no caso de um soldado que foi punido com quinze dias de detenção, no dia 27 de julho de 1983, “por ter faltado a verdade, portar-se sem compostura militar em lugar público *e usar traje civil, sem autorização escrita da autoridade competente*” (BI nº 136, de 27 Jul 83, do 31º BIMtz).

A maior parte das punições aplicadas na época, portanto, não está publicada nas páginas dos Boletins Internos. São, em geral, punições relativas a transgressões de menor gravidade, voltadas aos pequenos detalhes importantes para a manutenção da disciplina e docilização dos corpos. Como já citamos, “a disciplina é uma anatomia política do detalhe” (FOUCAULT, 2002. p. 120). A maior parte destes detalhes, quando não observados pelos soldados, era resolvido no momento em que ocorriam, através de longas e exaustivas sessões de esforço físico. Como por exemplo, quando alguém se mexia *em forma*, era comandado que toda a tropa formada sentasse e levantasse repetidas vezes, ou ainda, quando o erro era cometido por um soldado isolado, era dada ordem para que o mesmo executasse a chamada “completa de 10”, na qual o militar tinha que realizar dez repetições de vários exercícios físicos, ou ainda, mandava-se que o mesmo executasse apenas cerca de dez flexões de braço sobre o solo ou agachamentos (“cangurus”). Vejamos como um dos entrevistados comenta essas práticas:

Era a cobrança, o castigo, que ainda tinha o castigo com a tal da completa. (...) o medo era grande, medo do castigo, o tal do castigo, era medo da completa, a completa era 10 de cada exercício que você faz, 10 abdominais, 10 meio sugados, 10 barras, 10 flexões, tudo era 10, o cabra ficava olhando e gritando, “bora”, “vai”, “pau”, “tá errado”, “volte”, gritando mesmo. Aí chegou uma época que o superior que mandasse fazer isso, o superior tinha que fazer também. Aí depois chegou uma época que cortaram, proibiram, de mandar o Soldado ir pro castigo. Aí a mudança vem, vai mudando. Esse pessoal que tá aposentado aí, eles veem a diferença, o tratamento que o pessoal tem. (Sgt QE .

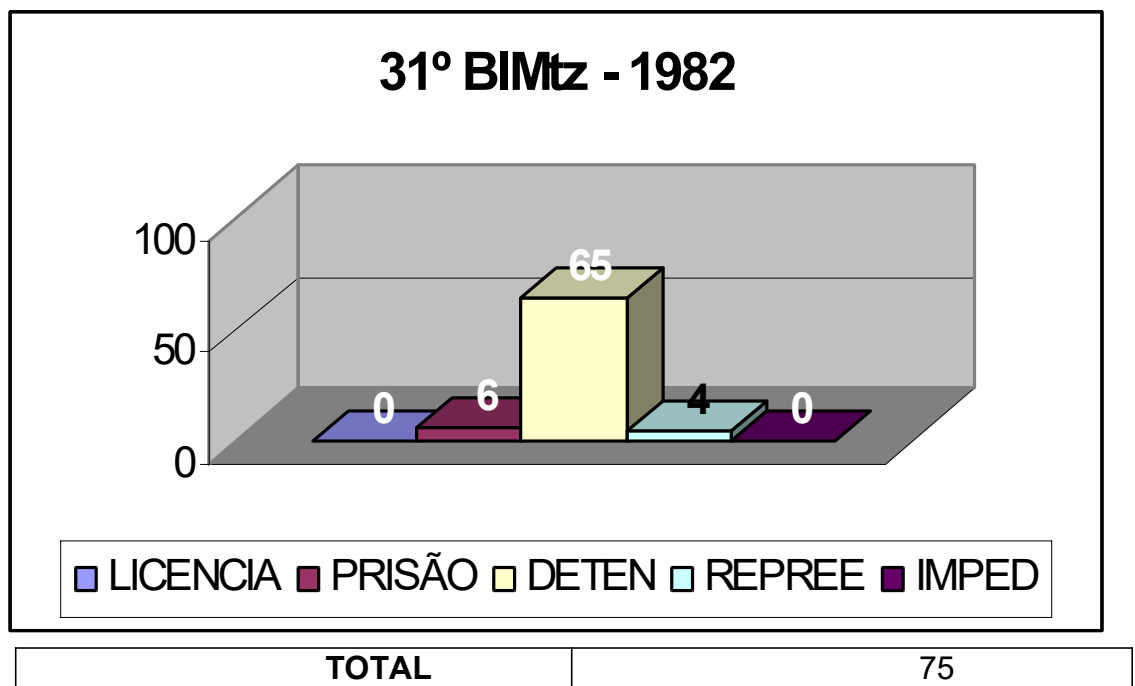
Outra forma de punição existente na época (só veio a extinguir-se no ano de 2002) era a Revista do Recolher, mais conhecida como “Pernoite”, após a qual as praças são impedidas de sair do quartel até o término da Parada Diária e conferência das reservas de armamento do dia seguinte. Esta se baseava no fato de que o Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (RISG) vigente na época previa que todos os praças tinham a obrigação de estar presentes na Revista do Recolher, realizada pelo Oficial-de-Dia no interior do aquartelamento às vinte e uma horas, todos os dias, após a qual não era autorizado que se ausentassem do quartel, tendo, assim, que pernoitar no Batalhão. No entanto, todos eram previamente dispensados de responder a esta revista, salvo quando perdiam este direito devido a algum erro cometido durante o dia. Assim, existia um documento emitido pelo comandante da Companhia, no qual este relacionava os militares que estariam presentes na revista, normalmente a guarnição de serviço e os militares punidos com a perda da dispensa. O “pernoite” não era publicado em Boletim Interno e não ia para a ficha disciplinar dos soldados, desta forma, era aplicado quando a transgressão não era tão grave de forma que o militar merecesse ser mais prejudicado por causa dela. No entanto, se o mesmo faltasse ao pernoite seria considerada uma transgressão média e o soldado ficaria detido por cerca de dois dias.

A punição com pernoite consta no relato de um entrevistado, recruta no ano de 1983: “Alguns colegas meus pegaram até 15 dias, um mês de prisão

dentro do Corpo da Guarda, nas áreas do quartel. Então realmente uma punição maior que existia lá, começava com pernoite, a pessoa não ia pra casa e daí, uma infração mais grave, aí ia pro chamado xadrez. Essa era uma das formas de punir”.

A existência deste tipo de punição extra-regulamentar explica a baixa quantidade de punições publicadas entre 1982 e 1984, se compararmos com as publicações a partir do ano de 2002. No primeiro período temos um total de 269 punições públicas, enquanto no segundo temos 409, apesar do baixíssimo índice dos anos de 2002 e 2003 (cujos motivos analisaremos adiante)¹⁸. Soma-se a este fator o fato de que no primeiro período quase a totalidade das punições publicadas foram detenções, já no último há uma maior diversidade entre as várias gradações de punições, pois o ato de punir tornou-se mais burocratizado (analisaremos esta questão adiante).

Gráfico 1: Punições publicadas em BI ostensivo no ano de 1982



¹⁸ Ver gráficos 5 a 8, localizados no tópico 3.2.2.

Gráfico 2: Punições publicadas em BI ostensivo no ano de 1983

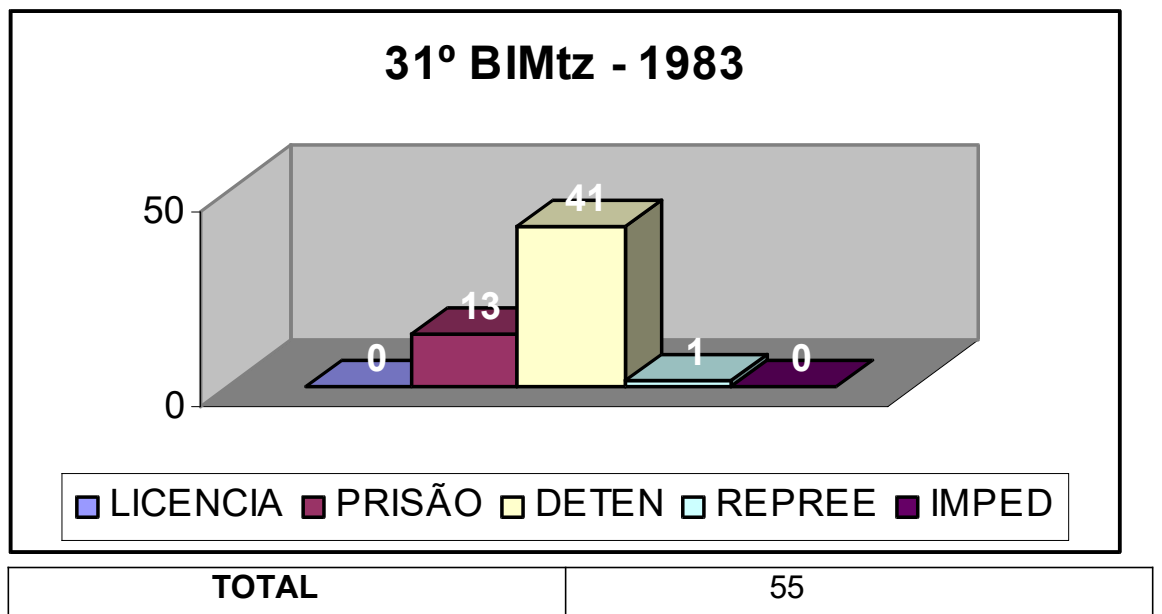


Gráfico 3: Punições publicadas em BI ostensivo no ano de 1984

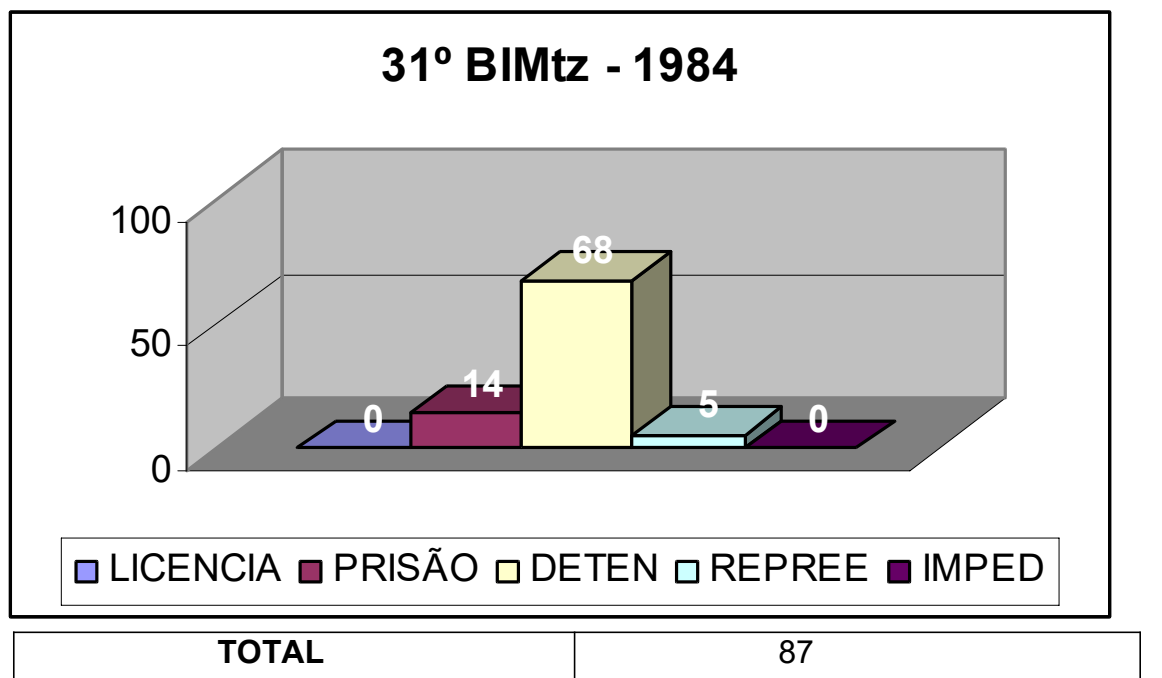
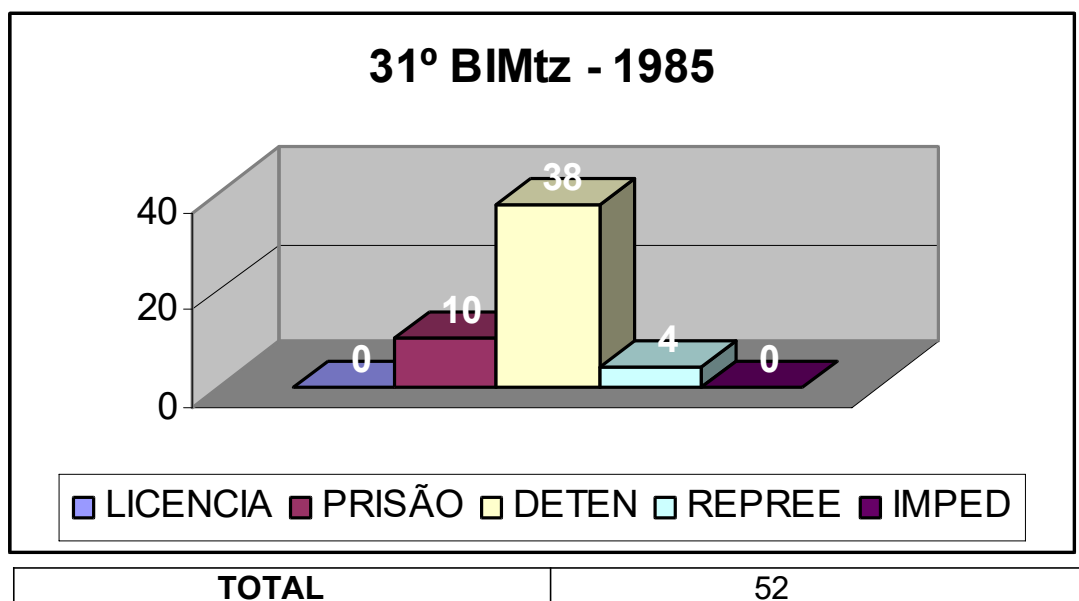


Gráfico 4: Punições publicadas em BI ostensivo no ano de 1985



Uma peculiaridade existente neste período era que em algumas punições com prisão era determinado que alguns dias fossem cumpridos em separado. Nesta forma de se cumprir a prisão, de acordo com relatos orais, o militar ficava em um lugar tão apertado que deveria entrar de costas, abaixo dele havia um buraco no chão para as necessidades fisiológicas e no teto uma goteira cujos pingos caíam nas costas do preso. De acordo com estes relatos, nos casos mais graves das punições com prisão, eram publicados cerca de vinte a trinta dias em regime normal, no entanto, na prática o punido cumpria oito dias, sendo dois em separado. Após isto o militar entrava no comportamento “mau”, e já saía da prisão direto para uma viatura da Polícia Militar estacionada próximo à cadeia, sendo excluído do Exército *a bem da disciplina*. Nos boletins internos encontrei apenas uma publicação na qual consta a punição em separado. Foi o caso de um soldado acusado de

ter usado de má fé, apossando-se, sem permissão, de cheques sem assinatura, retirando-os da bolsa de dois Oficiais do Btl, quando faziam limpeza no alojamento dos mesmos, usando-os em seguida para pagar contas em estabelecimentos incompatíveis com o decoro da classe, contraindo dívidas além das suas possibilidades, sendo reincidente em faltas desta natureza.

Por este motivo o soldado em questão foi punido com oito dias de detenção, sendo dois em separado e ingressou no comportamento “mau” (BI Nr 124, de 04 Jul 85).

No processo de exclusão existia um ritual no qual todos os outros militares entravam em forma, em linha (um do lado do outro), margeando o itinerário da cadeia à viatura da Polícia Militar; quando o excluído iniciava o seu deslocamento, era comandado meia-volta-volver para a tropa em forma, à qual dava as costas ao militar expulso, de forma a não vê-lo entrar na viatura. Havia alguns casos em que a tropa chagava a rasgar o uniforme do excluído. Quando este soldado era entregue à polícia era tratado como um criminoso, inclusive sofrendo agressões físicas por parte dos policiais militares.

Todos os reservistas entrevistados comentaram sobre a prisão em separado e o ritual de exclusão *a bem da disciplina*, porém, quando perguntados se já haviam presenciado algum destes dois procedimentos afirmaram que não, apenas ouviam comentários. Nos boletins internos que pesquisei não foi encontrado qualquer registro de exclusão no período analisado.

Os temas da prisão em separado e da exclusão a bem da disciplina foram relatados em diversos pontos pelo Sgt QE entrevistado:

Era cadeia, em separado, dois dias, Mau, rua! Mau e rua! Quando o senhor tira em separado ele publicava 30 dias de cadeia, mas o senhor não tirava os 30 não, tirava os dois em separado. Quando tirava os dois em separado que ia para o Mau, aí o que ele fazia, chamava a polícia. A polícia vinha, chegava no portão, botava o carro de ré, ali para prender o cara. Tirar da cadeia um militar, veja como era a ditadura. Tirar da cadeia para entregar à polícia. Então a tropa em forma, frente para o carro, aí dizia “meia-volta volver”, todo mundo dava as costas, para ninguém ver essa cara embarcando. Aí o cara embarcava no carro, a polícia levava e ai daquele que fosse expulso do Exército dessa maneira. Que a polícia recebia ele de pau, pá, pá, pá, caboco

já levava pau até umas horas. Apanhava e ficava preso, preso lá. Tirava cadeia lá, depois liberava, mas, no Mau, o cara ficava sujo, aqui fora a gente não podia mais trabalhar. E tinha a cadeia solitária, não sei se você lembra, ouviu falar, mas a cadeia solitária era uma de política, preso político, fazendeiro, então ele ia preso de costa. E uma solitária que você ficava meio agachado assim, sem ficar de pé total, um pingo d'água nas costas, que você entrava de ré, ficava dois a três dias naquela posição. Militar nosso, político, civil, tudo, tal. Quando você pegava cadeia em separado vai para o Mau e vai direto para a solitária. Lá você ficava dois dias e até para ir ao banheiro era ali mesmo. O banheiro era daquele que você bota os pés. Entra pra dentro, aquele vaso sanitário que você bota os pés pra dentro e tem um buraco só, ali mesmo o cara fazia ali e tome água.

.....

Era assim, as cadeias eram tudo assim, punição no Exército era 20 dias, 30 dias, pelo menos, e ainda tinha um tal de em separado, que o cara ia para o Mau direto. Você pode ter o comportamento Excepcional, pegou a cadeia em separado, dois dias, ia para o Mau direto. Era dois dias só, na solitária. Ia direto para o Mau e ruuuuuuuua, jogava no Mau e mandava o cara para casa.

.....

A facilidade de mandar o cabra ir embora em outro caso era expulsar. Dava 30 dias, dois em separado, saía, rua. Entrega à polícia, dava os papéis e dava as costas. A tropa dava as costas, o cabra já recebia batendo. E tome pau da polícia. Como bandido, o cabra ia preso como bandido. Expulso do Exército não presta, pode bater.

A falta de registros desse tipo de procedimento nos Boletins Internos analisados pode significar que tais procedimentos foram publicados nos Boletins Reservados, os quais não foram considerados na presente pesquisa. Por outro lado, o registro desse procedimento pelos entrevistados que nunca o viram ocorrer, pode ser explicado como o resultado da circulação da informação com intuito de produzir, pelo medo do castigo, a exemplaridade da prática e a consequente docilização, conforme analisado no livro *Medos, Mitos e Castigos*, do Prof. Alípio de Souza Filho:

Com a atenção voltada para o cotidiano, podemos constatar como as sociedades se valem dos *mitos de castigos* para incluir nos indivíduos o medo, de modo a evitar que desobedeçam às normas sociais ou desrespeitem a vontade dos deuses, das autoridades, dos antepassados etc. O que equivale a educar a todos para a aceitação da Ordem Social estabelecida. Os mitos de castigos serviriam sempre como discursos de estímulos à adoção de condutas integradas à Ordem – uma função do mito em geral (SOUZA FILHO, 1995: 19).

Até aqui, nossa análise esteve mais voltada aos mecanismos de punição e imposição da ordem disciplinar. De acordo com relatos de reservistas o espaço para a resistência e as transgressões não vistas pelos agentes disciplinares existia, no entanto, ficava bastante restrito, pois os soldados tinham o seu tempo praticamente todo preenchido, principalmente com instruções de Ordem Unida (explicar isso, com nota de rodapé).

Assim, a esfera da burla ficava reduzida a poucos momentos, como por exemplo, quando tinham que realizar alguma tarefa, sob o comando de um próprio recruta, normalmente manutenção das instalações (faxina), sendo exigido pouco tempo para ser cumprida, mas ficava-se retardando para que pudessem descansar e, até mesmo *fazer hora* na cantina ou algum outro lugar do quartel, havendo, inclusive, alguns que pulavam o muro e retornavam horas depois, tudo isso devidamente amparado na cumplicidade dos demais companheiros, que já adotavam certos procedimentos de cobertura para os casos em que a falta de um companheiro fosse percebida.

Quando perguntado sobre as formas que os recrutas encontravam para não executar ordens recebidas, um entrevistado que foi recruta em 1982 me respondeu o seguinte:

Ah! Tem várias formas de fazer. Às vezes você se ausentava até do quartel. Às vezes, por exemplo, pelo número diz a hierarquia entre os soldados, que esse número é baseado na ordem alfabética. Então A, que tem a letra A é superior a todo mundo. Às vezes o comando era passado para um dos iguais soldados. “Ó, vocês vão limpar ou tratar aquela área”. Era dada uma área para a gente cuidar ou tratar, fazer limpeza, cortar o mato ou pintar. Então a gente combinava, “olha, nesse serviço aí, se a gente desempenhar bem, a gente faz em uma hora, e tem até cinco para ficar, vamos fazer e vamos sumir, tal hora a gente volta a se reunir aqui”. E cada um ia fazer o que bem queria, ia até onde queria. Como exemplo, eu ia me esconder no alojamento. Como eu gostava de ler, o tempinho que eu tinha, pegava o livro que eu tava lendo e ia ler. Às vezes ia lanchar numa

lanchonete perto. Pulava o muro, combinava com o cara da guarda aí saía e, “olha, você não me viu não, se eu for pego na entrada ou na saída, eu vou dizer que você estava em tal canto e saí escondido”, para não passar responsabilidade. E era só esperar, ia se esconder, por exemplo, na garagem dos carros, entrava em um carro e ia dormir no banco dos carros. Tinha milhões de formas de fazer. Tinha outra forma mais criativa, era subir nos pés de árvore. Subia nos pés de árvore e ia dormir lá em cima. Era arriscado cair, mas dormia lá em cima. Às vezes o cabra arrumava cópia das chaves dos alojamentos dos oficiais, dos oficiais desocupados, e ia dormir no alojamento de determinado Tenente.

O entrevistado que serviu em 1983 me colocou da seguinte forma este fato:

Era muito difícil o cabra dar uma voada, mas quando havia oportunidade, o pessoal corria para a cantina. Na educação física, tinha alguém que não queria fazer educação física, aí como o grupamento era muito grande, às vezes um saindo, ou dois, não se percebia, logicamente, depois que faz a chamada. Então houve oportunidade, realmente, dos colegas irem para a cantina e depois é que aparecia. Mas de uma forma geral, quase não se podia fazer a chamada voada. A não ser assim, na hora, nos dias normais, por exemplo, no treinamento, tava fazendo varredura no quartel, aí tem sempre um que relaxa mais que o outro. Enquanto um está lá varrendo, o outro está lá fumando um cigarro, está dando uma voadinha leve, então sempre aconteceu isso.

Eram privilegiados nas possibilidades de se atingir os superiores hierárquicos, aqueles que trabalhavam no rancho, servindo e preparando alimentos (ou aqueles que de alguma forma tinham acesso à cozinha). Assim, aqueles oficiais e sargentos mais rígidos e ignorantes acabavam por ingerir alimentos misturados com saliva, urina, esperma, ou outras substâncias. Enquanto comiam, muitas vezes gozavam dos soldados perguntando se os mesmos queriam comer a comida diferenciada servida aos oficiais, mas, enquanto isso, era grande a satisfação interior dos soldados que sabiam que quem estava sendo atingido era o próprio oficial, cuja comida já vinha à mesa misturada com as substâncias citadas. O entrevistado que serviu em 1982 nos dá um exemplo:

Tinha forma de se vingar demais. Por exemplo, na guarda, quando a gente estava na guarda, a gente entrava no refeitório dos oficiais, comia a comida deles, deixava mensagem escrita

com maionese, ketchup, nas paredes. Mesmo a gente sabendo que ia no outro dia limpar. Mensagem de revolta. É, tomava parte do suco e completava com urina, botava água sanitária no feijão, no arroz. Tinha várias formas de fazer. Eu nunca entrei para fazer não, eu não criei esse estilo de guardar mágoa não, mas eu sabia que os colegas meus faziam e me contavam. Muitas vezes a gente ficou assistindo os oficiais, tomando suco que tinha urina de cinco soldados. E os caras olhando um para a cara do outro e tirava mais onda: “você quer? Não tomar café solúvel”, que tinha mais água, parecia água de lama. Dava uma azia, queimava, o café solúvel que eles faziam lá. E eles diziam: “vão tomar café!”... e tome suco gelado! E a gente sabendo que estava cheio de urina.

Na década de oitenta não havia muro cercando o quartel, mas apenas uma cerca. Isto favorecia não apenas as eventuais saídas dos militares durante o expediente, mas também a entrada de mulheres que se relacionavam sexualmente com militares de serviço. O relacionamento sexual com mulheres que entravam no quartel pela cerca era praticado não apenas pelos soldados que estavam nos postos de sentinela, mas incluía também os sargentos que executavam ronda durante a noite e até mesmo os Oficiais-do-Dia.

Nesta fase da presente pesquisa procuramos caracterizar, quanto à relação hierarquia/disciplina *versus* transgressão, o 31º BIMtz no período de 1982 a 1985, primeiros anos da Unidade na cidade de Campina Grande e últimos do regime militar no país. Com a finalidade de se traçar as mudanças ocorridas com o decorrer dos anos no que tange a estas relações, faremos um estudo comparativo para perceber as continuidades e discontinuidades ocorridas da instalação do 31º BIMtz em Campina Grande, em 1982, até o ano de 2005, introduzindo desta forma, o estudo etnográfico realizado em 2006.

3.2.2. 2º Período: 2002 – 2005

Este é o período imediatamente anterior ao ano em que realizei a pesquisa etnográfica referente ao presente trabalho. O ano de 2002 marca também a minha chegada ao 31º BIMtz, a qual ocorreu em 28 de fevereiro daquele ano. No ano de 2002 foi aprovado o atual RDE e em 2004 o atual RISG (este já havia sido modificado em 2002 e 2003), regulamentos que estabelecem as principais diretrizes para a vida diária em quartéis do Exército, dessa forma, a revogação de regulamentos anteriores e a aprovação dos atuais provoca sensíveis mudanças nas relações disciplinares e cotidianas no âmbito da caserna.

Quando observamos as punições publicadas nos BI de 2002 podemos constatar a baixíssima quantidade das mesmas (somente 19 punições). Para entendermos tal fato é necessário expormos que naquele ano os soldados recrutas incorporados em março foram licenciados em julho, metade do tempo regulamentar. Porém, não apenas em 2002 temos baixos índices de punição em relação a esse segundo período analisado. Tal fato acontece também em 2003 (apenas 48 punições). Nesses dois anos temos um comandante de batalhão extremamente carismático, altruísta e benquisto pela maior parte dos integrantes do batalhão. E ainda, o 31º BIMtz contava com capitães comandantes das companhias, oriundos de unidades operacionais do Exército, os quais fizeram com que nunca o batalhão tivesse realizado tantos exercícios de acampamento. Foram realizados diversos exercícios não previstos pelos escalões superiores para o batalhão, todos devidamente autorizados pelo comandante, o qual acatava as idéias de seus capitães.

Gráfico 5: punições publicadas em BI ostensivo no ano de 2002

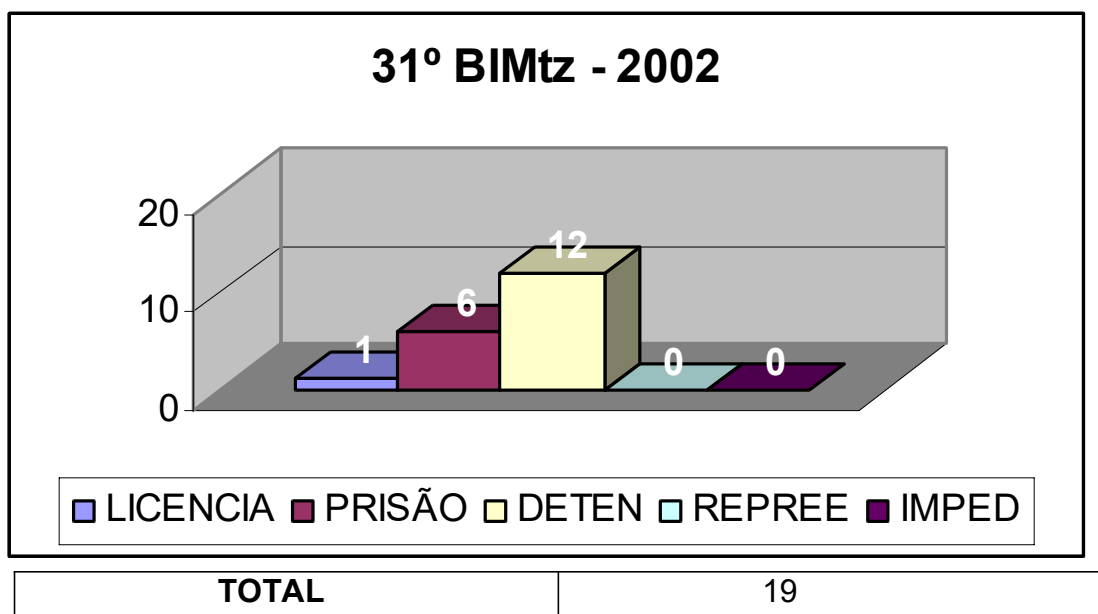
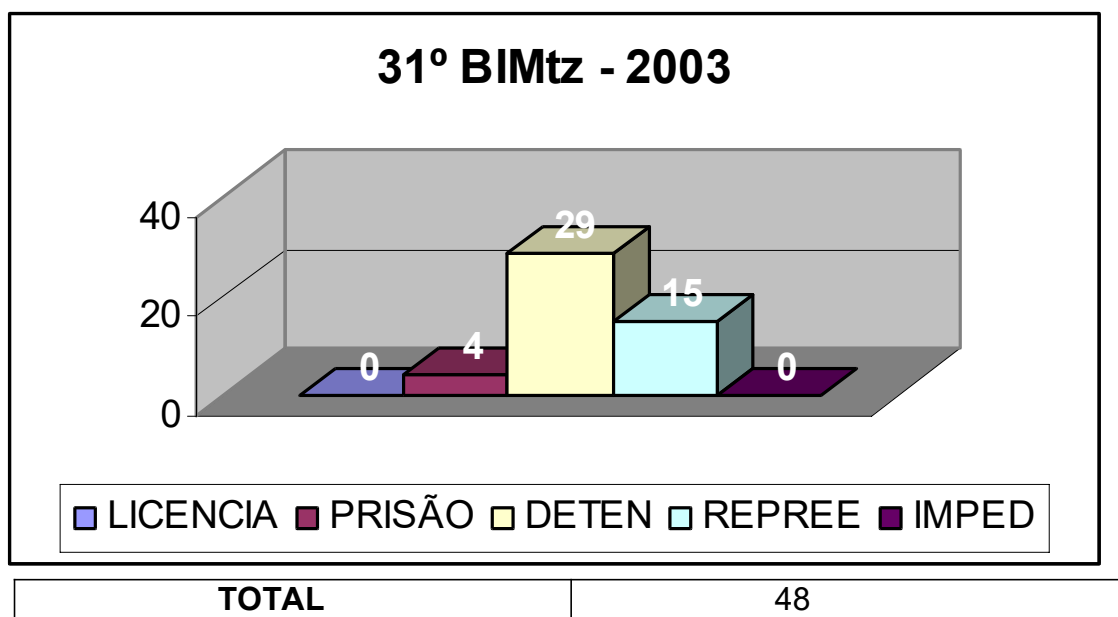


Gráfico 6: punições publicadas em BI ostensivo no ano de 2003



Logo no início do ano de 2002 podemos verificar a ocorrência de uma punição com prisão em separado, porém a prisão foi cumprida na cela da Guarda-do-Quartel, onde é cumprida qualquer prisão (em 2002 já não existia um

local próprio para o cumprimento da prisão em separado). Tratava-se de um Sd NB¹⁹ que tirava o seu último serviço, pois seria licenciado na mesma semana, e defecou na entrada no batalhão, em frente à guarda e dos militares que lá se encontravam na ocasião. Fato relatado da seguinte forma pelo Cmt Cia:

Por ter quando de serviço, atentado contra a honra e o pudor militar ao cometer ato vexativo e repugnante no interior do batalhão na presença de superiores e pares, no dia 10 Mar 02, desrespeitando as convenções sociais e demonstrando descaso pelos companheiros e pela Instituição Exército. (BI Nr 047, 11 Mar 02).

O Cmt Cia o puniu com 30 dias de detenção, sendo a punição agravada para um dia de prisão em separado pelo Cmt Btl. Assim, o término coincidiria com a data de licenciamento do transgressor. Há uma carga simbólica na atitude em questão. O verbo “cagar”, no meio militar significa não estar preocupado com determinada coisa, ao defecar na guarda O Sd demonstrou que por estar prestes a ser licenciado não precisaria mais se preocupar, pois não dependia mais de reengajamento, e não haveria mais tempo para ser punido, portanto, estava “cagando” para o serviço, para seus superiores, para o Exército.

Outro caso ocorrido no início do ano de 2002 foi quando dois Sd EP que estavam de serviço na Guarda-do-Quartel foram até o alojamento de Cb/Sd da Cia C Ap e deram uma surra em um recruta que se encontrava dormindo, doente, baixado ao alojamento. Os dois agressores foram punidos com 10 dias de detenção e alegaram que na ocasião pensavam que o militar que se encontrava dormindo era um outro Sd EP. No relato do fato publicado em BI, consta que os transgressores promoveram rixa com seus pares. Descrevendo-se desta forma, o Cmt Cia

19 Soldado do Núcleo Base são aqueles que, após o tempo de serviço militar obrigatório, foram engajados, ou seja, tiveram o seu tempo de serviço prorrogado. Um Sd pode ser engajado e reengajado, ano a ano, até completar sete anos de serviço.

responsável pela punição manteve a atitude dos agressores no plano da transgressão disciplinar, pois se tivesse colocado que houve agressão, o fato seria enquadrado como crime, tendo conseqüências maiores para os responsáveis pela ocorrência, bem como maiores complicações administrativas para o Comandante do Batalhão e seus oficiais.

No ano de 2002, não há nenhum registro de falta ao serviço ou falta ao expediente, havendo apenas uma publicação de falta à Parada Diária. Já em 2003, encontramos uma falta à parada diária, duas faltas ao serviço e quatro faltas ao expediente. Alterações durante o serviço de plantão ou sentinela (como deitar, sentar, ler ou estar desatento durante o respectivo quarto-de-hora) continuam sendo comuns, no ano em questão ocorreram nove transgressões do tipo, proporcionalmente a de maior ocorrência.

Podemos encontrar ainda, casos de luta corporal entre soldados e o ausentar-se do quartel sem autorização. Temos um registro de ingestão de bebida alcoólica por um sargento e um cabo durante o serviço de Adjunto ao Oficial-de-Dia e Motorista-de-Dia, respectivamente. Com relação a este último caso, aconteceu que o Adjunto saiu na hora do almoço para deixar a refeição das vilas e só retornaram ao anoitecer, já ébrios. O sargento foi punido com quatro dias de prisão e o cabo com dois dias de prisão, sendo ambas cumpridas nos respectivos alojamentos. Outro caso inusitado foi quando o cabo da guarda da vila dos oficiais, junto com os soldados de plantão, levaram mulheres para as dependências da guarda. O cabo foi punido com 06 dias de detenção e os soldados com 02 dias cada um.

Um Sd EP, da turma de 2001, que trabalhava em uma seção e foi licenciado em 2004, me informou em entrevista que quando precisava se ausentar do quartel por algum motivo particular sempre contava com a conivência dos sargentos da

mesma seção. Desta forma, o Sd saia e caso alguém o procurasse os Sgt informavam que ele estava cumprindo alguma missão no quartel.

Em 2004, o aumento na quantidade de punições publicadas em Boletim Interno é bastante expressivo, com relação aos anos anteriores: 201 punições, sendo 05 Licenciamentos a *Bem da Disciplina* – a maior quantidade em todo o período analisado, já que anteriormente só havia ocorrido um licenciamento, no ano e 2002.

No ano de 2005, ainda encontramos altos índices de punição, porém, há uma redução quantitativa com relação ao ano anterior: 141 punições, sendo um Licenciamento a *Bem da Disciplina*.

Gráfico 7: punições publicadas em BI ostensivos no ano de 2004

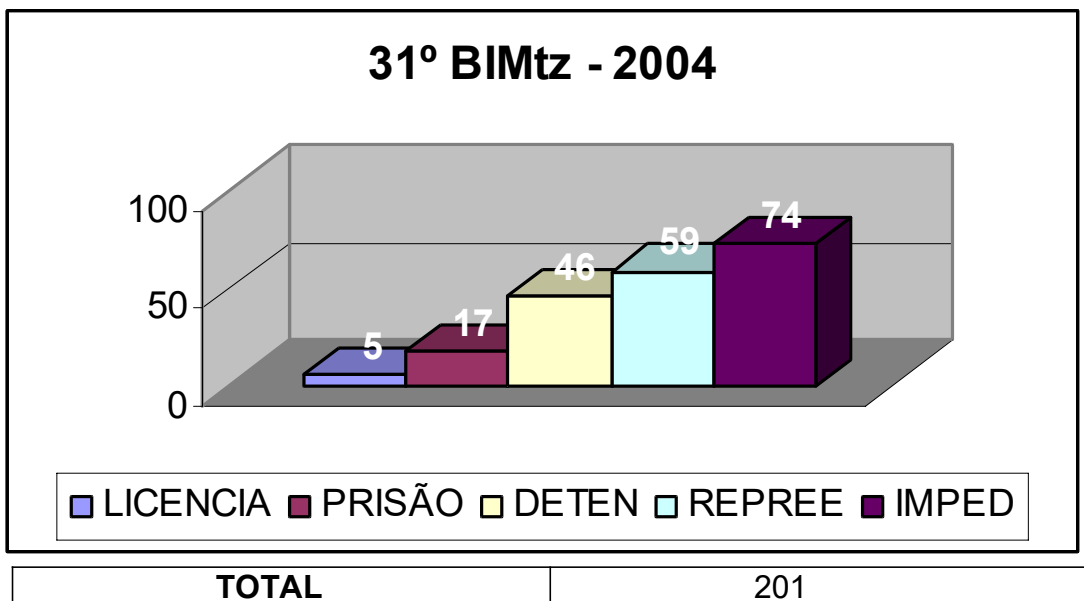
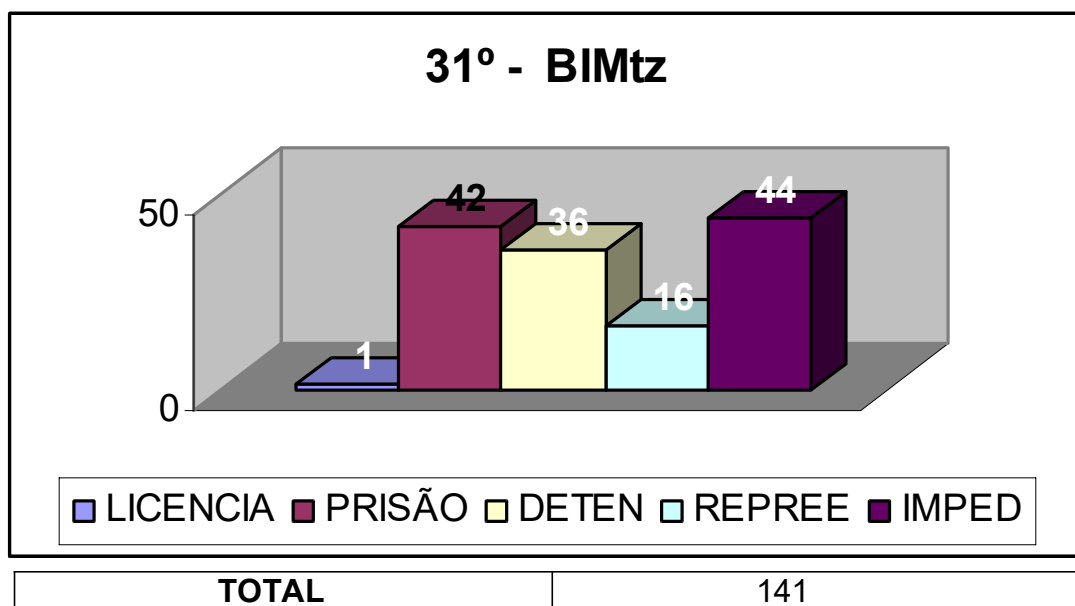


Gráfico 8: punições publicadas em BI ostensivo no ano de 2005



3.2.3. Mudanças ocorridas e introdução às relações disciplinares em 2006

A partir do ano de 2002 ocorreram algumas mudanças com relação às décadas anteriores. Alguns dos principais regulamentos, como o Regulamento Disciplinar do Exército e o Regulamento Interno e dos Serviços Gerais foram atualizados, buscando uma conformidade com a legislação federal mais ampla, principalmente a Constituição Federal. No que tange às relações disciplinares, buscou-se garantir aos acusados o direito ao contraditório e à ampla defesa, bem como impedir o tratamento degradante e a tortura. A partir de então, qualquer punição somente poderia ser aplicada após o devido processo burocrático, ou seja, a informação formal e por escrito das acusações que pesam sobre um indivíduo, o prazo para que o mesmo apresente a sua justificativa ou razões de defesa, o enquadramento da transgressão pela autoridade competente ou o acatamento da

justificativa e, por fim, a publicação em BI da punição aplicada. Qualquer punição física e imediata foi proibida; os oficiais superiores e intermediários passaram a fiscalizar e a não permitir que tenentes, sargentos ou cabos e soldados do efetivo profissional, mandassem que os recrutas executassem qualquer tipo de atividade física como punição por algum ato cometido.

Desta forma, até mesmo as transgressões mais leves passaram a dar origem a procedimentos disciplinares burocráticos, constando nas fichas disciplinares e assentamentos militares dos recrutas, o que poderia culminar na queda da classificação comportamental dos recrutas e na exclusão dos mesmos *a bem da disciplina*. Transgressões simples como estar com a barba mal feita ou se mexer em forma, que até o ano de 2003 poderiam ser resolvidas com a ordem para que o recruta pagasse dez flexões de braço, agora dariam origem a uma participação formal e uma punição publicada em BI; se o soldado voltasse a cometer uma transgressão, necessariamente receberia uma punição mais pesada, e assim sucessivamente.

É neste contexto que foi realizada a pesquisa etnográfica no ano de 2006.

3.3. O QUARTEL

3.3.1. Organização interna

No 31º BI Mtz temos o comando do Batalhão, o Estado-Maior, uma Companhia de Comando e Apoio e uma Companhia de Fuzileiros. Como é uma Organização Militar isolada, tem alguns encargos de guarnição, não previstos em sua organização oficial: Seção de Inativos e Pensionistas, Seção do Fundo de Saúde do Exército e Seção de Fiscalização de Produtos Controlados.

O Estado-Maior (EM) tem o subcomandante do batalhão como chefe, e é formado por quatro seções, cada uma chefiada por um Capitão. A 1ª Seção (S/1) é responsável pelo pessoal, a ela são vinculadas a Seção Mobilizadora, o Setor de Pagamento e a Seção de Inativos e Pensionistas. A 2ª Seção (S/2) é o setor de inteligência, a ela são vinculadas a Seção de Fiscalização de Produtos Controlados e a Seção de Relações Públicas e Assessoria de Imprensa. A 3ª Seção é responsável pela instrução e operações. A 4ª Seção/Fiscalização Administrativa é responsável pelo material utilizado no batalhão e pelo que se refere à parte financeira do mesmo, assim, abrange o Almoxarifado, o Setor Financeiro e o Serviço de Aprovisionamento.

A Companhia de Comando e Apoio é responsável por prestar o suporte necessário à atividade da Companhia de Fuzileiros, bem como à vida administrativa do batalhão como um todo. É subdividida nos seguintes pelotões: Pelotão de Comando, Pelotão de Suprimento, Pelotão de Administração, Pelotão de Comunicações, Pelotão de Manutenção e Transporte e Pelotão de Saúde.

Como o 31º BI Mtz é um batalhão tipo I, então tem apenas uma Companhia de Fuzileiros (o normal é um batalhão ter três Cia Fuz). Esta é dividida em três pelotões de fuzileiros, um Pelotão de Apoio (morteiros) e Seção de Comando. O 1º Pelotão de Fuzileiros comporta o Pelotão de Operações Especiais (Pel Op Es), este é constituído prioritariamente por soldados NB, sendo o pelotão de pronto-emprego do batalhão. Todos os pelotões de fuzileiros são comandados por tenentes e divididos em três grupos de combate, comandados por sargentos, os quais são divididos em três esquadras, comandadas por cabos.

3.1.2. Estrutura física

O quartel do 31ºBI Mtz ocupa uma área total de 102.385 m². Na sua extremidade norte temos o estande de tiro, e na extremidade sul o portão principal. A primeira instalação observada quando entramos no quartel é o corpo da guarda, localizado logo à esquerda.

No corpo da guarda temos os alojamentos e banheiros do pessoal da guarda (Cmt Gd, Cb Gd e Sd sentinelas), a prisão do batalhão, um local para espera de visitantes e um local para guardar materiais diversos. Logo em frente ao corpo da guarda temos uma pequena construção destinada à permanência dos soldados da força de reação.

Prosseguindo pela alameda principal, em direção noroeste, passamos por uma quadra para a prática desportiva, ao lado da qual temos o almoxarifado, outra quadra e um depósito de material. Em seguida, pelo pátio de formatura, tudo à direita de quem entra no aquartelamento. Em seguida temos os primeiros pavilhões. No pavilhão à direita fica a sala do comandante de batalhão, o salão de honra, uma copa, alojamento do comandante e dos oficiais superiores, sala do projeto cultural e sala do subcomandante. No da esquerda temos a 1ª Seção, 3ª Seção, Relações Públicas, 4ª Seção, Tesouraria, Secretaria e Sala da Seca. Anexo a este pavilhão temos a Seção de Inativos e Pensionistas, a barbearia e a sala de informática.

Prosseguindo na mesma direção, temos à direita os pavilhões das companhias. Os dois primeiros da Cia C Ap e os dois seguintes da Cia Fuz. No primeiro temos um alojamento de sargentos, reserva de material, sala de instrução de quadros (SIQ), seção mobilizadora e depósito de material de TFM. No pavilhão seguinte, alojamento de cabos e soldados, sargenteação, sala do comandante da

companhia e reserva de armamento. No terceiro, temos a sargenteação e sala do comandante da Cia Fuz, reserva de material dos pelotões, reserva de material da companhia, sala de meios e reserva de armamento. No último pavilhão de companhias temos o alojamento de cabos e soldados.

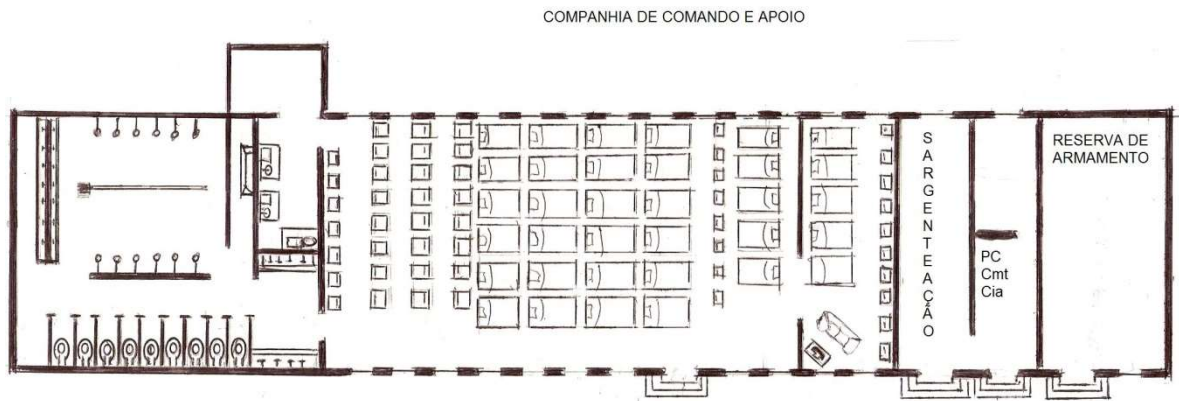


Figura 1: Pavilhão de alojamento de cabos e soldados da CCAP. (desenho do Cb Antoniel)

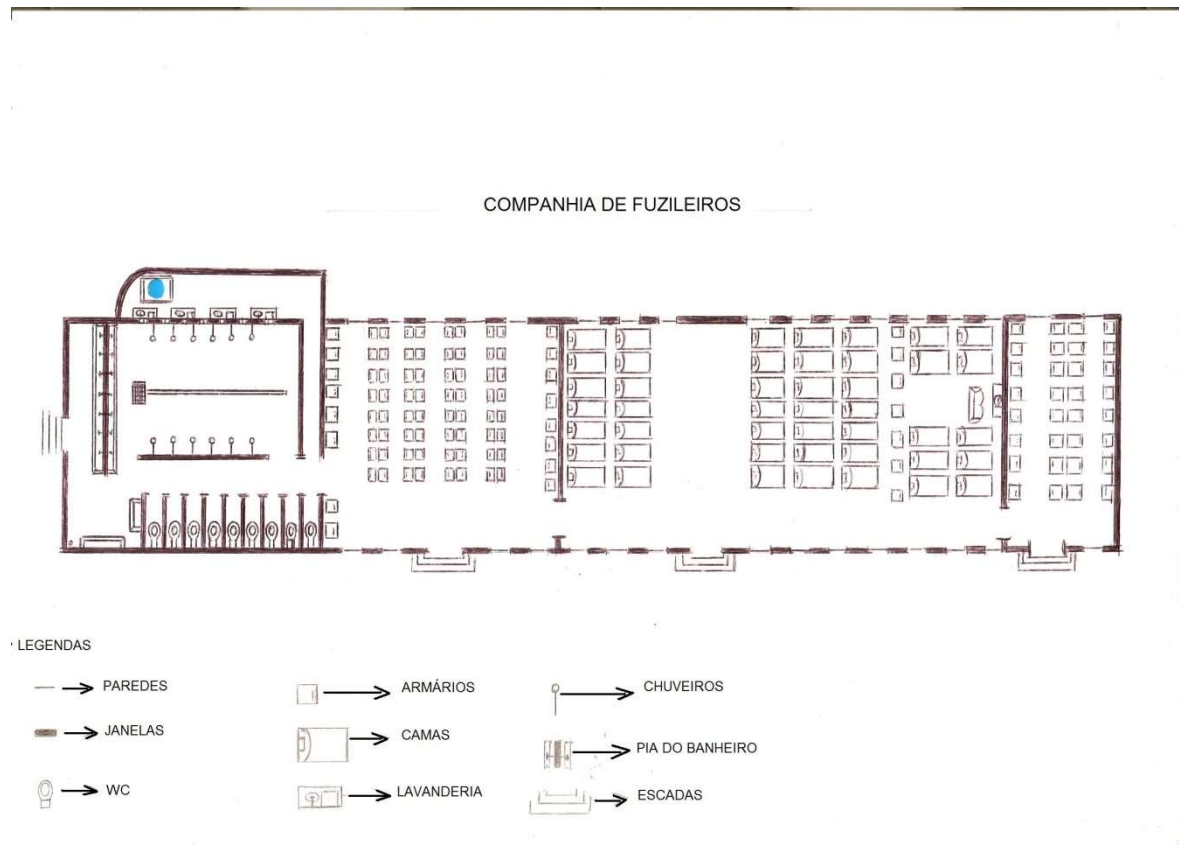


Figura 2: pavilhão de alojamento da Cia Fuz. (desenho do Cb Antoniel)

No lado esquerdo (oeste) dos pavilhões de companhias temos uma praça (Praça Maj Câmara) e mais à esquerda um outro pavilhão onde localiza-se um depósito do serviço de aprovisionamento, o Pelotão de Comunicações e um alojamento utilizado quando há incorporação especial. Do lado direito (leste) dos pavilhões das companhias temos o rancho dos sargentos e de cabos e soldados, a cozinha do batalhão e a sala do aprovisionador. Por trás deste pavilhão encontra-se o depósito de explosivos e munições. Logo após os pavilhões das companhias temos um Pavilhão Cassino, de oficiais, alojamentos de oficiais, alojamento de sargentos da Cia Fuz e “laranjeiras”, apartamentos para hóspedes, cantina e estação rádio. À esquerda deste pavilhão, enfermaria e sala do médico. Mais uma instalação, a do FuSEX e atendimento odontológico. À direita do pavilhão do cassino de oficiais temos a sala de instrução do Pel Op Es. Por trás da mesma, um

galpão com uma pista de cordas desativada, uma garagem de viaturas e o posto de combustível e sala do Cmt Pel Mnt Trnp.

Nos fundos do quartel temos um campo de futebol rodeado com uma pista de atletismo e uma de pentatlo militar. Mais à direita uma Pista de Treinamento em Circuito, duas instalações com salas de instrução e o pelotão de obras. Por fim o estande de tiro.



Figura 3: vista aérea do quartel do 31° BIMtz (foto do Cb Flávio Petrônio Leite, 2006).

3.1.3. Efetivo

O 31° BI Mtz tem um efetivo total de 479 pessoas. Conforme o quadro abaixo²⁰.

Círculo hierárquico	Posto/Graduação	Quantidade
Oficiais Superiores	Tenente-Coronel	01
	Major	01
Oficiais	Capitão	06

²⁰ Dados referentes ao mês de agosto de 2006, não considero as promoções e transferências ocorridas em dezembro de 2006.

Intermediários		
Oficiais	1º Tenente	08
Subalternos	2º Tenente	10
Praças	Subtenente	04
	1º Sargento	09
	2º Sargento	25
	3º Sargento	16
	Cb Estabilizados	12
	Cb EP	28
	Sd EP	50
	Sd EV (março)	116
	Sd EV (junho)	190
-	Funcionários Civis	03
Total		479

Todos os oficiais intermediários e superiores são oriundos da AMAN e a maioria é filho de militar de carreira. Entre os 1º tenentes, dois são oriundos da AMAN (um da turma de 2000 e outro de 2002, sendo um filho de Cel da reserva e outro de Sub Ten da ativa), três são do QAO²¹ e três são temporários. Destes um sou eu, oriundo de um NPOR de Infantaria (turma de 2000), outro é oriundo de um CPOR de Intendência (turma de 2001) e o terceiro é dentista, tendo realizado Estágio de Adaptação ao Serviço (turma de 2002). Todos os segundo-tenentes são temporários. Temos cinco oriundos de NPOR de infantaria (três da turma de 2003 e dois de 2004), um de CPOR de intendência (turma de 2003), duas dentistas de EAS (turma de 2005) e dois médicos de EAS que estavam cumprindo o serviço militar obrigatório em 2006. Somente um temporário é filho de militar, de Sub-oficial da marinha, os demais provêm de famílias de classe média de diversos setores da sociedade. Todos são estudantes de nível superior, pois este é um pré-requisito para que tenham o tempo de serviço prorrogado.

Todos os Sub Ten, 1º e 2º Sgt são militares de carreira, oriundos da Escola de Sargentos das Armas. Já com relação aos 3º Sgt dois são do Quadro

21 Quadro Auxiliar de Oficiais. Os sargentos de carreira, após a graduação de subtenente podem ser promovidos a oficial deste quadro.

Especial (QE), ou seja, incorporaram como recrutas, depois de decorridos dez anos de serviço estabilizaram como Sd ou Cb e foram promovidos à atual graduação; e três são temporários, ou seja, incorporaram como recrutas e realizaram o Curso de Formação de Sargentos Temporários, sendo promovidos em seguida, estes últimos permanecem na ativa por, no máximo, sete anos (incluindo o tempo de soldado). A escolaridade exigida para os sargentos é apenas o ensino fundamental completo, mas todos os Sgt de carreira completaram pelo menos o ensino médio, muitos deles já possuem ou encontram-se cursando o ensino superior.

dos QE tem apenas o ensino fundamental incompleto e os temporários se encontram cursando o ensino médio.

Todos os cabos estabilizados entraram no Exército como recrutas há mais de 15 anos. Destes, dez possuem nível médio, um, nível fundamental e outro, nível superior. Nove deles incorporaram no próprio 31º BIMtz, única unidade onde serviram e de onde provavelmente nunca saiam. Apenas um deles é filho de militar, os demais têm pais agricultores, comerciantes e motoristas e mães donas-de-casa. Em geral são naturais de Campina Grande, à exceção de um natural de Recife/PE, outro de Itapemirim/PE e um terceiro de Queimadas/PB. Constituem a única categoria cujos integrantes normalmente permanecem por toda a carreira (30 anos) no mesmo quartel. É uma classe em vias de extinção, pois atualmente não é mais possível se estabilizar soldados no Exército, não se permitindo mais que Cb e Sd EP ultrapassem sete anos de serviço.

Todos os Cb e Sd do EP ingressaram no Exército como soldados recrutas do Efetivo Variável. À época da incorporação dos que hoje estão no Efetivo Profissional seis tinham apenas o ensino fundamental e os demais ensino

médio, atualmente três encontram-se cursando o ensino superior. A renda familiar mensal variava de aproximadamente R\$ 100,00 a R\$ 1.500,00. Com relação à profissão dos pais, temos comerciantes (08), auxiliares de serviços gerais (04), camelô (01), eletricitas (04), vigilantes (05), ambulante (01), despachante (01), agricultores (04), motoristas (09), pedreiros (07), Sargento do Exército (01), policial militar (01), desempregados (04), mestre-de-obras (02), porteiros (02), autônomo (01), mecânicos (02), auxiliar de cozinha (02), balconista (01), professoras (04), costureiras (04), caminhoneiro (01), açougueiro (01), funcionários públicos (02), fotógrafo (01), secretária (01), engenheira (01), assistente social (01), encanador (01) e doméstica (01)²². A maioria é natural de Campina Grande/PB, 16 são de outras cidades do interior paraibano e cinco são de outros estados.

Em março de 2006 foram incorporados 116 soldados recrutas, destes um foi excluído a bem da disciplina no decorrer do ano. Na primeira baixa, ocorrida em cinco de janeiro, foram licenciados 77, restando 38 para a segunda baixa e engajamento. No mês de junho de 2006 foram incorporados excepcionalmente 190 soldados recrutas. Destes, até o mês de dezembro, 04 haviam desertado e 03 foram excluídos *a bem da disciplina*. A renda familiar dos soldados recrutas é em média R\$ 760,00. A profissão reflete a situação encontrada no universo dos Cb e Sd EP, ou seja, predominância de ocupações subalternas e baixo nível de complexidade. A maioria é natural de Campina Grande/PB (quantos?), 28 são de outras cidades do interior paraibano, 01 da capital e 14 são de outros estados.

3.4. O ANO DE INSTRUÇÃO

22 Não computei as mães donas-de-casa, situação na qual se encontram as mães na maioria de Cb e Sd EP. Em algumas Fichas de Entrevista não consta a profissão dos pais, porém são poucas as que se encontram nesta situação, não alterando significativamente os resultados obtidos.

O ano de instrução realiza-se entre os meses de março a dezembro e abrange a instrução individual, a capacitação técnica e tática do efetivo profissional (CTTEP) e o adestramento. Para fins do presente trabalho, incluí no capítulo referente ao ano de instrução, subcapítulos sobre a Operação Pipa e os serviços diários. Tal inclusão motivou-se pelo fato de que estas são atividades, que apesar de, segundo o PIM²³, não fazerem parte do ano de instrução, são desenvolvidas durante o ano de instrução e consomem parte significativa do mesmo; sendo inclusive computadas pelo Batalhão como tempo de instrução da CTTEP.

3.4.1. A instrução individual

O período de instrução individual é centrado na formação dos soldados EV. Esta fase visa formar o homem para o desempenho das funções correspondentes aos cargos militares, fazendo com que possa ser integrado nos diversos agrupamentos que constituem a organização militar. A instrução individual é conduzida em duas fases: a de instrução individual básica e a de instrução individual de qualificação.

As seções de instrução individual devem colocar o soldado em situações semelhantes às que ocorrerão no desempenho de suas atividades. Os exercícios devem procurar imitar, sempre que possível, uma situação de combate, com uma visão bem próxima da realidade. (PIM, 2006, p. 3-2).

Os tempos estimados por matérias são apresentados nos programas-padrão das séries *Bravo* e *Quebec*, mas cabe à Direção de Instrução distribuí-las pelos diversos Objetivos Individuais de Instrução (OII), de acordo com determinações dos escalões superiores e o desempenho dos instruendos. Todos os OII previstos devem ser atingidos, cabendo à Direção de Instrução exercer o controle da instrução.

23 Programa de Instrução Militar.

a) Fase de instrução individual básica (FIIB)

Esta fase inicia as atividades do ano de instrução, com a incorporação do EV, e dura até a 11ª semana de instrução, final do mês de maio, sendo a última semana do mês destinada à recuperação de instruções. Segundo consta no PIM são objetivos gerais da instrução individual básica: a) formar o combatente básico, isto é, o soldado ambientado e habilitado para iniciar a instrução em qualquer qualificação militar; b) formar os reservistas de segunda categoria e c) desenvolver e consolidar o valor moral da tropa.

b) Fase de instrução individual de qualificação (FIQ)

Esta fase se inicia 12ª semana de instrução, no início do mês de junho, e dura até a 19ª semana de instrução, penúltima semana do mês de julho, sendo a última reservada para a recuperação de instruções. A condução desta fase é baseada nos cargos que serão ocupados pelos soldados EV, desta forma, as matérias, os assuntos e os objetivos a serem alcançados estão relacionados com os diversos cargos existentes na OM. O soldado, sempre que possível, deve obter os conhecimentos dentro de uma fração elementar, sendo orientado e instruído pelos militares mais antigos que constituem a mesma fração. A FIQ deve ser encerrada com um acampamento de, no mínimo, cinco jornadas, denominado “Estágio de Qualificação do Combatente”. Neste estágio as instruções devem ser conduzidas em “regime de operações continuadas”, com atividades diurnas e noturnas e com repouso de três a quatro horas por jornada. São objetivos gerais desta fase: a) qualificar o cabo ou soldado para ocupar cargos afins a determinada qualificação militar na Subunidade ou Unidade; b) formar o reservista de primeira categoria e c)

desenvolver o valor moral da tropa. É nesta fase que se realiza o Curso de Formação de Cabos (CFC). Para o CFC são selecionados soldados EV ou EP, os escolhidos serão avaliados de acordo com o conteúdo ministrado no curso e classificados por grau e menção. Entre os recrutas ou se faz o CFC por ter esperança de ser engajado e promovido como membro do EP, ou se é voluntário para sair Cb EV e ser licenciado na primeira baixa. A nota obtida no curso é o único critério seguido para a concessão da promoção à graduação de cabo. Após a conclusão do curso as promoções para o EP saem de acordo com o número de vagas existentes para Cb, na medida em que surgem as vagas se promove os soldados de melhor nota final, independentemente do ano em que foi realizado o curso.

3.4.2. O adestramento

Esta fase não é voltada para os recrutas, mas para os oficiais, subtenentes, sargentos, cabos e soldados EP, porém, deve contar com a participação do EV, pois as instruções e exercícios são realizados por frações constituídas (esquadra, grupo de combate, pelotão, companhia ou batalhão). É iniciada no mês de agosto e termina em novembro. O objetivo do adestramento é capacitar as diversas frações como instrumentos de combate, de acordo com a natureza e o escalão da tropa em adestramento, e a sua execução deve ser baseada em simulações e exercícios no terreno.

3.4.3. As capacitações técnica e tática do efetivo profissional

Tem por objetivo proporcionar o desempenho eficaz das diversas frações quanto ao emprego de seu material orgânico e aos seus procedimentos em

combate. Inicia-se paralelamente à IIB, sendo voltada para o efetivo profissional - oficiais, subtenentes, sargentos, cabos e soldados antigos. Tem continuidade na IIQ, quando conta com a participação do EV e estende-se pelo período de adestramento. A CTTEP é viabilizada através da instrução de quadros, ministradas aos oficiais, subtenentes e sargentos com a finalidade de disseminar e atualizar conhecimentos; e da instrução complementar, voltada a todos os integrantes da OM, com a finalidade de prepará-los para uma atividade de adestramento ou complementar a formação individual dos militares.

3.4.4. A Operação Pipa

Praticamente em todos os anos, desde 1998, o 31ºBI Mtz participa do Programa de Distribuição de Água nos Municípios Atingidos pelos Efeitos da Seca, conhecido popularmente como Operação Pipa. Durante a realização da presente pesquisa acompanhei o final da edição de 2005, que terminou em março de 2006, e a edição 2006, que se iniciou em setembro do mesmo ano e até o término desta pesquisa não havia chegado ao fim.

Com relação a esta operação, o batalhão subordina-se diretamente ao 1º Grupamento de Engenharia, e o trabalho consiste em cadastrar mananciais para a *apanha* de água pelos carros-pipa, cisternas nas comunidades rurais dos municípios sob a sua jurisdição e proprietários de carros-pipa interessados em participar do abastecimento. Na medida em que há estes cadastros, mesmo que ainda insuficiente (pois durante toda a vigência do programa podem-se fazer os cadastramentos necessários) equipes de fiscalização, normalmente constituídas de praças (no caso Sub Ten, Sgt e Cb Est), vão às cidades entregar pedidos de abastecimento na Sala da Seca Municipal, de acordo com as necessidades levantadas pelo funcionário

municipal responsável na respectiva cidade. Este responsável recebe os pedidos para cada semana e diariamente deve entregá-los ao(s) pipeiro(s) cadastrado(s), de acordo com a quantidade de carradas/dia definidas para as comunidades do município. As equipes de fiscalização são também responsáveis por visitar as comunidades com a finalidade de cadastrar mais cisternas (se for o caso) e verificar se há alguma irregularidade na realização do abastecimento por parte dos funcionários da prefeitura, dos pipeiros ou dos moradores da comunidade.

Outro grupo de equipes que participa semanalmente da operação é o das equipes de supervisão. Estas são constituídas de oficiais (eventualmente Sub Ten ou Sgt também participam deste tipo de equipe), os quais são responsáveis por verificar se o trabalho das equipes de fiscalização e dos funcionários das prefeituras está ocorrendo sem maiores problemas.

Todas as equipes são formadas por dois militares, que partem para a operação semanalmente, recebem diárias e devem partir para as respectivas cidades na terça-feira e retornar para devolver os carros (alugados para a operação) no sábado. Em média são escalados seis oficiais e vinte e oito praças por semana, os quais devem atender uma média de 56 municípios do interior paraibano²⁴. Cada equipe de fiscalização se responsabiliza por cerca de quatro ou cinco municípios e cada equipe de fiscalização por dezesseis a vinte.

3.4.5. Os serviços diários

24 Estavam sendo atendidos pelo 31º BI Mtz no final de 2006 os seguintes municípios: Picuí, Cuité, Nova Floresta, Baraúnas, Sossego, Barra de Santa Rosa, Damião, Remígio, Areia, Algodão de Jandaíra, Lagoa Seca, Matinhas, Massaranduba, São Sebastião de Lagoa de Roça, Esperança, Nova Palmeira, Pedra Lavrada, Cubatí, São Vicente do Seridó, Boa Vista, São João do Cariri, Cabaceiras, Boqueirão, Caturité, Barra de Santana, Riacho de Santo Antônio, Alcantil, Aroeiras, Gado Bravo, Santa Cecília, Umbuzeiro, Fagundes, Congo, Camalaú, Caraúbas, São Domingos do Cariri, Livramento, São José dos Cordeiros, Santo André, Parari, Monteiro, Zabelê, São Sebastião do Umbuzeiro, São João do Tigre, Ouro Velho, Sumé, Amparo, Prata, Areial, Pocinhos, Campina Grande, Puxinanã, Olivedos, Soledade, Juazeirinho e Assunção.

Todos os dias há no quartel e nas vilas militares uma guarnição de serviço responsável pela segurança das instalações. O serviço tem a duração de 24 horas, se iniciando na parada diária do dia do serviço e terminando na parada do dia seguinte. Envolve as seguintes funções: Oficial-de-Dia, Adjunto ao Oficial-de-Dia, Sargento-de-Dia e Cabo-de-Dia à Cia C Ap, Sargento-de-Dia e Cabo-de-Dia à Cia Fuz, Motorista-de-Dia, Telefonista-de-Dia, Plantões aos Alojamentos, Comandante-da-Guarda, Sentinelas, Cabo-da-Guarda e plantões à Vila dos Oficiais e à Vila dos Subtenentes e Sargentos.

Na parada diária, os militares de serviço entram em forma para serem inspecionados. Nos dias com expediente, a parada diária é rendida pelo chefe da 1ª Seção, e nos dias sem expediente pelo Oficial-de-Dia.

Concorrem à escala de Oficial-de-Dia os Aspirantes-a-Oficial, 2º e 1º tenentes de infantaria e intendência. À de Adj ao Of Dia, 1º Sgt e 2º Sgt mais antigos. À de Sgt-de-Dia, 2º Sgt, 3º Sgt QE Cb estabilizados e dois Cb NB. À de Cmt Gda, 3º Sgt. À de Cb da Gda, incluindo vilas, Cb e Sd NB e Sd EV com CFC. Às de sentinela e plantão, os Sd EV. À de Motorista-de-Dia, os Cb e Sd com habilitação de motorista militar.

O Of Dia é, fora do expediente, o representante do Cmt do batalhão. O Auxiliar direto do Of Dia é o Sgt Adjunto; no que se refere ao serviço nas Subunidades (SU), o Of Dia é auxiliado pelos Sargentos-de-Dia-às-Subunidades, os quais, antes da leitura do BI, entendem-se apenas com as autoridades de sua respectiva SU.

Além do Sgt Cmt Gd a guarda do quartel é constituída de um cabo e soldados necessários ao serviço de sentinela. “O Cmt Gd é o responsável pela execução de todas as ordens referentes ao serviço da guarda e é subordinado, para esse efeito, diretamente ao Of Dia”. (Art. 214, RISG). O Cabo-da-Guarda (Cb Gd) é o auxiliar imediato e substituto eventual do Cmt Gd, é este que, durante as 24 horas de serviço, faz, de duas em duas horas, a substituição dos postos de sentinela. Os soldados da guarda destinam-se ao serviço de

sentinela. No 31º BI Mtz temos cinco postos de sentinela e em cada serviço temos 15 soldados na guarda. Durante o serviço cada Sd permanece duas horas no posto, duas na força de reação e duas descansando, refazendo este ciclo até completar 24 horas de serviço. Durante o tempo de permanência no posto os soldados devem ficar em pé, com o fuzil em condições de ser empregado, não sendo permitido se escorar, sentar, se alimentar, portar celular ou rádio, conversar etc.

Após as 22 horas, há uma escala de ronda e permanência. Participam da ronda o Of Dia, Adj ao Of Dia e os Sgt Dia; à de permanência o Cmt Gda, os Cb Dia e o motorista. Cada ronda deve ter a duração de duas horas, durante as quais o militar deve percorrer os cinco postos de sentinela e as companhias, bem como todo o perímetro do quartel. A permanência tem a mesma duração, mas os militares ficam no corpo da guarda, com a finalidade de abordar qualquer pessoa que chegue ao quartel e abrir o portão, se for o caso.

4. ANÁLISE DOS DADOS

4.1. As relações de poder e a resistência no cotidiano da caserna

I - A UTILIZAÇÃO DOS UNIFORMES

Segundo salienta Lurie (1997), vestir uma farda é abdicar o direito de agir individualmente. O uniforme é um tipo de roupa totalmente determinado por outrem, pois, autoridades externas determinam o que os militares devem fazer e o que deve vestir.

Usar um uniforme é abandonar o direito do discurso livre na língua das roupas; ao invés disso, você é obrigado a repetir o diálogo composto por uma outra pessoa. No caso extremo, você se torna parte de uma massa de pessoas idênticas, todas gritando as mesmas palavras ao mesmo tempo (LURIE, 1997, p. 35).

O uso de uniformes no Exército é regido pelo Regulamento de Uniformes do Exército (RUE). Este regulamento especifica detalhadamente a forma de se utilizar as peças do fardamento, distintivos e medalhas. Porém, as regras do RUE, não eram seguidas rigidamente no 31º BIMtz. Entre os Cb e Sd era comum encontrar militares utilizando camisetas do 4º B ou 5º A, sem conterem o respectivo nome impresso na mesma; entre os recrutas era comum mesmo os ver usando camisetas com o nome de outro Sd. O uniforme de treinamento físico prevê tênis preto, porém, o comando autorizou que os militares utilizassem tênis de qualquer cor, na prática de corrida. Assim, poderiam adquirir tênis mais sofisticados que protegessem mais do impacto característico da prática esportiva em questão.

Além dessa *infração* permitida, era também comum ver militares em outras atividades utilizando o 5º A com tênis coloridos. Soldados com 5º A sem meias também

era comum. Também registrei que alguns militares, ao usarem calções térmicos²⁵, muitas vezes deixavam que cerca de quatro dedos do mesmo ficasse à vista, passando de onde terminava o calção verde do uniforme, antes do joelho. Em março/2006 o Comandante percebeu que alguns militares utilizavam esse tipo de calção e proibiu que continuassem usando, ou, se usassem, que não permitissem que o mesmo aparecesse. Para justificar a proibição dizia que o RUE não previa o uso daquela peça de roupa. Logo após a proibição nenhum militar usava mais, ou usava de forma que não desse para perceber que usavam. Contudo, passados alguns meses, um ou outro já havia retomado o uso.

A algumas peças, ou formas de utilização de peças dos uniformes eram dadas significações informais, inexistentes no RUE, confirmando o que Lurie (*idem*) observou: “Mesmo quando alguns detalhes de um traje oficial não são prescritos de cima, podem adquirir, com o hábito, um significado definido” (LURIE, 1997, p. 34).

Podemos perceber este aspecto também em relação à utilização dos gorros. Geralmente os oficiais e alguns sargentos utilizam um tipo de gorro “armado”, com suas partes duras, de modo a mantê-lo rígido; já o gorro distribuído aos cabos e soldados é de um tecido sem armação, portanto o gorro fica “mole”. Assim, o tipo de gorro rígido é chamado de gorro de oficial. Quando um oficial usa o gorro “mole” é motivo de chacota entre os demais oficiais; bem como, alguns cabos e soldados compram gorros “armados” em lojas de artigos militares, por acharem mais bonito o gorro dito *de oficial*.

O mesmo acontece com a altura da bombacha. A bombacha é um elástico colocado em cada perna, acima do término do cano do coturno, com a finalidade de se colocar a parte das pernas da calça que passe da bombacha para dentro da própria calça, ficando presa pela bombacha. Geralmente os Subtenentes e tenentes QAO, não utilizam a bombacha na altura citada, colocando-a na altura do tornozelo, sobre o coturno. Na concepção dos demais militares eles utilizam as bombachas desta forma porque já estão em

²⁵ Usados para evitar assaduras, durante exercícios físicos.

final de carreira, não tendo mais *vibração*. Sobre isso circula na caserna um ditado: *bombacha baixa, moral baixa*.

Ainda podemos citar o caso da forma de se dobrar as mangas da gandola. Esta peça de uniforme tem as mangas cumpridas, porém, cotidianamente é usada com as mangas dobradas. Exceção em situações especiais, como na execução de pistas de obstáculos ou nas noites mais frias. A dobra da gandola deve ter a largura de quatro dedos, e estar acima dos cotovelos. Porém, praticamente todos os oficiais superiores dobram as mangas até um pouco acima da segunda metade do antebraço.

Como os uniformes são criados e estabelecidos em uma determinada época, com o tempo tendem a ficar antiquados ou fora de moda. Os recrutas se utilizavam de alguns artifícios para adaptar algumas peças de uniforme à forma de se vestir do grupo do qual fazia parte fora do quartel. Alguns curvavam a pala do gorro, como um boné; outros dobravam as mangas da gandola até o mais perto das axilas possível, deixando as dobras com apenas cerca de dois dedos de largura, fazendo as mangas ficarem do tamanho das mangas de uma camiseta *baby-look*; havia aqueles que deixavam as calças bem folgadas, de forma que a cintura ficava baixa e o fundo *frouxo*.

Também era comum a utilização de adornos com uniforme. Uniformizados, os militares não podem utilizar adornos civis, pois não estão previstos no RUE. Abria-se exceção, permitindo-se o uso de cordões e pulseiras discretos. Porém muitos cabos e soldados utilizavam bijuterias coloridas como colares ou pulseiras. Até mesmo o uso de relógio de pulso era proibido em algumas solenidades. Antes das formaturas com a presença de autoridades militares ou civis, dava-se a ordem para que todos os militares retirassem seus relógios.

O uso de uniformes de forma não regulamentar e a utilização de acessórios eram percebidos pelos oficiais e sargentos, os quais chamavam a atenção dos usuários,

mandando-os retirar o acessório ou ajeitar a peça de uniforme. Porém, estes voltavam a utilizar posteriormente.

Os Cb e Sd do efetivo profissional recebem anualmente uniformes novos para utilizarem. Porém é comum que vendam peças de uniforme que receberam e continuem utilizando uniformes velhos. Oficiais e Sargentos recebem auxílio-fardamento (equivalente a um soldo) a cada promoção ou após três anos no mesmo posto. Porém nunca usavam este dinheiro para a sua finalidade institucional. Normalmente o utilizam para satisfação de outras necessidades e continuam utilizando uniformes velhos, renovando-os quando julgam pertinente.

Uniformes novos são recebidos pelo batalhão através da cadeia de suprimento e o almoxarifado distribui para as companhias para que sejam repassados aos recrutas, os quais têm que devolver os uniformes ao término do ano de instrução. Com relação a este procedimento presenciei alguns fatos que fogem à norma. As companhias têm que receber uniformes novos, porém, entre os uniformes novos sempre havia alguns usados, inclusive já contendo identificações como o nome do último usuário do mesmo. Fato este que indica que alguém se apossou de um uniforme novo e deixou no lugar um usado. No almoxarifado ou nas reservas de material das companhias era comum que fossem emprestados uniformes para oficiais e sargentos, embora os mesmos não tenham direito de utilizá-los. Estes oficiais e sargentos tomavam este tipo de atitude com a finalidade de evitar a compra de uniformes e utilizar o uniforme novo em situações especiais.

Durante todo o ano de instrução houve vários casos de soldados recrutas que informaram ao comando das companhias que alguém havia arrombado seus respectivos armários e roubado uniformes. Mas nem sempre essa informação era verdadeira. Conheci civis, como o vigia da padaria que eu frequentava, que utilizavam peças de uniforme e me informavam que haviam comprado de um soldado que estava servindo no Exército. Ou

seja, acontecia de o soldado informar um roubo e na verdade ter simulado o fato para se apossar do material e não ter que devolvê-lo no final do ano. O material usado anualmente pelos recrutas e devolvido para a reserva de material das companhias, quando estragado era incinerados. Para isto o encarregado de material mandava alguns soldados que trabalhavam na reserva executar a incineração. Presenciei tal procedimento e os soldados não queimavam todos os coturnos, procuravam os que estavam em melhor estado e guardavam para si.

Embora o uniforme seja uma forma de homogeneizar a aparência dos militares, alguns elementos particularizantes são utilizados como forma de se afirmar perante os outros. Refiro-me ao uso de medalhas, insígnias, distintivos e *brevets*, conforme Lurie (1997, p. 34): (...) o uniforme é, com frequência, consciente e deliberadamente simbólico. Identifica aquele que o veste como membro de algum grupo e muitas vezes o situa em uma hierarquia; às vezes fornece informações sobre suas realizações (...).

Para os principais cursos e estágios existentes nas forças armadas há distintivos chamados *brevets*. Durante a carreira militar os oficiais e sargentos, sobretudo efetivos, realizam diversos cursos e estágios. Estes cursos e estágios caracterizam-se como uma prova de capacidade física e/ou intelectual. Os cursos e estágios operacionais são marcados por uma intensa cobrança física, e os administrativos pelo preparo para o desempenho de atividade que exigem alguma especialização intelectual ou técnica. Para que os outros vejam que determinado militar passou por estes cursos e estágios, existem símbolos que devem ser colocados no fardamento. Assim, mesmo que os conhecimentos adquiridos neste cursos e estágios não sejam aplicados no dia-a-dia, fazem com que os militares que carregam este tipo de símbolo passem uma imagem prestigiosa a respeito de seu personagem militar. Existem *brevets* previstos no Regulamento de Uniformes do Exército

e em outras normas militares. Porém existem estágios cujo *brevet* não é previsto, mas são utilizados normalmente, também com a finalidade do blefe.

Um Comandante certa vez disse aos demais oficiais que fazia um rodízio dos *brevets* que colocava em sua farda, de modo que em cada reunião de oficiais e sargentos, ele estivesse com *brevets* de cursos diferentes. Afirmou que, desta forma, procurava provocar admiração em seus subordinados, os quais se admirariam da pretensa capacidade profissional do Comandante.

As medalhas militares também têm o uso e a concessão regulamentados. Com elas os militares enfeitam suas fardas para passar uma imagem de maior preparo profissional e dedicação ao serviço. Algumas medalhas têm critérios objetivos para a concessão, como as referentes ao tempo de serviço, ao tempo em corpo de tropa, serviço amazônico, *etc.* Já outras são concedidas mediante critérios subjetivos, como é o caso das medalhas da Associação de Ex-Combatentes e Veteranos da FEB, cujo critério formal é o indivíduo ter realizado algum ato relevante para a FEB. Como em 2006 o subcomandante do 31º BI Mtz era presidente da associação em Campina Grande, concedeu várias medalhas para o comandante do batalhão, para os membros do Estado-Maior e outros militares que o agradavam.

Existem ainda, os distintivos relativos à arma, quadro ou serviço a que pertence o militar, os indicativos do posto ou graduação e os que expressam o curso de formação do militar. Com estes símbolos, ao ver um militar, pode-se ter algumas informações sobre o mesmo sem precisar lhe fazer qualquer pergunta.

II – O CORTE DE CABELO E BARBA

Não existe qualquer regulamento que estabeleça as regras para o corte de cabelo dos militares, porém existem regras que são passadas verbalmente ano após ano.

Nas barbearias não apenas do batalhão em análise, mas de outros que tive oportunidade de conhecer, normalmente há um quadro com um padrão de corte. Neste quadro há uma fotografia de um Sd de frente e de perfil, com a especificação dos detalhes escrita abaixo das fotografias; nesse quadro não há qualquer referência à fonte de onde foi tirado e não se sabe ao certo sua fonte. Contudo, o padrão seguido, na prática, nos quartéis, difere do contido no citado quadro. No 31º BI Mtz há uma barbearia, cujo permissionário é um reservista, que conhece o padrão subjetivo do corte e auxilia na fiscalização do corte dos cabos e soldados.

Para os cabos e soldados, exige-se o corte com uma frequência de dez em dez dias. O controle é realizado através do registro do corte no Cartão de Cabelo. Após cada corte os cabos e soldados devem se dirigir ao respectivo comandante de pelotão (na ausência deste, qualquer oficial pode assinar) para que este inspecione o corte e rubrique o cartão com a data do corte. O padrão do corte é raspado à máquina dos lados e à retaguarda e cortado baixo na parte de superior; o “pé”, na retaguarda, não pode estar *feito*; a costeleta tem que ser feita na altura do lóbulo das orelhas; barba não é permitida e bigode apenas para cabos estabilizados, sargentos e oficiais, devendo, mesmo assim, constar a utilização dos mesmos na identidade do militar. O corte de cabelo para oficiais e sargentos segue o mesmo padrão citado anteriormente, porém podem *fazer o pé* e não há frequência definida ou Cartão de Cabelo.

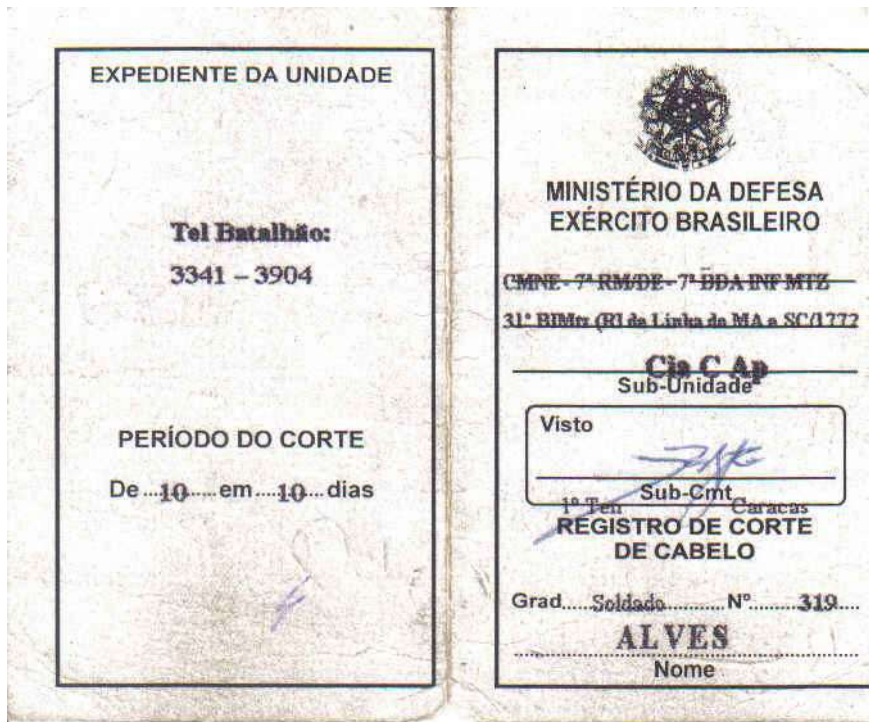


Figura 4: parte externa de um Cartão de Cabelo.

MES	DIA	Rubrica do Cmt SU	DIA	Rubrica do Cmt SU
JAN				
FEV				
MAR				
ABR				
MAI				
JUN	06	Handwritten signature	20	Handwritten signature
	13	Handwritten signature	28	Handwritten signature

MES	DIA	Rubrica do Cmt SU	DIA	Rubrica do Cmt SU
JUL	05	Handwritten signature	14	Handwritten signature
	25	Handwritten signature		
AGO	10	Handwritten signature	23	Handwritten signature
SET	11	Handwritten signature	22	Handwritten signature
OCT	13	Handwritten signature	24	Handwritten signature
	16	Handwritten signature		
NOV	01	Handwritten signature	28	Handwritten signature
	13	Handwritten signature		
DEZ	11	Handwritten signature		

Figura 5: parte interna de um Cartão de Cabelo.

Os cabos e soldados se utilizam de alguns mecanismos para burlar o controle do corte de cabelo. Alguns oficiais, ao assinar o cartão de algum soldado, percebiam que havia alguma assinatura falsificada; eu mesmo, por duas vezes assinei o cartão de soldados e percebi que em outra data havia uma minha assinatura falsificada.

Em alguns casos os soldados não cortavam, apenas faziam o “pé” com barbeador. Outros cortavam fora do padrão e nem mesmo era percebido pelos oficiais. Em alguns casos nem mesmo cortavam o cabelo e conseguiam assinar o cartão. Os oficiais não observam com rigor o padrão do corte, raramente se vê um soldado com o cabelo cortado de acordo com o padronizado. Alguns deixam muito curto, outros deixam muito alto, outros fazem topete, alguns fazem o “pé” à retaguarda etc.

Quem auxiliava os oficiais na fiscalização do corte era o próprio barbeiro. Como permissionário, a maioria dos soldados EV tinha contrato com ele e pagavam mensalmente pelos cortes necessários durante o mês. Porém, havia os soldados EV que não tinham contrato e cortavam em outros locais, fora do quartel. Assim, quando o barbeiro via algum destes com o cabelo cortado fora do padrão ou não cortado, tratava de informar ao Of Dia ou outro oficial, provocando uma possível punição para o Sd. Este barbeiro chegava a assistir a Parada Diária e apontar ao Of Dia os soldados que estavam com o corte irregular.

Devido à falta de critérios para avaliar a padronização do corte de cabelo, acontecia de mesmo quando um soldado cumpria todos os procedimentos previstos, poderia ser punido pelo fato de algum oficial subjetivamente julgar que o corte estava fora do padrão. No dia 13, por exemplo, um Sd EV me reclamou que foi punido por não ter cortado o cabelo. Porém, na relação de corte do barbeiro constava o corte na data correta, bem como, no respectivo cartão de cabelo constava a assinatura do Cmt Pel.

Cabos e soldados integrantes o Pelotão de Obras, os quais não concorrem à escala de serviço, como não eram inspecionados em parada diária, mal assinavam o cartão, era normal haver apenas uma assinatura no mês, ou haver mês sem assinatura. Os oficiais faziam vista grossa nestes casos, não houve no ano de 2006 qualquer punição por este motivo.

O corte de cabelo para oficiais e sargento é muito mais flexível. Como não há frequência estabelecida para o corte, é normal ver oficiais e sargentos com o cabelo mais longo do que o mencionado anteriormente para os soldados. Observei um tenente cujo topete, quando esticado, ia até o nariz; outros raspavam por completo o cabelo; outros não raspavam em lugar algum.

Poucos militares usam bigode. Somente um cabo, um sargento QE, um tenente QAO e um tenente de carreira de infantaria. Este último afirmava que o uso era motivado por tradição familiar, pois seu pai e seu avô também foram oficiais, tinham o mesmo nome e usavam bigode. O tenente QAO, já é um militar muito antigo, com mais de trinta anos de serviço. O Cb e o Sgt incorporaram na década de oitenta, como soldados recrutas. O uso do bigode, apesar de constituir-se em um privilégio nas forças armadas, não tem muitos adeptos. Entre os militares observados que usavam, apenas um, o tenente de infantaria, tinha menos de trinta anos de idade. A falta de adeptos talvez se dê pelo fato de o uso do bigode estar fora de moda nos dias atuais, sendo mais característico de pessoas mais velhas.

A barba tem que ser feita diariamente, com exceção de dias sem expediente e nos quais não se esteja de serviço. Quando de férias, alguns militares deixam a barba crescer, normalmente desenhando-a ou fazendo cavanhaque. Em algumas reuniões de oficiais o comandante falava que os militares deveriam fazer a barba mesmo nos finais de semana, *pois, não era coerente com a postura militar, sobretudo dos oficiais, ser visto com a barba por fazer.* No ambiente observado, somente o comandante e um capitão tinham esta atitude. Os demais só faziam se estivessem de serviço ou tivessem que resolver algum problema que exigisse o uso de uniforme.

Era muito comum encontrar soldados que estavam saindo de serviço cumprindo expediente com a barba por fazer. Quando algum oficial ou sargento percebia

mandava que o Sd fosse fazer a barba, fazia uma reclamação, mas geralmente não o participava para que fosse punido. Alguns Sd tinham dispensa médica para fazer a barba em dias alternados. Houve o caso de um Sd EV, incorporado em junho, que conseguiu esta dispensa, logo que incorporou e ficou até dezembro fazendo a barba somente em alguns dias da semana, por estar com irritação na pele. Quando os oficiais e sargentos viam este Sd com a barba por fazer, este respondia que estava com dispensa médica. Um dia, um Sgt resolveu conferir a documentação relativa ao caso e percebeu que a dispensa já havia expirado. Esse era um caso de burla e de resistência, com base na pressuposição da existência de um documento válido que acobertava o militar.

III – BRINCADEIRAS E PIADAS

Troca intencional de nomes em rituais de saudação

Um ato comum no batalhão era passar por um militar, estender a mão em sua direção e cumprimentá-lo utilizando o nome de outro militar, da seguinte forma: “fala fulano”, se fosse par ou subordinado, e se fosse superior, “fala tenente Cicrano”. Este tipo de brincadeira ocorria livremente entre cabos e soldados do efetivo profissional, sargentos e tenentes. Quando se fazia com um capitão ou oficial superior, o mesmo deveria estar de costas, e sem que percebesse, estendia-se a mão na direção do oficial em questão e sem que se fosse visto por ele, dizia-se o nome de alguém que estava por perto, por exemplo: por trás do Cap João, o Ten Paulo dizia “fala Sgt Pedro”, de forma que o Sgt Pedro visse; então, o Ten Paulo e o Sgt Pedro ficavam rindo sem que o Cap soubesse do que se tratava. Nos dois casos, trata-se de uma forma de se criticar alguém cujos atos e comportamento são reprovados pelos participantes da brincadeira; geralmente refere-se a oficiais ou sargentos que se comportam de forma diferente do julgado normal, como aqueles demasiadamente rígidos ou “enrolados”. No primeiro caso citado, era como se, ao passar por um indivíduo e falar o nome de outro, se chamasse a atenção para uma característica negativa presente no que recebia a saudação, aludida pela menção ao nome do indivíduo que publicamente tinha essa característica reconhecida. No segundo caso é como se ao apontar para o superior em questão usando o nome de um determinado subordinado se dissesse que ter características do superior envolvido é um demérito, um fato negativo. Ser comparado com o superior em questão seria algo que ninguém gostaria.

O Estica

Um ato geralmente praticado no círculo dos Cb e Sd era o chamado “estica”. Em situações especiais, um grupo se reunia em algum local reservado no quartel e cada um segurava em um membro de uma determinada pessoa, e, sem soltá-la, jogavam para cima repetidas vezes, viravam o indivíduo de barriga para baixo e repetiam o procedimento. Este ato era praticado tanto em situações negativas quanto positivas. Assim, quando um outro Cb ou Sd tomava alguma atitude que desagradava seus pares, estes o pegavam e davam um “estica”. Quando um Ten, Sgt, Cb ou Sd EP, que era benquisto pelos Cb e Sd era transferido ou ia para a reserva, se tentava levá-lo para o alojamento com a finalidade de “dar um estica”. Como um exemplo deste fato podemos citar a ocasião em que um Cap muito carismático, que comandava a Cia Fuz, foi designado para chefiar a 3ª Seção. Como este Cap era muito benquisto, os membros da companhia organizaram um churrasco de despedida. Depois que os Cb e Sd tomaram algumas cervejas pegaram o Cap, em seguida eu e alguns Sgt e deram um “estica” em cada um. Nesses momentos o código de regulação de aproximação e afastamentos era *suspense*, instituindo-se momentos em que se exerciam políticas de espaço e distanciamento mais democráticas e igualizantes.

Paródias de canções e linguagem alusiva a um duplo sentido

Durante o horário de TFM, o Cmt Btl reunia os maiores de 34 anos para realizar corrida interna, pois estes não fazem o TFM com o pessoal mais novo e normalmente jogavam futebol de quadra. Durante a corrida um Sgt QE cantava uma canção de sua autoria, na qual falava que o Comandante trouxe motivação para a tropa e melhorou o desempenho físico dos militares. Porém, esta era a versão que ele cantava perante o comandante. Dissimuladamente, quando a plateia era constituída de Sgt e Ten, havia outra versão, ele trocava algumas palavras e a canção mudava de sentido, passando a criticar o próprio comandante, falando que não aguentavam mais o seu comportamento. Por exemplo, durante as corridas com os maiores de 34 anos, o Comandante ficava apitando, os sargentos diziam que não aguentavam mais aquele apito, diziam que era o apito da STTP.

Ainda no primeiro semestre o comandante adquiriu um jegue e uma carroça para o batalhão, com a finalidade de utilizá-los para carregar lixo no interior do quartel. Logo após a aquisição os Sgt batizaram o animal de Sa-Sa. A escolha deste nome deu-se devido à primeira sílaba do sobrenome do comandante. Com isso, dos soldados aos Tenentes, passou-se a utilizar livremente o nome escolhido para se referir ao jegue, sem que o Cmt e demais oficiais superiores e intermediários soubessem que era uma alusão o Cmt. Desta forma estava-se afirmando as limitações intelectuais do Cmt, chamando-o de “burro” veladamente.

Comentários jocosos e apelidos

Também no primeiro semestre, no mês de março, um Cb deu um cão de raça *Rotwaller*, para o Comandante, com a finalidade de ser a mascote do Batalhão. Como o

Comandante era muito peludo, os sargentos comentavam que quando ele levava o cachorro para vacinar, ganhava uma tosa para si mesmo.

Os apelidos também eram uma constante no ambiente do quartel. Um grupo de Sgt e alguns Ten geralmente eram os autores dos apelidos. Praticamente todos os oficiais e sargentos tinham apelidos. Entre tenentes e sargentos se falava abertamente os apelidos uns dos outros, mesmo se o apelidado fosse oficial. Já a partir de Cap, os subordinados só falavam seus apelidos sem que o apelidado soubesse. O Cmt era chamado de *Lanzudo*, *Lobisomem*, *Didi*, *Trapalhão* ou *Stuart Little*; o S Cmt, de *Zé Colmeia*; o Cap chefe da 1ª Seção, de *Wando*, *Cara de Jaca*, *Dragão de Comodo* ou *Simpson*; o Cap chefe da 2ª Seção, *Cara de Cavalo*; O da 3ª Seção, *Garfield*. Entre os tenentes tínhamos o *Scoobilú*, o *Lava jato de Pica* (este apelido não era falado diante do Ten, somente quando outros Ten e/ou os sargentos falavam do mesmo, o qual tinha um bigode que *entrava* em sua boca), o *Dez para as Duas*, o *Boneco de Olinda*, o *Salsicha*, o *Ney Matogrosso*, o *Chimbinha*, o *Seu Madruga*, o *Boneco de Totó*, a *She-ha* e a *Mulher Maravilha*. Entre os subtenentes e sargentos, *Senhor Wilson*, *Fifa*, *Talia*, *Rabicó*, *Zeca Urubu*, *Adamastor Pitaco*, *Pauloce*, *Bunda de Lobisomem*, *Mandíbula*, *Cara de Kombi* ou *Cara de Cobra*, *Ursinho Puff*, etc. Entre os cabos estabilizados, *Faraó*, *José Rainha*, *Problema* e *Furúnculo*. Entre os Cb e Sd EP, temos o *Boca de Fossa* ou *Pastilha*, o *Pracinha*, *Cara de Garrote*, *Shrek*, *Carranca*, *Pitti Bitoca*, etc. Constantemente ocorriam reuniões entre tenentes, sargentos, funcionários civis e cabos estabilizados, com a finalidade de lembrar os apelidos, sobretudo os do comandante do batalhão.

Quando algum tenente deixava alguma *gandola*²⁶ pelo alojamento dos tenentes era comum que outros Ten colocassem os distintivos constantes da mesma de

26 Peça camuflada, utilizada no uniforme de instrução como uma camisa de botão com mangas compridas, onde se fixam os *brevets* e distintivos.

cabeça para baixo ou trocados, fato que normalmente só era percebido pelo dono do uniforme quando o mesmo chegava em casa.

Os Cb e Sd EP se juntavam no respectivo alojamento para virar de *cabeça para baixo* e balançar algum armário de um par dos mesmos, colocando o armário no lugar em seguida; assim, quando o detentor do armário o abria, sem saber da brincadeira, percebia que o mesmo estava totalmente bagunçado. Fiquei sabendo de um caso, no mesmo círculo hierárquico, em que trancaram um Timbú (*Didelphis albiventer*) no armário de um Sd. Quando o mesmo o abriu, o animal estava dentro, com seu odor característico, pois o animal exala cheiro desagradável quando atacado. Entre os Cb e Sd acontecia também de pegarem uma toalha de algum deles, molharem e darem um nó, com bastante força, de forma que ficava muito difícil desfazê-lo.

Existiam algumas frases que frequentemente alguns militares reproduziam, como forma de satirizar a condição em que viviam na caserna. Dentre estas frases, passo a destacar as que se seguem:

- “Se levantarem os muros do quartel, vira um hospício, se cobrirem com uma lona vira um circo”;
- “Não se deveria chamar os sargentos de praça, pois praça é bem cuidada, e sargento não”;
- “Não sei como o astronauta Ten Cel Marcos Fontes foi ao espaço sem um sargento, pois os oficiais não conseguem fazer nada sem um sargento”;
- “Sgt não tem carreira, tem *via crucis*”;
- “No inferno os condenados ficam queimando em valas e em cada uma há um demônio cuidando para que ninguém saia. Porém, nas valas de militares, não é necessário, pois os próprios militares puxam os outros para não os deixar sair”;
- “O Exército é dos Oficiais”.

Geralmente este tipo de frase era dito por sargentos ou tenentes temporários, sendo registrada apenas a ocorrência de um capitão, que frequentemente repetia a frase que comparava o quartel com um circo e um hospício. Este tipo de frase é uma forma de criticar o comportamento dos oficiais e a forma como gerem a dia-a-dia do batalhão. Critica-se o exagero em certos comportamentos que fazem os militares parecerem palhaços ou “loucos”; critica-se a dependência dos oficiais em relação aos sargentos e o fato de o mérito das ações se dirigirem somente aos oficiais; critica-se o fato de os oficiais de carreira serem os responsáveis pela elaboração de regras em benefício próprio, com pouca ou nenhuma preocupação com as praças e temporários; reclama-se da demora nas promoções de sargentos, comparadas com as dos oficiais, os quais têm interstícios menores e critica-se o fato de muitos militares buscarem denegrir a imagem de outros militares, prejudicando-os e muitas vezes impedindo que consigam melhorias nas suas respectivas vidas.

Como em toda formatura geral do batalhão o comandante sempre repetia que o batalhão estava bom, que éramos uma *máquina de guerra* e que deveríamos *honrar nossas tradições*, discorrendo redundantemente e prolixamente sobre estes assuntos. Isto era motivo de sátira por parte dos subordinados. Escutei diversas vezes desde capitães a soldados imitarem seu discurso semanal para a tropa, destacando as repetições e os usos incorretos das palavras.

Nas turmas de soldados recrutas sempre havia aqueles com maior habilidade para imitar os superiores, caricaturando-os. Imitavam o jeito de falar, de andar ou de se comportar de oficiais e sargentos. No começo do ano de instrução dificilmente expressam este tipo de imitação na presença de superiores hierárquicos, sobretudo diante daquele que é imitado. Porém com o passar dos meses, um ou outro oficial ou sargento vê a imitação,

então já começa a chamar o soldado imitador para mostrar a outros oficiais e sargentos, até que se passa a fazer as imitações ostensivamente. Contudo nunca diante de capitães ou oficiais superiores.

Entre as turmas de soldados recrutas havia aqueles que se assemelhavam fisicamente a algum tenente ou sargento. Quanto mais semelhante, mais brincadeiras seriam provocadas. Como o caso de um Sd incorporado em julho, muito parecido com um determinado 3º Sgt. Os tenentes e demais sargentos falavam que eram irmãos ou chamavam o Sgt pelo nome do Sd ou vice-versa. Também ocorria de mandarem o Sd ir se apresentar para o Sgt, diante de tropa, o que logo provocava boas risadas. O Sgt se mostrava incomodado, e sempre que via o Sd mandava o mesmo pagar flexões de braço ou algo parecido. Ocorreu certa vez que o Sd estava de serviço de Telefonista e o pai do Sgt telefonou para o quartel para falar com o filho. O Sd puxou assunto, algo como: “há, o Sr é o pai do Sgt Fulano? Eu sou o Sd Cicrano, que pareço com o Sgt”. Quando outro Sgt soube, antes de o Sd dar o recado, o outro Sgt disse para ele falar que o papai tinha ligado; e assim o Sd fez. Nem mesmo o Sgt que recebeu o recado se aguentou sem rir, mas aí é que mandava o Sd pagar e o chamava de *cara-de-pau*. Após o ocorrido os demais sargentos lembravam o fato diante da dupla, provocando risos e o mesmo comportamento por parte do Sgt.

No primeiro semestre circulou na internet, através do E-mail dos militares um texto intitulado *Big-brother Militar*. Neste texto o autor faz várias críticas ao cotidiano de um quartel. De autor desconhecido, este texto chegou a praticamente todos os sargentos e tenentes do batalhão e deve ter vindo de alguém de outro quartel em algum outro estado, pois não circulou apenas no 31º BIMtz. Quando Ten e Sgt do batalhão comentavam sobre o texto aparentavam achar muito engraçado e afirmavam que o que estava escrito realmente conferia com a realidade dos quartéis. Porém, quando o texto chegou às mãos no

Cmt do batalhão, no dia 18 de abril, este se irou, chamou os comandantes de companhia e determinou que estes reunissem seus tenentes e sargentos e dissesse que eles não divulgassem o texto, pois o mesmo não condizia com a realidade e difamava a imagem da Força. **(fazer comentários sobre o conteúdo do texto, ou citar trechos)**

Uma forma fazer um soldado pagar por algum erro cometido, ridicularizando-o, era o mandar correr até um determinado ponto e gritar alguma frase. Como aconteceu no dia 05 de abril. Eu estava no campo de futebol, á tarde, quando um Sd EV, que estava de serviço na Guarda do Quartel, chegou correndo com o fuzil cruzado ao campo, gritou “eu tô vibrando!” e retornou correndo para a Guarda. Fui até a guarda, perguntar ao sargento qual tinha sido o motivo de ele ter mandado o Sd fazer o que tinha feito, o Sgt me disse que o Sd estava muito bizonho.

Durante as Olimpíadas da 7ª bda Inf Mtz, realizada de 20 a 24 de junho, alguém pegou a máquina fotográfica de um tenente temporário e tirou a fotografia do próprio pênis. Assim, em outra ocasião, quando os tenentes e sargentos olhavam as fotografias armazenadas na referida máquina, após terem tirado uma fotografia coletiva, viram a fotografia do pênis. Então, apesar de saberem que na verdade não tinha sido o tenente o autor da fotografia, começaram a chamar o tenente proprietário da máquina de *Digital Predator*, como se tivesse sido o tenente o autor da fotografia. Após o ocorrido, quando o tenente em questão falava alguma coisa, os outros tenentes e os sargentos diziam: “vá tirar foto de pica”, e ainda, quando alguém ia tomar banho falava para o tenente não tirar fotografia do órgão dele.

Entre os sargentos, dizia-se que os oficiais que tratavam mal os subordinados, gritando com os mesmos, sofriam de VIDOC (Vontade Incontrolável de Dar o Cú).

No dia 29 de julho/06, um Aluno do Curso de Formação de Cabos conduzia os recrutas para a saída do quartel cantando: “eu vou, eu vou para a Índios Cariris gastar

meu salário todo ali”. Assim, o referido Aluno fazia abertamente uma apologia ao uso dos serviços das profissionais do sexo e a frequência de militares a locais de prostituição.

No dia 16 de outubro foi realizada uma reunião, dirigida pelo Cap chefe da 3ª Seção, para falar sobre a missão de segurança do presidente da República, o qual participou de um comício em Campina Grande nesta data. Durante a reunião o Cap começou a ler o nome dos integrantes das equipes que estariam empenhadas na missão. Disse o nome do Cap chefe da 1ª Seção e, logo em seguida, o do Ten Almojarife. Este disse bem alto e com um tom de voz de sofrimento: “aaaai”. Comportou-se desta forma, pois o referido Cap não é benquisto pelos subordinados, por não tratá-los com o devido respeito, sendo, além disso, tido como exemplo de incompetência profissional. Assim, o Ten mostrava sua insatisfação em trabalhar com o Cap por ocasião da missão, expressando que tal companhia seria um fardo para o oficial subalterno.

Neste mesmo dia, os deslocamentos de ônibus, de ida e volta, para o local da missão foram marcados por constantes brincadeiras entre os tenentes e os sargentos. Numa das viagens, um Ten de carreira que usava bigode não o estava usando. Quando o Ten foi perguntado sobre o motivo pelo qual havia tirado o bigode e o mesmo respondeu que a sua filha, nascida recentemente, estava puxando demais o seu bigode, então resolveu tirar. Dando-se um ar de que o Ten tinha problemas mentais, os demais presentes diziam que o mesmo *havia se distraído tirando o bigode ao invés da barba*.

IV – INSPEÇÕES, REVISTAS E VISITAS

Todos os dias há inspeção e revista da guarnição que entra de serviço, durante a Parada Diária. Nos dias com expediente a Parada deve ser realizada pelo Cap chefe da 1ª Seção (S/1), e nos dias sem expediente, pelo Oficial-de-Dia. Como era comum que o S/1 do batalhão chegasse alguns minutos atrasado para o expediente, o mesmo rendeu raríssimas

paradas diárias, as quais se iniciavam meia hora antes do início do expediente. Portanto, praticamente todas foram rendidas pelo Of do Dia. Logo no início da Parada Diária o Of de Dia passa em revista à guarnição, fiscalizando a apresentação individual da tropa (uniforme, equipamento, corte de cabelo, barba e armamento); no final da parada comanda desmontar armas para os integrantes da guarda do quartel (armados de fuzil) e inspeciona o estado do armamento. Ao término da parada o Of Dia tem anotados os militares julgados com má apresentação individual e os com boa apresentação individual; os primeiros são punidos e os segundos elogiados pelo comandante de companhia: o Of Dia anota no Livro de Partes do Oficial de Dia ao Subcomandante do Batalhão, no dia seguinte, por ocasião da passagem do serviço de Of Dia, o S Cmt assina o livro e dá o despacho das anotações da parada para o S/1; este confecciona um memorando para o Cmt Cia da subunidade do militar anotado, o qual entrega ao anotado um Formulário para Apuração de Transgressão Disciplinar/Razão de Defesa, que é preenchido pelo anotado e devolvido ao Cmt Cia, que o analisa e aplica a punição.

Para evitarem anotações e punições, os Sd falsificam assinaturas no cartão de cabelo (era difícil perceber uma assinatura falsificada de outro Ten, porém, quando a assinatura falsificada era do próprio Of Dia que realizava a Parada, era mais fácil de perceber a fraude, como na Parada do dia 16 de agosto, quando encontrei um Sd com uma minha assinatura falsificada); usavam coturnos engraxados emprestados de outro Sd; faziam o “pé do cabelo” com “presto barba” e pediam para um Ten assinar, dizendo que haviam cortado o cabelo etc.



Figura 6: Oficial-de-Dia realizando Parada Diária (foto do autor, 2006).

No dia 18 de maio houve um treinamento para a Inspeção do General Comandante da 7ª Bda Inf Mtz (a realizar-se no dia 23 do mesmo mês). Quando as Subunidades chegaram ao pátio de formaturas, o Subcomandante reclamou que alguns soldados não estavam levantando os joelhos durante o deslocamento, nem fazendo os movimentos de armas corretamente. Desta forma, mandou que as Subunidades retornassem e entrassem novamente no pátio. Durante o treinamento muitos oficiais e sargentos se mexiam em forma, e os membros do Estado-Maior estavam fora de forma. O Subcomandante falou, entre outras coisas, que o 31º BIMtz tinha participado da Guerra do Paraguai e que deveríamos honrar nossos antepassados, a começar pelo empenho na execução dos movimentos de Ordem Unida.

Houve mais um treinamento para a mesma inspeção, no dia 19 de maio. Novamente houve reclamações do Subcomandante quanto à falta de imobilidade, energia e ritmo dos movimentos da tropa. Após o treinamento com o Subcomandante, os recrutas ainda continuaram treinando com sargentos os detalhes dos movimentos.

A inspeção da 7ª Bda Inf Mtz ocorreu no dia 26 de maio. Durante a formatura para o General, houve inspeção da apresentação individual e do armamento da tropa. Para a verificação da apresentação individual foi comandado “retirar a cobertura” e os oficiais integrantes da comitiva da Brigada passaram, pelas fileiras e colunas da tropa, observando o fardamento, o corte de cabelo e a barba dos militares inspecionados. Para a verificação do armamento foi comandado “desmontar armas”, assim, os cabos e soldados desmontaram seus fuzis, e os oficiais e sargentos suas pistolas; em seguida, os oficiais da comitiva da Brigada observaram alguns militares aleatoriamente. Após a formatura houve inspeção das oficinas de instrução e de algumas seções. Nas oficinas havia um tenente responsável e um grupo de recrutas que deveriam executar a prática de alguma instrução. Quando o oficial da comitiva chegava ao local da oficina, iniciava-se a prática e era verificado se os objetivos previstos no respectivo Programa Padrão haviam sido atingidos. Após a inspeção ocorreu uma Análise Pós Ação (APA). Nesta, cada oficial inspecionador fez críticas à oficina que lhe coube fiscalizar, apontando as falhas na execução das atividades. Em seguida houve o almoço, após o qual os oficiais do Batalhão e da comitiva passaram por frente de um alojamento de dois capitães, um dos quais tinha deixado a porta do alojamento aberta. Assim, os oficiais da comitiva viram a bagunça que se encontrava no alojamento. Chamaram o Comandante do batalhão para ver. Este e alguns oficiais da comitiva ficaram dizendo que era um alojamento de tenentes. Em tom de gozação os oficiais superiores chamaram a atenção dos capitães, quanto à situação em que se encontrava o alojamento.



Figura 7: Chefe do EM da 7ª Bda Inf Mtz inspeciona oficina de Armamento (foto do Cb Flávio Petrônio Leite, 2006).

No dia 26 de junho de 2006 houve expediente, devido à Reunião de Comando do Comando Militar do Nordeste (CMNE), a qual costuma ocorrer anualmente no 31º BIMtz, nesse período, no qual ocorre a festa de São João da cidade de Campina Grande/PB. Assim, os generais e oficiais superiores que os acompanham vêm à cidade, com suas esposas, desfrutar da festa e das mordomias proporcionadas pelo 31º BIMtz para recepcioná-los e acolhê-los. No dia citado, o Toque de Ordem foi dado às 18 horas, pois o Comandante esperava que os tenentes dessem o *pronto* da faxina do respectivo alojamento. Os sargentos comentaram, criticando, que tinham visto chegar ao quartel algumas garrafas de whisky, que seriam servidas aos oficiais superiores por ocasião da Reunião de Comando.

No dia 27 houve treinamento para a Guarda de Honra. Este treinamento foi repetido por cerca de três vezes. Estavam presentes o Comandante, o Subcomandante e o Chefe da 3ª Seção. Estes corrigiam os detalhes de posicionamento das armas e postura dos soldados. Após este treinamento, ocorreu o treinamento para a formatura do General Comandante Militar do Nordeste. Este foi repetido por duas vezes com todo o efetivo do Batalhão e cinco vezes com os soldados EV incorporados em junho. Mais uma vez muita atenção aos detalhes de Ordem Unida. O Subcomandante falou muito durante a formatura de treinamento, deixando a tropa bastante cansada. Chegou a um posto em que os sargentos começaram a soltar piadas em forma e se mexerem, dizendo frases como as seguintes: “para de falar besteira”, “é aula de história é?”, “ele não consegue ver a ponta dos pés por causa da barriga”, “cala a boca” etc. Falavam estas frases de forma que toda a companhia escutava, mas ficava difícil identificar os autores. Também os soldados começaram a se comunicar entre si, mas o conteúdo das conversas era escutado apenas pelos que estavam mais próximos. Isto foi visto pelo Chefe da 3ª Seção, o qual chamou a atenção do Cmt Cia Fuz. Apesar de os executantes do treinamento estarem já fatigados e chateados com o treinamento, tinham de se esforçar pra demonstrar “vibração” por ocasião do desfile de treinamento, pois foram ameaçados de ter de repetir o treinamento caso desfilássemos com morosidade. O Subcomandante falava que tínhamos que nos esforçar, pois o Batalhão era herdeiro das tradições da Guerra do Paraguai e nós tínhamos que honrar estas tradições, nos superando em qualquer atividade. Durante toda a tarde deste dia os soldados EV fizeram faxina nas instalações do quartel.

O clima no Batalhão, expresso nos comentários feitos pelos sargentos e tenentes, era de que estávamos trabalhando além do que deveríamos, devido à diversão dos generais por ocasião dos festejos de São João. Os generais chegaram com suas esposas, ficaram hospedados no Hotel Village, onde almoçaram e assistiram a um jogo da seleção

brasileira de futebol. Em seguida saíram em uma viatura tipo Van, para conhecer a cidade. À noite, houve um jantar com autoridades locais, após o qual foram para o Parque do Povo (onde acontece a festa de São João), já que o Comandante do Batalhão tinha recebido 20 senhas para o camarote da Prefeitura Municipal.

O expediente do dia 28 de junho se iniciou às 07 horas e até as 08 horas os soldados fizeram faxina enquanto os oficiais e sargentos conversavam e se preparavam para a formatura. Às 08 horas a Guarda de Honra entrou em forma, foi realizado mais um treinamento e ficamos aguardando a chegada do Comandante Militar do Nordeste, em “à vontade”, sempre reclamando. O Subcomandante do Batalhão disse ao capitão que comandava a Guarda de Honra que este deveria acompanhar o passo do General, e não, necessariamente, a batida do bumbo, disse ainda, em tom de brincadeira, que se o General errasse o passo, o capitão deveria errá-lo também. Como os sargentos escutaram a observação do Subcomandante, logo um deles disse que se o General caísse o Capitão deveria cair também; e se um Sgt, por acaso, errasse alguma coisa o tratamento seria outro.

Após a Guarda de Honra, os militares que a compunham foram entrar em forma nas respectivas companhias, para aguardarem a formatura. Na CCAp, enquanto aguardavam, se passou um tempo com a tropa em “descansar”, quando foi dado o comando de “à vontade”, pude ouvir um Sgt bradar: “até que em fim!”.

No dia 17 de outubro, o Cmt Cia Fuz reuniu os oficiais e sargentos da companhia para falar sobre o Concurso de Ordem Unida, marcado para o mês em questão. Ele não demonstrava segurança sobre o que de fato ocorreria na Competição, semente lia, mecanicamente, a Nota de Serviço do Cmt 31º BIMtz. Um Sgt havia encomendado, de uma fábrica de artigos militares, coturnos para outros militares que tinham comprado o material através do Sgt. Então, solicitou ao Cmt Cia Fuz que ficasse de fora dos treinamentos e da competição, com a finalidade de distribuir os coturnos. O Sgt dizia que o

fato de os militares estarem com coturnos novos era importante para a boa apresentação individual dos mesmos, por ocasião do concurso. O Ten, Cmt Cia Fuz, resistia em liberar o Sgt, mas depois de muita insistência, cedeu e o liberou. Na verdade, o Sgt poderia distribuir os coturnos em outra ocasião, que não durante os treinamentos de Ordem Unida, porém, sua alegação tinha a finalidade de livrá-lo do desagradável treinamento e da inspeção/avaliação.

Na Competição de Ordem Unida, o chefe do Estado-Maior da 7ª Bda Inf Mtz e uma comitiva de oficiais da Brigada foram ao 31º BI Mtz avaliar o desempenho dos pelotões competidores. Na verdade este tipo de competição tem características de uma inspeção do nível de ordem unida da tropa, porém com outro nome. Para esta competição os pelotões treinaram exaustivamente os movimentos nas semanas anteriores. Era visível o nível de preocupação do comandante com a apresentação que a tropa faria. Como forma de incentivar os soldados dizia-se que o pelotão vencedor participaria da competição nível brigada, com pelotões de outros batalhões, porém, isto ao invés de motivar desmotivava. Conversando com alguns Sgt e um grupo de Sd EP, estes comentavam que não valeria a pena se dedicar para vencer o concurso, pois o que a vitória traria não seria vantagem por causar o inconveniente de mais treinamento e mais cobrança, entre os Sd EV também havia esta noção, conforme me confessou um deles. Embora os tenentes também compartilhassem desta ideia (conversei sobre isto com alguns deles), tentavam passar aos integrantes de seus pelotões que o que estava em jogo era o nome do respectivo pelotão e que deveriam se esforçar para vencer.

Durante a competição os oficiais da brigada, em especial o chefe do EM, verificavam minuciosamente o desempenho da tropa avaliada, dos soldados aos tenentes comandantes de pelotão. Observavam a apresentação individual, a uniformidade dos movimentos, a voz de comando etc. A tropa que participava era constituída de três

pelotões, era, portanto, uma companhia, porém nenhum Cap quis assumir a responsabilidade de ser avaliado nesta função, então o comando do batalhão determinou que um tenente comandasse a tropa. Este fato foi altamente criticado pela brigada e ainda, o Btl obteve o pior resultado entre os outros Btl da brigada.



Figura 8: Chefe do EM 7ª Bda Inf Mtz recebe apresentação do Ten Cmt Cia Fuz, durante Concurso de OU (foto do Cb Flávio Petrônio Leite, 2006).



Figura 9: Oficiais da 7ª Bda Inf Mtz inspecionam apresentação individual de recrutas (foto do Cb Leite, 2006).



Figura 10: Tropa em movimento de OU (ao solo arma), durante competição (foto do Cb Leite, 2006).



Figura 11: Chefe do EM 7ª Bda Inf Mtz avalia apresentação de Sgt, durante competição de OU (foto do Cb Leite, 2006).

As críticas feitas ao Btl logo se espalharam entre os seus oficiais e sargentos. Sempre há alguém que tem um amigo na brigada, o qual deixa a informação “vazar” para os colegas. Quando sargentos e tenentes ficavam sabendo da imagem do comando do Btl perante a brigada, vibravam, julgando que o Cmt Btl merece ser “queimado” diante de seus chefes.

Após a competição de Ordem Unida, foi marcada uma Visita de Acompanhamento da Instrução pela Brigada (é chamada de visita, mas na verdade se constitui em uma inspeção). No treinamento para esta, a tropa treinou ainda mais intensamente, houve maior exigência quanto à manutenção das instalações e a tensão transmitida pelo comandante e os oficiais do EM Btl foi maior. Tenentes e Sargentos comentavam que isto se devia ao baixo desempenho do Btl no concurso de Ordem Unida, e

alguns falavam que seria bom que nos déssemos mal novamente, para que o comandante fosse prejudicado. Para o dia da inspeção foram montadas oficinas de instrução, em cada uma havia um grupo de soldados EV executando alguma tarefa. Os oficiais da brigada se distribuíram pelas oficinas, de forma que cada um se responsabilizou por uma ou duas. Ao chegar nelas o oficial observava o desempenho dos recrutas na realização das tarefas e fazia algumas perguntas para eles.

Houve também verificação da burocracia referente à instrução. O chefe do EM da brigada foi às companhias e à 3ª Seção conferir se a documentação estava sendo confeccionada e se estava atualizada. Não foi encontrado qualquer problema, pois na semana anterior à visita, toda a documentação foi confeccionada com datas retroativas. Como exemplos, temos as Fichas de Instrução Individual Básica e as Fichas de Avaliação de Atributos. Estas fichas devem ser preenchidas cotidianamente; para cada soldado deve haver uma de cada ficha. Na primeira há uma relação com todos os Objetivos Individuais de Instrução, devendo o Cmt Pel colocar se os instruendos atingiram cada objetivo. Na segunda o Cmt Pel deve informar se os recrutas apresentaram os atributos da área afetiva previstos. Como estas fichas não são preenchidas no dia-a-dia, na semana anterior à visita os tenentes recebem uma pilha de fichas em branco e preenchem todas da mesma forma, modificando alguns pontos para que não fique tão evidente a irregularidade. Após a inspeção é realizada uma Avaliação Pós Ação, na qual os oficiais avaliadores fazem as críticas ao que viram nas oficinas, diante de uma plateia de oficiais do Btl.

Os armários seriam o único lugar onde um militar poderia reservar à sua individualidade, porém estes são constantemente sujeitos a revistas inesperadas. Durante o ano de 2006 ocorreram algumas, sobretudo quando algum recruta informava que havia sumido algum pertence particular (na maioria das vezes tratava-se de telefone celular, em seguida, tênis, coturno ou outra peça de uniforme). Quando alguma informação deste tipo

chegava ao comandante de companhia, este determinava que os soldados permanecessem em forma, sentados na área da companhia, o tenente oficial-de-dia (se pertencesse à Cia em questão) e os sargentos de serviço da Cia chamavam um por um para dentro do alojamento; o soldado posicionava-se em frente ao respectivo armário e o esvaziava, mostrando ao revistador o conteúdo do mesmo.

Também ocorria revista de armários, por determinação do Cmt Cia, para verificar se os recrutas estavam com o material que lhes foi distribuído (fardamento e equipamento) e se a quantidade que tinham era a prevista (se alguém estava com falta de material e outro com material a mais). Neste caso todos os oficiais e sargentos da Cia participavam, fazendo um procedimento semelhante ao utilizado no caso anterior.

Todas as revistas de armários foram realizadas após o término do expediente, fazendo com que todos os integrantes da Cia ficassem algumas horas além do horário habitual de saída do quartel.

V – A ADMINISTRAÇÃO

O poder do sargento e as relações de compadrio

Os sargentos são os mestres da administração. Como eles permanecem por mais tempo em uma mesma unidade do que um oficial (havia Sgt que estava há mais de 15 anos no 31° BI Mtz, enquanto o oficial que estava há mais tempo tinha menos de 06 anos – muito para um oficial, geralmente são 03 anos) e mudam menos de função (um oficial não pode permanecer mais de 02 anos na mesma função, enquanto em relação os Sgt isto não era observado), estes têm grande domínio sobre o funcionamento da burocracia militar. Desta forma, praticamente todos os documentos e processos das seções eram elaborados e estudados pelos Sgt, restando aos oficiais chefes de seção apenas assinar e despachar com

o Cmt Btl. Como os Sgt detêm o domínio do saber a respeito dos mecanismos burocráticos, os oficiais dependem dos Sgt para que as seções funcionem.

O saber dos Sgt faz com que os mesmos possam desburocratizar alguns procedimentos para responder a interesse de amigos. Assim, quando alguém precisa de alguma coisa inerente a alguma seção, ao invés de seguir todo o procedimento burocrático, basta pedir a algum amigo da seção que o mesmo facilita e agiliza o atendimento ao solicitante. O amigo integrante da seção nem precisa ser um Sgt. Muitas vezes, o caso se resolve simplesmente falando com o Cb ou Sd que executa determinada tarefa na seção. Um bom exemplo disso é o Almojarifado. Era muito mais fácil pedir ao Cb uma resma de papel, do que fazer um Pedido de Material, o qual deveria ser assinado pelo Chefe da Seção, Fiscal Administrativo e pelo Almojarife, podendo demorar semanas para ser atendido ou nem mesmo o ser. Os procedimentos citados poderiam também ser desburocratizados caso o solicitante fosse amigo de algum Sgt do Almojarifado ou do Ten almojarife. Contudo, se o solicitante não contasse com a simpatia dos integrantes da seção, tudo lhe seria dificultado, obrigando-o a seguir toda a burocracia prevista.

O poder que os Sgt detêm é ainda mais potencializado quando se trata de algum setor que exija conhecimento especializado, como Pelotão de Manutenção e Transporte ou Pelotão de Comunicações. Como os oficiais, em geral, sabem muito pouco sobre manutenção de viaturas ou rádios, é fácil para os Sgt impor suas vontades aos seus chefes. Por exemplo, ao querer um oficial utilizar alguma viatura, mesmo estando ela em condições de uso, o Sgt informava que a mesma estava indisponível por pane em algum sistema.

Como vemos pelo relatado acima, o discurso da disciplina veiculado no interior da caserna experimenta uma tensão constante, já que os abusos de poder são conhecidos e se instituem as práticas de favorecimento pessoal e o tratamento diferenciado.

É claro que a circulação de informações sobre as distorções do sistema podem terminar por abalar a legitimidade do sistema de ordens, o qual para ser mantido necessita de um conjunto de práticas e ideologias que apele demasiadamente para o ideal da instituição e não para a efetividade das relações e para a gestão do cotidiano concreto do quartel.

O poder das listas e cadastros: a *Grade de Rancho*

Todos os dias é elaborado um documento chamado “Grade de Rancho”, através do qual é realizado o arranchamento dos militares. Ou seja, na véspera do dia de referência da Grade de Rancho, um Sd a preenche, colocando quais militares farão suas refeições no quartel. A princípio, cada militar deveria procurar a Sargenteação para informar se pretende tomar café, almoçar ou jantar na Unidade. Na prática, o Sd responsável já sabe quais militares fazem suas refeições no quartel, com base nas Grades de Rancho anteriores. Assim, faz o chamado “arranchamento automático”. Somente quando alguém que costumava fazer alguma refeição não pretendia fazê-la em determinado dia, avisava na véspera ao Sd, que o “desarranchava”. Da mesma forma, quando alguém que nunca fazia determinada refeição pretendia fazê-la procurava o Sd para ser arranchado. A guarnição de serviço sempre estava arranchada para todas as refeições. Havia determinação verbal do comandante para que os militares que não estivessem de serviço não fossem arranchados para o café da manhã nem para o jantar. Cotidianamente, o Sgt-de-Dia ou o Cb-de-Dia de cada Cia conduzia os cabos e soldados em forma, para o rancho. Para isto, os colocava em forma na respectiva subunidade, conferia o efetivo em forma com o previsto no arranchamento, fazia a condução e apresentava a tropa para o Of Dia ou Aprovisionador.

No Cassino de Oficiais não havia conferência do arranchamento, com o efetivo de oficiais que de fato almoçaram no quartel. No Cassino de Sargentos não havia

até o mês de agosto. Até então, muitos sargentos, antes mesmo do término da primeira parte do expediente já estava se servindo e almoçando, antes mesmo das onze horas. Agora, todos os sargentos deveriam esperar até as 11h 30min para entrarem no rancho, portanto, muitos estavam insatisfeitos com a nova medida. No Rancho de Cabos e Soldados a conferência era bastante flexível, até o mesmo mês. No mês de agosto o serviço de provisionamento foi assumido por um 1º Ten QAO, o qual se mostrou bastante preocupado com a falta de controle no arranchamento das praças, que havia até então. Essa preocupação foi motivada pelas reclamações das praças que trabalhavam no rancho, pois, quando os sargentos ou mesmo as companhias avançavam ao rancho antes do horário previsto, faziam com que a equipe que trabalhava no local tivesse de se apressar, para que a comida estivesse em condições de ser servida antecipadamente. Praças não arranchadas avançavam ao rancho, praças arranchadas não avançavam, e nenhuma alteração era registrada. O referido Ten levou o problema ao Comandante, que chamou a atenção dos comandantes de companhias, na reunião de oficiais do dia 15 de agosto, para a falta de controle no arranchamento, por parte de seus sargenteantes e furriéis. O próprio Aprovevisionador passou a, todos os dias, receber a apresentação das praças das companhias, antes de avançarem ao rancho em forma. Assim, conferia nominalmente, um a um dos militares, confrontando a Grade de Rancho com o efetivo em forma. Assim, os militares não arranchados eram impedidos de comer, e os arranchados eram, ao menos, obrigados a entrar em forma e entrar no rancho, pois, aqueles que não queriam comer, por precisarem utilizar o tempo do intervalo do almoço para outra finalidade, apenas sujavam a bandeja de comida e se retiravam do rancho.

A distribuição de privilégios: quem entra na *Operação Pipa*

Por ocasião da Operação Pipa ocorriam algumas distorções. Os militares não eram escalados como em qualquer outra operação ou serviço, a partir de uma relação dos aptos, por ordem de antiguidade, mas pelo arbítrio do comandante, que afirmava que para isto estava utilizando o seu poder discricionário e que era escalado quem ele achava que merecesse. Desta forma, alguns militares foram para a operação com maior frequência que outros. Como o Chefe da 1ª Seção auxiliava o Cmt Btl na confecção da escala, os sargentos da seção em questão foram com maior frequência que os demais Sgt. Os capitães eram escalados uma em cada duas semanas, muitas das quais mal iam às cidades devidas, permanecendo no quartel, cumprindo expediente e recebendo diárias. Já o comandante se escalava logo por duas semanas consecutivas, mas eu nunca o vi passar sequer uma semana fora do quartel por estar supervisionando a operação em outras cidades. Sempre cumpria expediente e em algum dia da semana visitava alguma cidade. Ocorreu até mesmo de ele ir a reuniões em Recife e em Natal, quando deveria estar na operação. Já os tenentes, exceção dos QAO, passavam até mais de um mês sem serem escalados e sem receber diárias (a menor frequência do Btl).

Os oficiais constituíam as equipes de Supervisão. Durante a semana em que passavam nestas equipes redavam por algumas cidades, mas o trabalho era praticamente inexistente. Iam às cidades, apenas com a finalidade de que os sargentos não ficassem comentando que estavam ganhando dinheiro sem fazer nada. Porém, em algumas semanas, foi necessário constituir equipes de supervisão com um oficial e um Sgt. Nas ocasiões em que fui com o Sgt, era comum que eles comentassem que as equipes de supervisão era um desperdício de dinheiro, desnecessárias e que não fazíamos nada. Os sargentos constatavam isso, pois, era verdade que todo o trabalho necessário para a execução da Operação era realizado pelas equipes de Fiscalização, constituídas por sargentos.

Na reunião da Operação Pipa de 27 de março o Subcomandante deu uma ordem relativa ao fato de que os militares que estivessem na Operação não deveriam esquecer o trabalho nas seções. Logo que o Maj saiu da sala, o Cap coordenador da Operação deu uma ordem contrária, falando que quem está na Pipa está exclusivamente na Pipa, que deveriam ficar afastados do serviço das seções, como quando estavam de férias.

No dia seguinte, dia 28 de março, fui para a Operação com um 1º Sgt. No caminho ele comentou que tinha ficado em dúvida, pois, “Tico (Subcomandante) tinha dito na reunião que apesar da Pipa deveríamos deixar em dia os trabalhos nas seções, e Teco (Cap) disse logo em seguida que estávamos na Operação, então, como se estivéssemos de férias, não deveríamos trabalhar nas seções”.

Todos os militares escalados para participar da operação recebiam diárias para permanecer de terça-feira ao meio dia de sábado nas cidades para as quais estavam designados. Porém, havia ordem verbal do Cmt para que todos estivessem no quartel até as 17 horas, se o militar fosse oficial do Estado-Maior deveria chegar às 15 horas. Quando eu visitei algumas cidades pude perceber que em muitas delas o número de cisternas cadastradas e abastecidas estava aquém da necessidade do município, mesmo assim o Cmt mantinha a ordem, a qual fazia com que os militares despendessem tempo indo e retornando às localidades, reduzindo o tempo de efetivo trabalho nos municípios carentes. O número semanal de equipes também era reduzido, pois, as equipes de fiscalização eram constituídas por dois sargentos, o que limitava a quantidade de equipes pela disponibilidade de sargentos. O Cmt não colocava equipes com um Cb ou Sd EP e um Sgt alegando que os mesmos são temporários e se caso acontecesse um acidente teriam que ser reformados, causando gasto à nação. Contudo, oficiais e sargentos temporários participavam da operação. O Cmt alegava ainda que os Cb e Sd EP não necessitavam das diárias, pois quando fossem licenciados após sete anos de serviço receberiam uma

indenização equivalente ao tempo de serviço, e os militares efetivos não recebem. O Cmt também alegava que a participação de Cb e Sd acarretaria um grande número de desordem por parte dos mesmos durante a operação. Porém, em operações de anos anteriores, nas quais eles participaram, podemos constatar que as alterações ocorreram na maior parte com sargentos, e os Cb e Sd estavam sempre acompanhados e chefiados por um Sgt. Na verdade o motivo do impedimento à participação de Cb e Sd EP devia-se ao fato de que caso estes fossem escalados, diminuiria a frequência de ida dos sargentos, os quais convenciam os seus chefes a sugerir ao Cmt a não escalação de Cb e Sd EP.

Podemos perceber que para os militares do Btl a operação pipa representava uma grande distribuição de diárias, principalmente para aqueles benquistos pelo comandante. O dinheiro da operação não era utilizado somente na distribuição de diárias. Fontes seguras que trabalham na administração²⁷ me informaram que dinheiro destinado ao aluguel de carros era utilizado para outros fins, da seguinte forma: o Btl fazia um empenho de determinado valor em nome da locadora, mas não utilizava a quantidade de carros equivalente, então o dono da locadora fornecia o dinheiro para o Cmt.

Além disto, combustível destinado ao abastecimento dos carros utilizados na operação foi utilizado para abastecer viaturas do batalhão como a própria viatura do comandante. Encontrei algumas vezes nas ruas de Campina Grande carros da operação rodando pelo comércio da cidade, pois, os próprios militares escalados para deslocarem-se às outras cidades utilizavam o carro e o combustível para fins particulares.

Os desvios de verba eram de conhecimento dos integrantes do Batalhão em geral. Não que o Cmt assim quisesse, mas, os militares que ficavam sabendo faziam questão de espalhar as informações. A finalidade explícita destes desvios era trazer algum benefício para o batalhão (sistema de segurança, abastecimento de viaturas, utilização de carros alugados para outras missões etc). Porém, ficava a dúvida: se é possível desviar para as

²⁷ Não cito a função dos informantes para preservar integralmente a identidade dos mesmos.

finalidades explícitas, quem garante que nada está indo para “os bolsos” do Cmt e seu EM? Quem corrompe para o Btl, não poderia corromper para si e sua família?²⁸

No dia 20 de outubro houve uma reunião com o Cmt, para oficiais e sargentos, durante todo o período da manhã. O Cmt reforçou a afirmação de que somente ele decide sobre os militares que estarão na escala da Operação Pipa. Disse que qualquer um que tivesse dúvidas ou reclamações fosse à sala do Cmt. Mais uma vez deu a ordem para que os militares que estivessem na Operação pernoitassem em Campina Grande, salvo em casos excepcionais, os quais deveriam ser comunicados ao Cap coordenador da Operação. Porém, colocou que quem avisasse que iria pernoitar em outra cidade, sem motivo imprevisível (como um acidente) seria considerado falta de planejamento e os militares seriam penalizados saindo da escala. Disse ainda, que os relatórios das equipes deveriam ser entregues na terça-feira da semana seguinte a que estivessem na Operação. Quem não puder ir quando escalado, irá para “o final da fila”, ou seja, se algum militar tiver algum problema que o impeça de ir na semana em que foi escalado, não irá na semana seguinte, mas, terá que esperar todos os outros que estão na escala serem escalados, para participar novamente da Operação. O Cmt pediu sugestões dos sargentos, mas nenhuma foi aceita durante a reunião. Foram colocadas algumas dificuldades para que as sugestões fossem consideradas pelo comando. Quem quisesse ter sua sugestão realmente analisada deveria, após a reunião, levá-la por escrito ao Cmt. Assim, nenhum Sgt manteve a sugestão dada durante a reunião. Reforçando as palavras do Cmt, o Cap chefe da 1ª Seção (auxiliar do Cmt em assuntos de escalas), conhecido por sua falta de polidez, bom humor e simpatia, disse que quem ainda tivesse alguma dúvida quanto à escala poderia falar com ele depois, pessoalmente.

28 Quanto às irregularidades da Operação Pipa, realizei denúncia anônima ao Tribunal de Contas da União: Manifestação de Ocorrência Nr 8379 – Ouvidoria.

No dia 17 de novembro saiu mais uma escala da Operação Pipa, seguindo não o critério da quantidade de folga, mas apenas a vontade do Cmt, causando, assim, revolta por parte de alguns tenentes e sargentos. Nesta escala constava o nome de um Ten dentista, o qual não estava na escala ainda, pois um dos critérios que o Cmt alegava seguir era só escalar os militares que tiravam serviço (apesar de os capitães não tirarem serviço e concorrerem à escala da Operação), e em uma Unidade de Infantaria os tenentes do quadro de saúde não concorrem à escala de Of Dia. Porém, este Ten alegou ao Cmt que nos finais de semana era impedido de viajar, pois ficava de Dentista de Sobreaviso; o Cmt concordou com a argumentação do Ten e o colocou na escala da Pipa. Apesar de haver, em todos os finais de semana, um dentista e um médico de sobreaviso, dificilmente um Ten nesta função era encontrado em Campina Grande, pois a maioria deles viajava para João Pessoa no início da tarde de sexta-feira e retornavam no início da manhã de segunda-feira.

No dia 20 de novembro houve mais uma reunião de oficiais e sargentos, com a finalidade de tratar sobre assuntos da Operação Pipa. Antes de iniciar esta reunião, estava havendo no mesmo local (SIQ) a reunião semanal entre as equipes que estavam na Operação na semana anterior e as que estavam iniciando na semana corrente. Por isso, havia no local alguns cabos estabilizados, os quais receberam ordem do Cmt para que saíssem do local, pois não poderiam ouvir o que seria tratado na reunião que seria iniciada. Após a saída dos cabos, o Cmt esperou até que todos os oficiais e sargentos estivessem presentes. O Cmt, mais uma vez falou sobre a escala da Pipa, dizendo que quem escalava era ele e que não caberia qualquer questionamento quanto a este assunto. Disse que deveríamos confiar no Cmt, pois ele buscava os interesses da instituição. Citou o exemplo de um Sgt que o procurou para reclamar, falando que era um dos mais antigos e ainda não tinha ido, enquanto até cabos estabilizados já tinham sido escalados. A partir deste exemplo, o Cmt disse que o Sgt estava errado, que não lhe cabia questionar; que o Cmt

poderia fazer o que achasse mais conveniente, sem dar explicações. Imediatamente o Sgt sujeito do caso citado se levantou e disse que militares do FuSEx já foram para a Operação, mas que quando era para comandar Grupo de Combate em demonstração de Ofensiva, subindo e descendo cota, ele poderia ir (o Sgt havia participado da demonstração ocorrida o dia 14 de novembro), que tem militar que está “baixado” para isto, mas para a Pipa pode ir. O Cmt respondeu falando que o militar pode estar baixado para subir cota, mas pode ficar sentado como passageiro em um carro durante a Operação Pipa (no início desta edição da Operação o Cmt disse que somente escalaria os militares que estivessem prontos para qualquer outra missão ou serviço). Outro Sgt levantou e perguntou ao Cmt se não estava sendo escalado para a Operação porque já tinha sido publicada a sua transferência para outra Unidade; disse ainda, que no ano passado um determinado Sgt , mesmo com a transferência publicada, participava da Operação; e que os militares com transferência publicada ainda estavam no Batalhão, inclusive tirando serviço interno. O Cmt respondeu dizendo simplesmente que no ano passado era pagode e este ano era forró. O Sgt sentou falando que o Cmt não respondeu a sua pergunta. Embora muitos dos presentes discordassem dos procedimentos e opiniões do Cmt, ninguém mais falou nada, pois sabiam que o Cmt não concordaria com nenhuma opinião que divergisse da dele.

Por coincidência ou não, nesta mesma data, saiu uma escala na qual a maioria dos nomes constantes eram dos militares que tinham ido com menor frequência ou ainda não tinham sido escalados para a Operação, inclusive os dois sargentos que reclamaram durante a reunião. Quando os militares tomaram ciência da escala, disseram que a semana que viria seria a “Pipa dos peixes podres, que como não tinha mais jeito! o Cmt teve que escalar quem ele não gosta”.

Na semana de 27 de novembro a 01 de outubro houve um exercício chamado Jogos de Guerra na cidade de Recife/PE. O Cmt participou deste exercício, esteve em Recife

durante toda a semana, porém, o seu nome, no mesmo período estava na Operação Pipa, inclusive recebendo diárias com a finalidade de estar presente nos municípios paraibanos abrangidos pela Operação.

A negociação com as dispensas e as promoções

Todo militar pode solicitar alguns dias (no máximo 08 dias) de dispensa como desconto em férias, bem como o comandante de companhia pode conceder 04 dias de dispensa como recompensa, e o comandante do batalhão 08 dias. Na reunião matinal de oficiais do dia 06 de abril, o Comandante determinou que se fosse concedido desconto em férias às vésperas de final de semana ou feriado; que fossem descontados das férias do solicitante os dias solicitados e os dias do fim de semana ou feriado. Por exemplo, se um militar solicitasse um dia de desconto em férias em uma sexta-feira, teria três dias descontados, referentes à sexta-feira, ao sábado e ao domingo. O Comandante falou ainda, que somente seria concedida dispensa através do comando do Batalhão, que quando alguém solicitasse ou o Comandante de Companhia sugerisse, deveria levar com antecedência ao Comandante do Btl, para que o mesmo analisasse se o interessado merecia ou não a dispensa.

Os principais critérios para promoção de militares são a antiguidade e o merecimento²⁹ (E1-80, Art 60). “A antiguidade em cada posto ou graduação é contada a partir da data da assinatura do ato da respectiva promoção, nomeação, declaração ou incorporação, salvo quando estiver taxativamente fixada outra data” (E1-80, Art 17, § 1º). Assim, todo militar é inserido em uma escala, um militar sempre será mais antigo ou moderno em comparação a outro. Seguindo-se esta ordem, dão-se as promoções por antiguidade, entre os integrantes de cada posto ou graduação. Já a promoção por

²⁹ Existem ainda, as promoções por escolha, bravura, *post-mortem* e, em casos extraordinários, em ressarcimento de preterição.

merecimento se faz a partir da pontuação que cada militar obtêm na carreira. Esta pontuação é estabelecida pelos cursos e estágios que o militar realizou, condecorações recebidas, índices de TAF e TAT e por uma avaliação semestral, feita a partir de uma ficha de valorização do mérito. Esta ficha é preenchida pelo comandante da Unidade da qual cada militar de carreira faz parte. É uma avaliação subjetiva que cada comandante faz de seus subordinados. Se o militar tiver punições em sua respectiva ficha disciplinar, tal fato contará negativamente na valorização do mérito, bem como, para as praças, a classificação comportamental também poderá ter influência.

Este mecanismo de dois elementos permite um certo número de operações características da penalidade disciplinar. Em primeiro lugar, a qualificação dos comportamentos e dos desempenhos a partir de dois valores opostos do bem e do mal; em vez da simples separação do proibido, (...), temos uma distinção entre pólo positivo e pólo negativo; (...). É possível, além disso, estabelecer uma quantificação e uma economia traduzida em números. Uma contabilidade penal, constantemente posta em dia, permite obter o balanço positivo de cada um. (...). E pelo jogo dessa quantificação, dessa circulação dos adiantamentos e das dívidas, graças ao cálculo permanente das notas a mais ou a menos, os aparelhos disciplinares hierarquizam, numa relação mútua, os ‘bons’ e os ‘maus’ indivíduos. Através dessa microeconomia de uma penalidade perpétua, opera-se uma diferenciação que não é a dos atos, mas dos próprios indivíduos, de sua natureza, de suas virtualidades, de seu nível ou valor. A disciplina, ao sancionar os atos com exatidão, avalia os indivíduos ‘com verdade’; a penalidade que ela põe em execução se integra no ciclo de conhecimento dos indivíduos. (FOUCAULT, 2002, p. 151).

Desta forma, é também um mecanismo de controle disciplinar e comportamental que detém cada comandante. Se um Oficial ou Sgt de carreira não agrada seu comandante, pode sofrer retaliação na respectiva avaliação do mérito e assim, ser prejudicado na promoção por merecimento, sendo possível ocorrer de militares mais modernos serem

promovidos antes, por terem maior pontuação na valorização do mérito (esta diferença pode significar anos de espera para que um Sgt seja promovido)³⁰.

No mês de agosto o Cmt 31º BIMtz realizou a avaliação de seus oficiais e sargentos. Para isto, solicitou que todos lhe entregassem as fichas de avaliação anteriores, alegando que não queria provocar nenhuma discrepância ou cometer injustiças. Alguns sargentos e um Subtenente se negaram a fornecer o referido documento, pois não confiavam no Cmt e esta ficha é um documento sigiloso. Neste mês ouvi muitas reclamações por parte dos sargentos, quanto a este tipo de avaliação. Estes alegavam que são cometidas muitas injustiças que os prejudicam e os deixam à mercê de seus comandantes, vulneráveis ao arbítrio dos mesmos e passíveis de sofrer retaliações. Falavam que em determinadas organizações militares seus comandantes podem ser mais generosos com seus subordinados, dando-lhes notas mais altas, enquanto em outras, os comandantes podem ser mais rigorosos ou até sádicos, dando notas baixas e os prejudicando em relação a seus pares de outros quartéis. Após a avaliação, os subtenentes e sargentos do 31º BIMtz perceberam que, em geral, o Cmt havia lhes dado notas baixas. Como consequência, quando se fazia a média da pontuação da valorização do mérito de toda a carreira destes militares, esta havia sido reduzida. Assim, sargentos que esperavam ser promovidos a curto prazo, tiveram que esperar consideravelmente mais, pois, como era de se esperar, sargentos mais *modernos* os haviam ultrapassado, sendo promovidos por merecimento. Alguns sargentos falavam que não estavam preocupados, e que o fato de serem avaliados pelo Cmt não os faria deixar de “bater de frente” com o mesmo, ou expor suas opiniões. Estes sargentos falavam que já não esperavam muita coisa da carreira de sargento, então, pouca diferença faria serem bem ou mal avaliados.

30 Para maiores detalhes sobre um enfoque antropológico da promoção por merecimento ver: LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia-Volta Volver: Um estudo antropológico sobre a hierarquia militar**. Rio de Janeiro: FGV, 1997. pp. 83-98.

Os jogos de legitimidade envolvidos nas sindicâncias

Um procedimento administrativo bastante realizado pelos tenentes do 31º BIMtz era a elaboração de sindicâncias. Segundo as *Instruções Gerais para a Elaboração de Sindicância no Âmbito do Exército Brasileiro (IG 10-11)*,

Art. 2º A sindicância é o procedimento formal, apresentado por escrito, para a apuração, quando julgada necessária pela autoridade competente, de fatos de interesse da administração militar ou de situações que envolvam direitos.

Qualquer oficial pode elaborar sindicâncias, bem como sargentos que possuam alguns pré-requisitos. Porém, somente em último caso o Cmt deixava de nomear um Tenente como sindicante. Cada oficial subalterno era nomeado sindicante com uma frequência média de uma vez por mês. Assim, logo que entregavam uma sindicância já recebiam uma nova³¹. Somente seria nomeado um Capitão para elaboração de sindicância quando se tratava de um caso muito grave, ou quando o sindicado era superior hierárquico a Tenente. No entanto, nunca o caso a ser apurado era considerado tão grave que merecesse que um Capitão se responsabilizasse pela respectiva sindicância. Sempre se dava um jeito de, mesmo havendo um oficial superior envolvido, fazer constar como sindicado outra pessoa (civil ou mais moderno que o Tenente sindicante). Eu mesmo fui encarregado de uma sindicância na qual um Cap da reserva (R/1), solicitava a reinclusão de sua sogra como beneficiária do FuSEx. Um Ten não poderia sindicatar um Cap, mesmo que da reserva. Então, seguindo determinação do Subcomandante, fui obrigado a colocar como sindicada uma senhora com mais de 80 anos de idade; tudo para que um Cap do Batalhão não tivesse que ser nomeado sindicante para o caso. Como quem escalava os tenentes sindicantes era o Cap chefe da 1ª Seção, não era interessante para ele fazer com que fosse

31 O prazo inicial para a conclusão de uma sindicância é de 20 dias corridos, podendo ser prorrogado, a critério do Cmt, por no máximo mais 20 dias.

comum a nomeação de capitães como sindicantes. Em geral, os capitães ficavam responsáveis pelos Inquéritos Policiais Militares (IPM), os quais eram instaurados com bem menor frequência que as sindicâncias. Ainda assim, o Cmt chegou a nomear um 1º Ten, como responsável por um IPM. Este inquérito, depois de concluído pelo Ten, foi cancelado e em seguida nomeado um Cap para refazê-lo. Diziam no Btl que o órgão da justiça militar responsável pelo caso mandou o comando do Btl informar se não havia capitães no quartel para elaborar o referido IPM.

Quanto aos sargentos, durante o ano de 2006 chegou uma diretriz do escalão superior de que estes também poderiam elaborar sindicâncias, se satisfizessem uma série de pré-requisitos. Assim, o S Cmt ministrou uma instrução sobre sindicância para todos os sargentos do Btl, criou casos fictícios e mandou que cada grupo de três sargentos elaborasse uma sindicância a partir do caso dado. Após terem entregues as sindicâncias fictícias, os sargentos passaram a ser nomeados escrivães nas sindicâncias dos tenentes. A maioria dos tenentes sindicantes nem utilizava os escrivães, pois faziam a parte formal das sindicâncias em seus horários de folga, muitas vezes em casa. Mesmo depois de todos os sargentos terem tido instrução, feito o “dever de casa” e sido escrivães, nunca chegaram a elaborar sindicâncias. Eram tantos pré-requisitos que nenhum Sgt do 31º BIMtz contemplava todos. Cerca de dois sargentos chegaram a ser nomeados, mas foram ao S Cmt informar que não preenchiam algum pré-requisito, não podendo, portanto, fazer uma sindicância.

As sindicâncias eram despachadas com o S Cmt. Este, com uma régua em mãos, verificava inicialmente as distâncias existentes no texto, se estavam de acordo com o disposto na IG 10-42 (Instruções Gerais para a Correspondência, as Publicações e os Atos Administrativos no Âmbito do Exército); em seguida verificava se as formalidades previstas na IG 10-11 tinham sido cumpridas; depois, se tinham sido cumpridas

formalidades existentes no ordenamento jurídico brasileiro; por fim, se o conteúdo e a conclusão estavam coerentes. Se algo não estivesse de acordo com a vontade do S Cmt, além de o sindicante ser obrigado a refazer a sindicância, poderia ser punido, como chegou a acontecer com dois tenentes.

Mesmo quando estava tudo correto, se o S Cmt não concordasse com o parecer do sindicante, mandava refazer o relatório, quando o procedimento correto era o Cmt dar a Solução da Sindicância discordando do oficial sindicante, jamais dando ordens para mudar um parecer. Era comum que o S Cmt tentasse conduzir os processos no âmbito do 31º BIMtz, mandando mudar relatórios ou outras fases do processo. Ele agia antes mesmo que a sindicância fosse iniciada. Em agosto, por exemplo, um Ten QAO me mostrou documentos de uma sindicância que estava fazendo. Este Ten reclamava que o enquadramento que o S Cmt deu em um Formulário para Apuração de Transgressão Disciplinar estava exagerado e as transgressões enumeradas no enquadramento (com base no Anexo I do RDE), não condiziam com o fato. O S Cmt fazia isto já para direcionar o andamento da sindicância que estava por vir. Uma transgressão leve (ou mesmo uma transgressão que nem existiu) passava a ser considerada grave. O Sd poderia cair na classificação de comportamento e, através da sindicância ser excluído a *bem da disciplina*.

Muitos tenentes já faziam a sindicância contando com uma prorrogação de prazo, graças à qual teriam 40 dias para elaborar sua conclusão. O quanto antes entregassem, mais cedo receberiam outra sindicância, por isso não era interessante entregar com apenas 20 dias, além do que, era mais tranquilo para os tenentes levarem 40 dias para fazer o que poderia ser feito em 20 dias. Porém, o comando do Btl passou a conceder prorrogações de prazo somente quando o Ten o convencesse de que era absolutamente necessária. Caso o Ten não conseguisse concluir a sindicância em 20 dias, sem ter um motivo considerado justo, existia a ameaça de punição para o oficial em questão. Ainda assim, muitos tenentes

inventavam ou provocavam motivos, para que pudessem prorrogar o prazo para a entrega da sindicância.

Todo militar das Forças Armadas, ao ser transferido de uma Organização Militar para outra, recebe uma indenização de transporte e bagagens. Esta indenização é calculada com base em uma declaração feita pelo militar transferido, ainda na OM de origem. Neste documento é declarada a cubagem da mudança, se o militar levará carro, moto, dependentes e/ou empregada doméstica. Ao chegar na OM de destino, o Cmt nomeia um oficial para realizar a verificação do transporte, conferindo se o militar trouxe o que declarou. Durante o tempo em que estive no 31º BIMtz nunca soube de qualquer verificação que fosse realmente realizada. Na prática se confirmava tudo o que o militar declarou, para que recebesse o máximo possível em indenização. Porém, em 2006, um 1º Sgt chegou transferido ao Btl e o Cmt demorou a publicar a verificação do transporte, pois queria rigor na conferência. O Sgt dizia que era casado, mas mesmo depois de alguns meses na cidade de Campina Grande, a respectiva esposa ainda não tinha chegado. O Cmt falava que se a esposa não veio, a declaração era irregular, independentemente dos motivos pessoais alegados pelo Sgt. Este, conversando comigo, estava preocupado, pois precisava do dinheiro. Dizia que todos os militares transferidos não trazem exatamente o que declaram, sem haver qualquer problema por isso. Disse ainda, que se o Cmt complicasse a sua vida, ele iria reagir, cobrando uma fiscalização rigorosa na mudança de quem veio para o 31º BIMtz em 2006, principalmente do próprio Cmt. Apesar da demora, o Sgt recebeu a indenização como esperava, mesmo sem nunca a esposa ter chegado à cidade ou ter sido realizada uma verificação rigorosa da sua mudança.

VI – A INSTRUÇÃO

O mito do rigor do planejamento da instrução e os jogos de legitimação/deslegitimação nela implícitos

No âmbito do batalhão os assuntos relativos à instrução são planejados pelo EM e baseados na Diretriz Semanal de Instrução (DSI), elaborada pela 3ª Seção. Como base nesta diretriz os comandantes de companhias elaboram o Quadro de Trabalho Semanal (QTS). Neste quadro são especificadas todas as instruções e demais atividades que deverão ser desenvolvidas por cada companhia. Os tenentes e sargentos incumbidos de ministrar instruções devem elaborar um Plano de Sessão para cada instrução a ser ministrada. Caso algum instruído tenha faltado alguma instrução, ou por qualquer outro motivo não tenha atingido os objetivos, o instrutor deve registrar o fato no verso do QTS.

Na prática o processo não funcionava desta forma. Embora o QTS devesse ser divulgado até a quinta-feira da semana anterior, não vi isto acontecer. Não era confeccionado ou observado o QTS nem mesmo durante a semana à qual o mesmo deveria se referir. Os instrutores ficavam sabendo sobre o que deveriam ministrar instruções na sexta-feira, no final do expediente, ou até mesmo no dia em que a instrução deveria ocorrer. Os QTS eram elaborados semanas depois, com data retroativa e normalmente não correspondiam às atividades que realmente aconteceram na data. Conseqüentemente não eram registradas as observações e faltas em seu verso. Durante os primeiros meses do ano os instrutores ainda elaboravam Plano de Sessão, porém, depois do Período Básico, dificilmente este documento era confeccionado.

Nos primeiros meses do ano, o tempo dos recrutas incorporados em março era quase que totalmente empenhado nas instruções previstas. Chegavam ao quartel pela manhã, tinham instruções até o meio dia, almoçavam e o resto do intervalo de almoço era preenchido com instruções de Ordem Unida. Quando não estavam neste tipo de instrução, permaneciam sentados, cobertos e alinhados, sob o olhar de um Sgt e em completo

silêncio. Era comum, quando eu estava em frente ao meu alojamento no intervalo do almoço, ver grupos de soldados correndo em volta da companhia, o que ocorria como forma de castigar por algum procedimento errado que tinham feito. O tratamento a eles dispensado era sempre ríspido e sarcástico.

Porém, com o término do Período Básico, as instruções passam a ser esporádicas, principalmente após a incorporação de novo contingente de recrutas, ocorrida em junho. Os recrutas de março ficaram com a incumbência do serviço de guarda do quartel. Os que se destacavam atuavam como Cabo-de-Dia e Cabo das Vilas Militares. Alguns eram encaminhados para trabalhar nas seções, outros designados para auxiliar na instrução do novo contingente. Todavia, a maioria passava o dia vagando pelo quartel, pela cantina, alojamentos e outros locais onde não ficassem às vistas dos superiores hierárquicos. Não mais que dois meses após a incorporação de junho os soldados do novo contingente também já estavam ociosos e raras instruções foram ministradas.

O dia 05 de abril se iniciou com uma marcha de 08 km. Quando a Cia C Ap entrou em forma para a marcha, o Tenente Cmt Cia gritava exageradamente com a tropa. Com isso, alguns sargentos riam discretamente, tendo um deles sussurrado: “equilíbrio emocional zero”, se referindo à atitude do Tenente, o qual não conseguia manter a calma nem mesmo para comandar a tropa em uma marcha. A marcha foi iniciada em “ordinário marche”, em seguida “sem cadência” e, durante praticamente toda a marcha, “passo de estrada”, quando a tropa formou duas colunas, uma de cada lado da pista. Durante o percurso, embora fosse permitido, os Sd EV não conversavam entre si. Já os oficiais e sargentos conversavam durante todo o itinerário. Para facilitar a conversa, saiam da formação, passando a andar em duplas, ou trios (do mesmo lado da pista). Os assuntos das conversas tratavam do dia-a-dia particular de cada um e planos para o futuro, como tentar sair do Exército fazendo-se concurso público. Quando houve o auto, inicialmente ninguém

sentou. Depois que alguns oficiais avisaram que estava autorizado, poucos Sd EV sentaram, mas, nenhum oficial ou sargento. Quando a tropa retornou ao quartel, ficou formada em coluna por três no pátio de *formaturas*, e o Subcomandante passou a elogiar os que realizaram a marcha, sobretudo os Sd EV, por terem aguentado todo o caminho. Em seguida o Subcomandante passou as companhias a comando de seus respectivos comandantes para iniciarem o expediente.

Às 04 horas da madrugada do dia 17 de maio teve início a marcha de 12 Km. Como em qualquer outra marcha, íamos conversando no caminho. A maioria dos assuntos girava em torno de críticas á finalidade da marcha, ao horário de início da mesma e à vida militar em geral. Alguns sargentos falavam em voz alta, para o Subcomandante escutar, que se fossem ele dariam meio expediente para os militares que fizeram a marcha; diziam ainda, que se não fosse concedido o meio expediente, arranjariam uma forma de se liberar utilizando o C 29-40, Manual de Truques e Macetes (manual fictício, os Sgt diziam que era o manual onde constavam os golpes que poderiam dar). Durante a marcha, constantemente o Subcomandante mandava o pessoal se organizar em duas colunas, pois, ao andarem conversando, faziam grupos de conversa. Quando retornamos, no pátio de *formaturas* o Subcomandante comandou “frente para a esquerda”, mas no geral ninguém pulou e o brado foi bem fraco³². Então o Subcomandante reclamou e comandou “frente para a direita”, novamente não houve salto e o pessoal, ao invés de bradar, fazia um som como se estivessem reclamando. O Subcomandante comandou novamente “frente para a esquerda” e o procedimento foi o mesmo. Como forma de crítica à atitude da tropa, falou sobre o episódio histórico da Retirada da Laguna. Após isto, no rancho, houve um café da manhã para a tropa. Nesta ocasião um Sgt falou em alto e bom som, diante de oficiais, sargentos,

32 Ao comando de “frente para a esquerda/direita/retaguarda”, a tropa salta, girando para o lado determinado e gritando “rá”.

cabos e soldados, que o que nos interessava era a *retirada da mochila*, e não a *Retirada da Laguna*.

O Comandante tentou implantar como instrução de quadros um Projeto Leitura. Neste projeto, uma vez por semana, um oficial ou sargento deveria apresentar aos demais quadros do batalhão um livro que estivesse lendo. A primeira e única instrução do projeto ocorreu no dia 17 de maio, quando um Cap apresentou o livro “Homens ou Fogo”. Neste dia, para iniciar a instrução, o Subcomandante utilizou a maior parte do tempo falando de guerra, como se fosse um ex-combatente, pois assim se considerava, devido ao fato de ter ido à Missão de Paz da ONU em Angola. Enquanto o Subcomandante falava, os sargentos se entreolhavam e riam. Durante a instrução havia momentos em que tenentes e sargentos conversavam, até mesmo faziam piadas em voz alta sobre o assunto.

Conforme salientado no item 3.4. O Ano de Instrução, o Batalhão tem que prestar contas da carga horária de instruções de Adestramento e Capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional ministradas durante o ano. Como a carga horária exigida não era cumprida pelo Batalhão, o Estado-Maior, sobretudo a 3ª Seção, encontrava algumas maneiras de utilizar o tempo empenhado em outras atividades para, oficialmente, contar como tempo utilizado nas citadas instruções, furtando a responsabilidade do Batalhão de planejar e executar as referidas instruções.

Como uma destas formas de burlar a fiscalização da Brigada e mostrar que cumpriu os tempos previstos de instrução de quadros, temos o seguinte ocorrido: para conciliar o exercício de acampamento que se iniciou no dia 07 de maio com o serviço interno, o Comandante determinou que uma guarnição ficasse de serviço de 06 a 08 de maio, e outra de 09 a 11 do mesmo mês. Como este procedimento não é permitido pelo RISG, o Comandante publicou em Boletim Interno que se tratava de um Exercício de Posto de Segurança Estático, com duração de seis dias. Embora, na prática, se tratasse de tempo

dedicado à segurança do quartel, o que é feito todos os dias, estes seis dias foram computados como tempo de instrução de Adestramento.

No dia 09 de novembro/06, o Chefe da 3ª Seção me disse que tinha mandado os comandantes de companhia providenciar uma demonstração de Ofensiva. Este exercício de adestramento era em nível de companhia, porém, os comandantes de companhia repassaram a missão para um tenente de cada Subunidade.

No dia seguinte, 10 de novembro, houve uma reunião de oficiais e sargentos. Enquanto o Cmt falava, no início da reunião, os sargentos resmungavam: “não vai acabar não?”, “tá bom”, etc. Em seguida, o Cap chefe da 3ª Seção fez uso da palavra. Disse que o Btl não tinha realizado instruções de adestramento da CTTEP, então estavam computando os exercícios do PelOpEs, a instrução que haveria hoje e a demonstração de Ofensiva que haveria na terça-feira, dia 14. Por fim, um Ten ministrou uma instrução sobre Ofensiva, corrida e irrelevante, só para constar. Leu rapidamente alguns tópicos e encerrou a instrução fazendo um comentário sobre uma sigla que, após estudos da EsAO, teve os caracteres mudados de ordem. Os sargentos e oficiais temporários começaram a ironizar sobre a EsAO, sobre a complexidade do estudo necessário para realizar a mudança.

Como os comandantes de companhia haviam se esquivado da missão de demonstração de Ofensiva e a finalidade desta era apenas contar tempo de instrução do adestramento, não houve preocupação por parte do comando das subunidades com a execução do exercício. Somente na segunda-feira, dia 13 de novembro (véspera do evento), foi definido o efetivo que participaria da demonstração. Assim, devido à omissão dos comandantes de companhia, não houve treinamento para a demonstração.

Na tarde do dia 14 de novembro houve a demonstração de Ofensiva, para oficiais e sargentos. Havia poucos oficiais e sargentos assistindo à demonstração, pois, a maioria

estava na Operação Pipa. Antes de ser iniciada a demonstração, o Cap chefe da 3ª Seção emanou a seguinte frase: “se na Pipa só tem peixe, aqui só tem queimado”. Disse esta frase porque o Cmt só estava escalando para a Operação Pipa os militares de quem gostava, sem que houvesse critérios objetivos para a escala. Assim, os que ficavam com frequência no quartel assim ficavam porque não estavam agradando ao Cmt. Durante a demonstração o clima foi de brincadeira e descontração. Todos estavam cientes da falta de importância do evento. Os militares que estavam na assistência riam, dizendo que era um Ataque “desordenado”³³; ria-se também de um 2º Sgt, já antigo, que estava comandando um Grupo de Combate; do Ten que comandava o Pelotão da demonstração e que havia perdido o gorro, *etc.* No final da demonstração o chefe da 3ª Seção fez uso da palavra, imitando o Cmt do Batalhão, copiando os mesmos jargões que este usava durante as *formaturas*.

VII – OS ACAMPAMENTOS

O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam. (...) uma arte obscura da luz e do visível preparou em surdina um saber novo sobre o homem, através de técnicas para sujeitá-lo e processos para utilizá-lo.

Esses ‘observatórios’ têm um modelo quase ideal: o acampamento militar. É a cidade apressada e artificial, que se constrói e remodela quase à vontade; é o ápice de um poder que deve ter ainda mais intensidade, mas também mais discrição, por se exercer sobre homens de armas. No acampamento perfeito, todo o poder seria exercido somente pelo jogo de uma vigilância exata; e cada olhar seria uma peça no funcionamento global do poder. O velho e tradicional plano quadrado foi consideravelmente afinado de acordo com inúmeros esquemas. Define-se exatamente a geometria das aléias, o número e a distribuição das tendas, a orientação de suas entradas, a disposição das filas e das colunas; desenha-se a rede dos olhares que se controlam uns aos outros (...). O acampamento militar é o diagrama de um poder que age pelo efeito de uma visibilidade geral. (...) o princípio que o sustenta: o encaixamento espacial das vigilâncias hierarquizadas. (...). (FOUCAULT, 2002, P. 143, 144).

33 Chama-se Ataque Coordenado uma Operação Ofensiva.

O 1º Acampamento observado se iniciou em 07 de maio, com uma *formatura* em homenagem aos Veteranos da FEB. O Comandante usava um equipamento muito incrementado: no suspensório havia uma pistola extra, um binóculo e uma lanterna; no cinto, uma pistola, uma faca, dois cantis e um bernal de assalto; usava ainda, uma câmara de ar enrolada no antebraço, envolvendo o relógio. Os soldados EV o chamavam para tirar fotografias com os pelotões, e o Comandante ia correndo para onde estavam, para ser fotografado. Tenentes, sargentos, cabos e soldados riam do Comandante, por causa do equipamento que o mesmo utilizava e da forma como se comportava, falavam que ele não tinha “um pingão de juízo”.

No dia 31 de julho (segunda-feira), iniciou-se o Acampamento da Cia Fuz, o qual durou até o dia 01 de agosto (terça-feira). Dia 07 de agosto (segunda-feira) teve início o Acampamento da CCAp, o término foi em 09 de agosto (quarta-feira). Estes acampamentos duraram apenas dois e três dias, mas, regulamentarmente deveriam durar 5 dias. Além disso, cada turma de recrutas teve apenas um exercício durante o ano, quando são previstos pelos menos dois.

Eu não participei destes exercícios de acampamento (fui apenas para a homenagem aos Veteranos no dia 07 de maio), pois, no período em que ocorreram, eu estava em uma função administrativa (Oficial de Comunicação Social/Relações Públicas), portanto, afastado das atividades de instrução.

VIII – O EXPEDIENTE

O horário e as atividades do expediente no quartel são regulados pelo *Horário do Corpo*. O Comandante do Batalhão durante a maior parte dos dias do ano chegou ao quartel, no máximo, às 07 horas; com exceção do primeiro mês em que estava no Batalhão, logo que chegou transferido, chegava por volta das 08 horas; na última vez que

chegou atrasado, justificou os atrasos pondo a culpa no Cb motorista, que não lhe tinha avisado do horário correto. O Horário do Corpo é responsabilidade do próprio Cmt, o qual deve dar conhecimento aos seus subordinados, através de publicação em Boletim Interno. A hora estabelecida para o início do expediente era às 07h 30min. Nas companhias exigia-se que os Cabos e Soldados chegassem às 07h, um Sgt de cada pelotão recebia a tropa às 07h 10min, os Ten às 07h 20min e co Cmt Cia às 07h 30min. Na prática, alguns Sgt nem mesmo compareciam à formatura da Cia. Era comum os Ten chegarem exatamente no horário do início do expediente, sem a antecedência esperada. Para os membros do EM, exigia-se apenas que chegassem no horário, já que os mesmos não entravam em forma nas companhias. Porém havia um Cap, que constantemente chegava atrasado, mas nunca foi punido por isso.

Quando algum tenente chegava ao quartel sem a antecedência exigida, estacionava seu carro logo na entrada, em frente ao corpo da guarda, para que não fosse percebido pelos seus superiores o horário em que chegou. Se estacionasse no local estabelecido para os carros dos oficiais, teria que cruzar o quartel conduzindo seu veículo, o que aumentava a possibilidade de ser visto. Já no local citado era diferente, pois, já descia do carro fardado e andava normalmente pelo quartel até o seu local de trabalho, de forma que quem o avistasse não perceberia se estava chegando ao quartel ou não. Vi vários tenentes fazerem isto, mas chamou a atenção o caso do Ten Almojarife, que sempre recorria a este método. Tinha maior facilidade para isto, pois raramente entrava em forma na companhia para o início do expediente. Isto acontecia, pois apesar de o Ten em questão ter esta obrigação ele simplesmente não ia à formatura. No começo do ano o Cap comandante da CCAp ainda reclamou algumas vezes, mas depois desistiu. O que se comentava no quartel, entre tenentes e sargentos era que ninguém tomava uma medida disciplinar para com o tenente, porque ele sabia de muitas irregularidades administrativas

do batalhão, e se não prorrogassem o seu tempo de serviço ele poderia contar o que sabe e colocar muitos oficiais na prisão.

A sala do Subcomandante se localizava em um local privilegiado para se perceber a chegada de militares atrasados. Ficava de frente para a rua de entrada do quartel, de forma que todos que entrassem, e não parassem próximo ao corpo da guarda, deveriam passar pela sua sala. Mesmo que por distração o Subcomandante não observasse todos que entrassem na unidade, somente o fato de ele estar naquele local já constrangia os seus subordinados a chegar com antecedência, pois, aleatoriamente, alguém poderia ser notado por ele.

Quando foi instalado um sistema de câmeras no quartel, com a finalidade expressa de aumentar a segurança, o Subcomandante demonstrava grande preocupação em saber se ficaria registrado o horário nas imagens, para que a câmera que ficava na entrada do quartel pudesse denunciar os militares que chegassem atrasados. Mandou ainda que fosse elaborado um documento diário com a relação dos atrasos, o qual deveria ser confeccionado pelo comandante da guarda e seria confrontado com as imagens. Alguns tenentes e sargentos foram anotados, quando isto ocorria, no dia seguinte o S Cmt mandava o Of de Dia procurar o militar para que o mesmo fosse conversar com o S Cmt e recebesse uma Razão de Defesa. Porém o Cap que constantemente chegava atrasado, sobretudo nas segundas-feiras, nunca teve que se justificar.

Logo que foram instaladas as câmeras, a sensação dos integrantes do Btl era de que estavam sendo vigiados, que a finalidade do novo sistema não era a segurança, mas controlar os militares. Com o sistema, se poderia saber quem chegou atrasado, quem saiu durante o expediente, o que os militares estavam fazendo no pátio das companhias, quem conferiu as reservas de armamento etc. Assim, os Sgt começaram a dizer que era o *Big-Brother* Peribebeuí.

De segunda a quinta-feira, às 07h 45min (na sexta-feira era logo após a Formatura Geral), havia reunião de oficiais com o Comandante, a chamada *Reunião de Bom Dia*. O motivo alegado para esta reunião era que, como o RISG determina que todos os oficiais devem dar *bom dia* ao Comandante logo que seja possível no início do expediente, o Comandante estabeleceu que fosse feita uma reunião diária com esta finalidade. Para começar esta reunião o Subcomandante apresentava a tropa e o Comandante passava por cada oficial, do mais antigo ao mais moderno, recebendo o bom dia. Após ser dado o *bom dia* cada oficial dava seus avisos e informações e em seguida o comandante fazia uso da palavra. Estas reuniões duravam cerca de uma hora. Os oficiais ficavam em pé, formando um “U”. Todos os capitães sempre tinham algo a falar, mesmo que não fosse relevante, nem de interesse geral. Tinham que falar ao Comandante o que fizeram e o que estavam fazendo, era na verdade, uma forma de se promover diante do comando. Os assuntos abordados pelos capitães, na maioria das vezes poderiam ser tratados na reunião do Estado-Maior, que acontecia em outro horário. Os assuntos falados pelo Comandante, geralmente, interessavam apenas aos membros do Estado-Maior, mas mesmo assim ele os abordava na *reunião de bom dia*. Assim, os tenentes permaneciam, durante toda a reunião, calados, e após a reunião, quando perguntados sobre os assuntos tratados durante a mesma, nem sabíamos dizer direito, pois normalmente não era prestada atenção suficiente.

Após a reunião, durante o resto do dia, todos os oficiais que tinham algum assunto para resolver ou documento para despachar tinham que voltar à sala do comandante para isto. Então, tratar os assuntos durante a reunião era dispensável. Principalmente os capitães do EM, os quais tinham mais uma reunião para tratar dos assuntos já abordados na *reunião de bom dia*. Nas sextas-feiras era comum o Comandante falar sobre um assunto na Formatura Geral, repetir o mesmo assunto para os oficiais durante a *reunião*

de bom dia e fazer uma reunião com Oficiais e sargentos para repetir ainda o mesmo assunto. Todos tínhamos que ouvir, pois quem falava era o Comandante, apesar de muitas vezes o assunto não ter relevância e ser de ciência de todos.

Vários sargentos criticavam a *reunião de bom dia*. Perguntavam se tínhamos conseguido marcar o horário da próxima reunião ou descobrir o sexo dos anjos. Diziam que os oficiais deveriam trabalhar mais, ao invés de perder tempo conversando besteiras. Certa vez, um 1º Sargento me perguntou se já tínhamos conseguido descobrir o segredo do universo nestas reuniões. O mesmo Sgt comentou ainda que era importante o Comandante reunir seus oficiais, mas que todos os dias, durante uma hora, era um exagero. O Sgt me disse que o Comandante não poderia ter *tantas coisas importantes para falar*.

As burlas do controle do tempo e da presença no espaço do quartel

Durante a grande parcela de tempo ocioso dos soldados era comum entrar no alojamento e encontrar grupos de soldados dormindo embaixo das camas ou conversando na lavanderia. Como forma de não serem surpreendidos dormindo utilizavam-se de um recurso regulamentar: como o RISG estabelece que todo oficial que entrar em um alojamento deve ser anunciado pelo Plantão da Hora, este fazia questão de fazer o anúncio de forma que os soldados que dormiam pudessem escutar, sendo alertados de que um oficial estava no local.

Era comum também encontrar soldados conversando atrás da churrasqueira. Alguns, para ficarem mais escondidos, subiam em uma caixa d'água desativada existente na pista de cordas e passavam praticamente todo o expediente dormindo no local. Alguns simplesmente iam para a cantina e lá ficavam grande parte do dia. A Pista de Cordas desativada também era um local para ficarem à vontade, pois dificilmente um oficial ou

sargento passaria por lá. A título de exemplo, no dia 14 de setembro, resolvi entrar neste local; pude ver vários soldados do Grupamento B (incorporados em julho) brincando com o cachorro *Rottweiler*, tentando derrubar um ao outro na Pista de Três Cordas, conversando ou relaxando deitados. No dia 16 de novembro, entrei no alojamento de cabos e soldados da Cia Fuz e encontrei um grupo de soldados EV (da incorporação de março) conversando na lavanderia. Ao perguntar sobre o motivo pelo qual estavam lá, durante o expediente, responderam que estavam sem qualquer missão; nesta ocasião alguém jogou um balde d'água nos soldados, pelo cobogó, e correu sem ser identificado. Neste dia, diante da falta de atividades previstas para os soldados EV, na Cia Fuz ficaram treinando hinos e canções, com o Cmt da Cia, durante toda a tarde, até o término do expediente.

Todos os dias vários Sd procuravam Ten ou Sgt afirmando que tinham problemas urgentes para resolver na rua e que precisavam ser liberados. Na maioria das vezes conseguiam, passando todo o dia, ou grande parte dele, sem estar no quartel. Outra forma de não se fazer nada durante o expediente era alegar um problema de saúde e ir à visita médica. Como ninguém da Cia ficava até o atendimento acompanhando os recrutas, muitos passavam o dia conversando na enfermaria, sem serem atendidos, e quando eram, lá ficavam até alguém lembrar deles e ir buscar. Alguns realmente tinham algum problema de saúde temporário e por causa do problema conseguiam uma dispensa inicial de, no máximo, 08 dias sem realizar determinada atividade, como TFM, serviço de escala, marcha *etc*. Porém, mesmo após o problema ter sido resolvido e a dispensa ter expirado, continuavam sem realizar as atividades e quando interpelados respondiam que estavam “baixados” Como, geralmente, nenhum superior hierárquico fiscalizava, o Sd continuava sem realizar as atividades, utilizando o tempo para outras finalidades.

Mas não apenas os Sd EV conseguiam dar um jeito de se livrar do expediente. Os Cb e Sd EP da Cia Fuz se trancavam em seu alojamento ou na Sala de Meios e passavam o dia nestes locais, dormindo, conversando e ouvindo música. Quando estavam na Sala de Maiôs, existia um código na forma de se bater na porta, para que os que estavam dentro da sala soubessem que se tratava de um outro Cb/Sd EP, ou não. Se não fosse paravam a atividade que faziam fingindo estar trabalhando, ou, se estivessem dormindo ou descansando, nem mesmo abriam a porta. Era comum também que sargentos permanecessem o dia inteiro em seus alojamentos, deles só saindo na hora das refeições. Mal entravam em forma no horário das *formaturas* da Cia, muitas vezes sendo necessário que o Cmt Cia mandasse que alguém os procurasse.

Alguns tenentes iam para o Almojarifado ou Tesouraria e passavam o dia navegando na Internet, em sites de relacionamento ou bate papo. Apesar de haver bloqueio para alguns sites, através de um *Firewall* na rede, estes oficiais conseguiam de alguma forma burlar o bloqueio. Uma das formas utilizada era instalando versões mais antigas de alguns programas. No Almojarifado, o Tenente Almojarife instalou uma versão antiga de um programa de bate-papo (MSN). Assim, o *Firewall* não o bloqueava e o Ten conseguia utilizar este tipo de programa proibido, mesmo durante o expediente. Havia um comentário de que o Sgt responsável pela informática havia instalado um programa através do qual qualquer site acessado em qualquer computador ficava registrado e constava em um relatório entregue ao Cap chefe da 4ª Seção, para responsabilizar disciplinarmente o responsável pelo aparelho que acessasse sites proibidos. Porém nunca vi este relatório, bem como, se existia realmente, nunca surtiu efeito.

Quando o Sgt responsável pela administração da rede estava de férias, nem mesmo era necessário criar formas de se burlar o bloqueio da rede, pois o acesso ficava

livre e em qualquer seção que se entrasse sempre havia um militar acessando sites proibidos.

No Pelotão de Comunicações havia acesso livre à Internet, através de uma conexão discada feita através da própria central telefônica do batalhão. Como é o Pel que administra a utilização de telefones e da central, eles digitavam um código no aparelho de ramal do pelotão e a partir daí tinham acesso livre à linha, para acessar a Internet ou mesmo realizar ligações locais. Assim, era comum haver algum militar do pelotão, ou outro militar da confiança dos membros do pelotão, navegando livremente durante o expediente.

Na Cia Fuz também havia acesso livre a qualquer site da Internet. Eu não consegui saber por qual motivo, mas, o bloqueio existente em toda a rede do Btl não funcionava nesta Subunidade. Desta forma, durante o expediente era normal que os militares da Cia Fuz acessassem *sites* proibidos pelo Cmt.

No dia 01 de agosto, um tenente saiu do quartel no intervalo do almoço e não mais retornou para trabalhar, sem autorização do Subcomandante para isto. Para que a sua falta não fosse percebida deixou previamente avisado o Cmt Cia Fuz, o qual também era tenente e amigo do Ten faltoso. Assim, no final do expediente, quando o Comandante do batalhão mandou procurar o Ten para tratar de determinado assunto, o Cmt Cia Fuz ligou para o seu celular avisando e, dez minutos depois, o Ten chegou ao quartel e foi falar com o Cmt Btl como se nada tivesse acontecido. Estacionou o seu carro em frente ao Corpo da Guarda e subiu à pé, para não chamar a atenção para a sua chegada. O Cmt e os capitães não perceberam a sua falta e deu tudo certo para o Tenente.

Já os capitães utilizavam boa parte do tempo de trabalho para permanecer na sala do comandante, conversando com o mesmo, enquanto os sargentos das seções trabalhavam. Enquanto estes capitães ficavam horas conversando, tenentes que tinham

algum documento para despachar tinham que esperar pacientemente, algumas vezes até o término do expediente para conseguir ter acesso ao comandante. Nós, tenentes, ficávamos esperando horas, ouvindo os capitães falarem com o comandante sobre futebol, política, a vida privada etc. Muitas vezes, ao acabar o expediente o comandante já estava com pressa e não atendia os oficiais subalternos, os quais tinham que retornar no dia seguinte e enfrentar a mesma espera. O local de espera ficava na mesma sala onde se localizava a sala do comandante, porém, havia uma divisória de vidro, com portas corrediças, que separavam os dois ambientes. Assim, o Cmt e os capitães que passavam o dia conversando viam que havia outros militares esperando, porém, ignoravam³⁴.

Embora o Horário do Corpo estabelecesse uma hora para o término do expediente, algumas vezes o S Cmt, mesmo com tudo pronto para a liberação da tropa, não mandava tocar ordem³⁵, alegando que a tropa estava mal acostumada a sair no horário correto. Outras vezes, no horário previsto para o término do expediente, o Comandante resolvia realizar reunião de oficiais e/ou sargentos, retardando assim, a liberação da tropa.

No dia 14 de setembro, o Cmt chegou ao quartel (estava na cidade de Natal/RN, em uma reunião da 7ª Bda Inf Mtz) já no horário de término do expediente. Mandou suspender o Toque de Ordem e fez uma reunião do Estado-Maior e comandantes das companhias, para falar sobre a reunião da qual tinha participado em Natal. Falou da Operação Pipa, das Eleições que se aproximavam e da *formatura* que ocorreria dia 21 de setembro: nada de urgente, ou que não pudesse esperar para o dia seguinte. Mais de uma hora após o término do expediente, os oficiais que participavam da reunião foram

34 Por exemplo, no dia 13 de setembro, fiquei com outro Ten por cerca de duas horas esperando para despachar com o Cmt. Enquanto isso, ele conversava com capitães sobre suas opiniões políticas, criticando o Comandante Supremo das Forças Armadas (Presidente da República) e o Governo Federal como um todo (o que já é uma transgressão, Nr 86 do Anexo I do RDE). Enquanto esperávamos, criticávamos, junto com o Cb ordenança, a atitude do Cmt, a qual era uma falta de respeito para com seus subordinados. O outro Ten disse que não ficaria mais esperando eles conversarem, e entrou na sala do Cmt; quando ele acabou, entrei para despachar.

35 Toque de Ordem é o toque de corneta que indica que as reservas de armamento foram conferidas e lacradas e que a documentação necessária para a liberação da tropa foi confeccionada.

liberados. Alguns minutos antes se ouviu o Toque de Ordem, assim o resto do efetivo, mesmo não participando da reunião e não havendo motivo aparente para que esperassem pelo término da mesma, só foram liberados cerca de uma hora após o expediente.

No dia 29 de setembro, mais uma vez o Cmt mandou tocar reunião de oficiais e sargentos no horário de término de expediente. Não falou nada de urgente. Como se aproximava da data das eleições, disse que os juízes haviam marcado palestra sobre o pleito eleitoral, para o dia seguinte às dez horas, e que nós deveríamos pensar nas dúvidas, para perguntar durante a palestra. Neste dia, alguns militares, inclusive oficiais, saíram do quartel antes do Toque de reunião de oficiais e sargentos. Já estavam próximos ao portão quando foi tocado, então, mesmo sem ter sido dado o Toque de Ordem, saíram como se não soubessem, ou não tivessem escutado o toque de reunião, não sendo impedidos pela guarda. Nesta data, como era uma sexta-feira, havia expediente apenas pela manhã, mas um Pelotão ficou de prontidão à tarde, com o comandante da Cia Fuz, tudo por causa das eleições que ocorreriam dia 01 de outubro.

Nestes dias em que a tropa era liberada após o horário de término de expediente, sem que houvesse nenhuma atividade para que fosse cumprida pelos mesmos, os militares que saíam do quartel em veículos ficavam esperando dentro dos carros ou montados nas motocicletas, prontos para sair. Formava-se uma fila de carros e motocicletas, do portão principal até as áreas de estacionamento, esperando que fosse dado o Toque de Ordem para que pudessem sair. Alguns capitães e os oficiais superiores se incomodavam com este fato, diziam que *parecia uma corrida de "fórmula 1"*, que *não era um comportamento digno de militares* e que enquanto fizessem isso retardariam o Toque de Ordem, para que *aprendessem*. Como os militares sempre esperavam pelo Toque de Ordem desta forma, o Comandante deu uma ordem para que todos esperassem

na área das companhias ou nos alojamentos, fora e longe dos carros, caso contrário não daria o toque até que estivessem nos locais onde foi determinado.

Quando algum militar precisava ausentar-se do quartel durante o expediente para resolver algum problema particular evidentemente precisava pedir autorização ao seu chefe imediato. Para os Cb e Sd existia uma autorização por escrito, na qual o oficial que autorizou a saída preenchia o nome do militar, o dia, horário e a finalidade da liberação. Esta ficha deve ser entregue ao Cmt Gda, o qual somente autoriza a saída do militar com a apresentação do citado documento.

Praticamente todos os dias havia alguns recrutas que procuravam seus comandantes de pelotão para serem liberados. Os motivos alegados eram os mais diversos: problemas de saúde na família, problemas burocráticos na escola, realizar testes no Detran... Na maioria dos casos, após o Ten questionar o recruta sobre a necessidade de o mesmo ser liberado, o mesmo não conseguia convencer de que não poderia resolver o problema na sexta-feira à tarde, ou qualquer outro dia após o término do expediente. Porém muitos eram liberados sem passarem pelos questionamentos.

Quando se tratava de uma solicitação vinda de um Sd EV, todo o rigor em apurar a real necessidade da liberação era visto como justo e necessário pelos membros do EP. Porém, quando um membro do EP, em especial um Sgt, solicitava a liberação, a situação era diferente. Alguns oficiais nem mesmo faziam questão de ouvir os motivos, e já autorizavam de imediato. Porém outros oficiais faziam os questionamentos, indagando se o Sgt precisava mesmo sair durante o expediente e se não haveria outra forma de resolver, havendo casos em que o oficial não autorizava. Como um caso ocorrido em novembro, no qual um 3º Sgt pediu a um 2º Ten que respondia pelo comando da Cia Fuz para levar o seu carro à oficina, o tenente fez uma série de perguntas e não autorizou a saída do Sgt. Tal fato deixou o Sgt com raiva, dizendo-me que havia sido tratado como

recruta, que se não fosse preciso não haveria pedido, que era um profissional e sabia quando realmente precisava ou não sair. A revolta do Sgt aumentou ainda mais, quando no dia seguinte o próprio Ten que o havia impedido de sair, avisou aos membros da Cia Fuz que estava saindo durante o expediente, autorizado pelo subcomandante, para resolver um problema de seu carro. O Sgt fez questão de lembrar ao Ten o ocorrido no dia anterior, de falar que o problema do Ten não era maior ou diferente do problema do Sgt. O Ten riu, sem graça, e sem falar nada, se retirou.

Quando um tenente precisava ausentar-se necessitava de autorização do subcomandante ou do próprio comandante. Alguns Ten tinham maior facilidade de conseguir liberação que outros. Se o Ten for benquisto pela autoridade competente, pode, com poucas palavras, ser liberado pelos motivos mais banais. Porém, tratando-se de um tenente com menor afinidade com o comando, teria que argumentar suficientemente para convencer sobre a necessidade de sair. Já os Cap e oficiais superiores, independentemente do motivo, bastavam avisar que saíam sem maiores problemas.

Também era comum que algum militar precisasse ser dispensado em algum dia para resolver problemas particulares. Para isto, poderia ser concedido ao militar dispensa como desconto em férias, ou dispensa como recompensa. Quando um militar tinha esta necessidade, solicitava o primeiro tipo de dispensa, seu comandante poderia conceder ou não. Poderia também, ao invés de desconto em férias, conceder dispensa como recompensa, dependendo da opinião pessoal do comandante com relação ao solicitante.

Como o Comandante do batalhão exigia que qualquer dispensa passasse pelo seu crivo, alguns Capitães e tenentes concediam dispensas a seus subordinados informalmente. Autorizavam que o militar faltasse, ficando o fato restrito à própria companhia, pois, dificilmente o Comandante perceberia a falta de um soldado, cabo ou

sargento. Caso isto acontecesse, o Cap ou Ten responsável pela Cia informaria que a *praça* tinha ido cumprir alguma missão externa ou davam outra desculpa.

Fato semelhante ocorria no âmbito das seções. Quando um Sd lotado em determinada seção precisava deixar de ir ao quartel ou se ausentar do mesmo em algum dia, para se evitar toda a burocracia necessária para a concessão formal de dispensa, e o risco de a mesma ser negada, os sargentos da seção autorizavam a ausência do Cb ou Sd. Na maioria dos casos, nem mesmo o Oficial chefe da Seção sabia o destino do Sd. Quando o Sgt era indagado sobre o destino do Cb ou Sd, informava que estava em missão externa, ou estava pelo Batalhão resolvendo alguma coisa.

Em algumas seções, era muito mais fácil a concessão de dispensas informais. Estas seções eram: Almoxarifado, Tesouraria, Aprovisionamento e Fusex/Enfermaria. Como estas seções lidam diretamente com o público externo (fornecedores, clínicas médicas, bancos etc), fazia parte da missão de seus integrantes passar horas fora do quartel, a serviço da respectiva seção. Porém, nem sempre estas horas passadas externamente tinham esta finalidade. Havia sargentos das seções citadas que faziam faculdade diurna e conseguiam cursar as disciplinas, utilizando a desculpa de que estavam trabalhando fora do quartel. Nenhum militar destas seções tinha dificuldades em se ausentar para resolver qualquer problema, ou mesmo nem ir ao quartel, bastando que cumprisse com suas missões da seção, para que seu chefe imediato o acobertasse.

No mês de agosto, devido à falta de recursos financeiros para se continuar com o expediente normal durante todo o dia, estabeleceu-se o chamado “meio expediente administrativo”. Neste regime, todos os militares tinham que cumprir a parte matutina do expediente. Porém, à tarde, só era necessária a presença de um militar por seção, pelotão ou companhia, bem como os integrantes do Estado-Maior. Um Subtenente comentou comigo, no dia 08 de agosto, que ao invés do expediente administrativo, deveria se fazer

logo apenas meio-expediente, pois, no primeiro caso, os militares obrigados a permanecerem no quartel à tarde não fazem nada durante este período, apenas esperando o tempo passar. E realmente era isso que acontecia. Como eu estava na função de Oficial de Comunicação Social, tive que cumprir todos os expedientes administrativos, comprovando, assim, que os mesmo eram muito pouco produtivos.

Mesmo nos dias com apenas meio-expediente o Cmt costumava permanecer no quartel durante a parte vaga do expediente. No dia 21 de setembro houve expediente apenas pelo período da manhã, mas o Cmt ficou à tarde, com seus dois ordenanças. Quando chegou a hora do jantar um dos ordenanças foi ao rancho. Para deixar “passar o tempo”, ficou no rancho conversando e reclamando. Disse que era hábito do Cmt ficar no quartel quando não há expediente, e exigir que os dois cabos ordenanças também ficassem, mesmo sem ter nada para fazer. Disse que o Cmt ficava o tempo todo na internet ou conversando ao telefone, “fazendo hora”, para ir pegar os filhos na escola. Enquanto o Cb estava no rancho o Cmt ligou várias vezes para o seu celular. Por sua vez, o Cb dizia que estava jantando. O Cb me disse que o Cmt estava com pressa, pois tinha que ir pegar os filhos na escola, com a viatura oficial. O Cb se dirigiu à sala do Cmt bem devagar, demorando propositadamente, pois estava com raiva de ter ficado a tarde toda no quartel sem necessidade (exercitando certo tipo de resistência cotidiana ao poder imediato, *cf.* SCOTT, 2004).

No dia 30 de setembro, mesmo sendo um sábado, houve expediente integral, por causa das eleições de 01 de outubro. Durante praticamente toda a manhã a maior parte dos militares não fez absolutamente nada, permanecendo na área de sua respectiva subunidade, conversando. Houve apenas uma reunião de Estado-Maior e com os comandantes de companhias. Os sargentos reclamaram bastante, por causa da não necessidade de estarmos no quartel. Os recrutas reclamavam menos, ficavam brincando e

conversando entre si. Às dez horas, houve a reunião com os juízes e o Cmt do 1º Grupamento de Engenharia³⁶, da qual participara apenas os oficiais. Até esta reunião, o planejamento do comando do Batalhão era colocar um Grupo de Combate nas principais seções eleitorais, para realizar policiamento ostensivo. Durante a reunião o General colocou outra situação: que só atuaríamos em caso de esgotamento das forças policiais (em último caso), pois não se tratava de uma guerra, mas de uma *grande festa, a festa da democracia*.

Ao término da reunião os tenentes comentavam que poderíamos rasgar tudo o que havia sido planejado. Como se não bastasse todo o dispêndio de tempo em vão, o Cmt disse que queria passar o que foi dito na reunião para os sargentos, cabos e soldados. Ao chegarmos ao quartel os comandantes das companhias mandaram que se colocassem os cabos e soldados em forma, bem como que fossem acionados os sargentos. Isto ocorreu no horário de almoço, e a maioria dos sargentos estava almoçando. Tiveram que interromper o almoço, para ouvirem o que tinha sido dito na reunião, coisa que poderia ser feita no início do expediente da tarde, pois não havia qualquer urgência concreta para a transmissão do assunto, a não ser a vontade do Comandante.

À tarde ficamos novamente sem qualquer atividade, enquanto o Cmt estava em reunião com os juízes. O Cap chefe da 1ª Seção fez uma reunião no começo da tarde, informando que os sargentos seriam liberados e deveriam retornar ao quartel às 22 horas, para uma reunião com o Cmt. Deveriam ainda, ao retornar, trazer material para pernoite no quartel. Já os oficiais deveriam continuar esperando o Cmt. Às 18h e 30min nos liberaram. Tivemos que retornar às 22horas, porém, não tivemos qualquer atividade até a meia-noite. Neste horário o Cmt fez a reunião com os sargentos, disse que os oficiais, como já haviam ouvido a palestra do general, não precisavam participar da reunião,

36 Grande comando ao qual o 31º BIMtz se subordina, para assuntos relativos à manutenção da lei e da ordem e operações subsidiárias.

podendo aguardar fora da Sala de Instrução de Quadros, onde houve a reunião. Quando esta acabou, o Cmt Cia Fuz reuniu o pessoal da companhia para passar ordens, porém, não disse nada que já não sabíamos, ou que já não nos tivesse sido informado. Ao término de tudo um Sgt me perguntou (se referindo aos oficiais de carreira): “eles estudam quatro anos de AMAN e dois de EsAO para isto?”. No dia seguinte tivemos que estar no quartel às 04 horas. A operação terminou às 21 horas, quando fomos liberados pelo Cmt.

No dia 02 de outubro, segunda-feira, durante a reunião de oficiais, o Cmt sugeriu que a partir do dia seguinte fosse dado meio expediente aos cabos e soldados, para que se economizasse alimentação. O Cap chefe da 4ª Seção disse que só surtiria o efeito desejado, se nenhum militar fosse arranchado. Desta forma, se decidiu que seria meio expediente para todo o efetivo.

No dia 11 de outubro houve expediente apenas pela manhã, devido ao feriado de Nossa Senhora Aparecida, no dia seguinte (12 de outubro). Nestes dois dias houve uma atividade extra para um pelotão: uma exposição de aeronaves no aeroporto, a qual se iniciou no início da tarde do dia 11 e terminou no início da noite do dia 12. O pelotão foi incumbido de fazer a segurança e o isolamento do local. Tanto no primeiro quanto no segundo dia faltaram dois soldados EV, respectivamente. Tratava-se de um feriado prolongado, de quarta-feira a domingo. Desta forma, conscientemente, os soldados faziam uma troca: curtiam o feriado e sabiam que posteriormente seriam punidos, possivelmente durante um fim-de-semana qualquer. Este tipo de troca não ocorria apenas em feriados prolongados, em fins-de-semana nos quais havia alguma festa ou show ao qual algum soldado queria muito ir. Ocorria que este, mesmo estando de serviço, faltaria para se divertir, mesmo sabendo que seria punido depois.

Na sexta-feira, dia 13 de outubro/06, eu estava de serviço e recebi uma ligação do Comando Militar do Nordeste, informando que o Presidente da República estaria em Campina Grande na segunda-feira, às 17 horas. O Cel do CMNE que falava comigo ao telefone mandou que eu ligasse para o Cmt 31º BIMtz, falando para que ele entrasse em contato com o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), em Brasília. Liguei para o Cmt e dei o recado. Antes de o Cmt ligar para o GSI com a finalidade de saber exatamente do que se tratava, ainda comigo ao telefone, determinou que eu acionasse os oficiais e sargentos do Batalhão, para informar-lhes que, devido à presença do Presidente, o expediente na segunda-feira seria integral, ou seja, haveria expediente pela manhã. Na segunda-feira, dia 16, o expediente se iniciou pela manhã. Tivemos, logo no início, uma reunião de 15 minutos com o Cap Chefe da 2ª Seção e, logo em seguida fomos liberados. Retornamos para o quartel no início do expediente da tarde. Então, esperamos cerca de 45 minutos para nos deslocarmos para o Parque do Povo, local onde haveria um comício com o Presidente. Assim, pudemos nos questionar sobre o motivo pelo qual o Cmt, mesmo antes de tomar ciência da missão pelo GSI, mandou acionar os oficiais e sargentos, obrigando-os a retornar antecipadamente do feriado. Acionamento comprovadamente desnecessário, pois no período da manhã de segunda-feira foi realizada apenas uma reunião que, pela sua duração, poderia ter sido feita no início da tarde, quando já era previsto que todos os militares estivessem no quartel.

No dia 22 de novembro não haveria a 2ª parte do expediente. Já ao término do expediente matinal, eu estava na CCAp, quando o Ten Cmt Cia Fuz chegou à esta Subunidade, dizendo que o Cmt queria falar com o militar mais antigo da CCAp. Nesta data só havia sargentos na companhia e todos com os quais o Ten falava afirmavam que não eram o mais antigo. Depois de muito o Ten procurar, abordou um 1º Sgt, dizendo que ele deveria falar com o Cmt. Este 1º Sgt disse que não iria, pois não era o mais antigo a

saiu andando sem dar atenção ao Ten. O Ten aparentou ter ficado com raiva e chamou o Sgt, dizendo que ele já havia sido avisado e que deveria cumprir a determinação. O Sgt deu as costas e se retirou da presença do Ten.

XI – O SERVIÇO

O Adjunto ao Oficial-de-Dia é o responsável por levar as refeições às vilas militares. Como a maioria dos Sgt que tiravam serviço de Adjunto moravam na Vila de Sargentos, praticamente todos, ao cumprir esta missão, iam almoçar e jantar em casa e demoravam um pouco em suas residências, deixando o motorista esperar mais do que deveria, pois, nenhum militar de serviço pode fazer as refeições em casa. Isso demonstra como a posição ocupada na instituição *abre* possibilidades de negociação e utilização da norma em favor de interesses pessoais.

Em dias sem expediente na OM, era comum que os militares de serviço dormissem antes do horário de silêncio (22 horas). Principalmente após o horário de almoço, ao se passar pelos diversos alojamentos poderíamos encontrar dormindo desde o Of Dia até os Sd. Em serviços que *tirei* pude verificar tal fato, encontrando militares dormindo e, às vezes, desuniformizados. Observei que esse hábito, de ciência de todos os Of Dia, já não era censurado pelos Ten, não podendo, porém, *chegar aos ouvidos dos Cap*.

Nas vezes em que, não estando *de serviço*, fui ao quartel em dia sem expediente e encontrei diversas vezes o Of Dia dormindo. Alguns deles, para que pudessem dormir mais tranquilos, deixavam o número de seu telefone celular com o Comandante da Guarda, o qual, quando algum oficial superior ao Of Dia entrava no quartel, avisava o Ten através do celular, dando tempo para o mesmo se recompor e ir ao encontro do outro oficial. Observei também que o Ten Almojarife, além de dormir no local de trabalho, ficava só de calças, tendo o mesmo declarado já haver levado mulheres para a sua sala e

tido relações sexuais durante o serviço. Esse tipo de rede de cumplicidade pode ser interpretado em termos de táticas que os sujeitos envolvidos executam para colocar a favor de si os lugares ocupados sob hierarquias definidas de modo rígido (*cf.* CERTEAU, 1994).

Todas as noites o Ten e os Sgt de serviço deveriam realizar suas respectivas rondas, com duração de duas horas cada. No entanto, a maioria do Ten não fazia a ronda e os Of e Sgt que faziam a realizavam em bem menos tempo, cerca de 30 minutos, para em seguida voltar a dormir. Ao término de cada ronda o rondante deve escrever em um documento chamada Roteiro de Ronda e Permanência o nome e número dos soldados que estavam nos postos durante a ronda. No caso de a ronda não ter sido realizada era só o militar preencher o citado roteiro com base em outro documento, o Roteiro da Guarda, no qual consta a relação dos Sd que estarão em cada posto e em cada Quarto-de-Hora. Para o Of Dia era ainda mais *fácil*, pois o mesmo precisava apenas copiar o que tinha sido escrito pelo Adjunto. Como eram quatro rondantes com a incumbência de rondar no horário de 22 horas às 06 horas, o Adjunto ficava com o horário de 22 às 00 horas e o Of Dia, de 04 às 06 horas, e como cada Sd fica duas horas no posto, os mesmos soldados que estavam no horário do adjunto estavam no do Of Dia. Às 04 horas, o Of Dia deveria também receber os gêneros alimentícios que todos os dias chegam ao rancho do quartel neste horário. No entanto, só um ou dois Ten cumpriam essa missão; a maioria deixava o Sd Cassineiro que estava de serviço receber os gêneros.

Nos postos de sentinela soldados eram encontrados dormindo, falando ao celular, sentados, conversando ou escorados. Em alguns postos de sentinela os soldados chegavam a montar estruturas apropriadas para que pudessem relaxar um pouco no local. Normalmente isso ocorria nas árvores próximas aos postos. Em algumas, eles encaixavam uma pedra nos galhos para fazer um banco, em outras usavam a própria

estrutura da vegetação. Desta forma, quando o rondante se aproximava, o Sd percebia e, discretamente, se levantava. Um Ten, ao ver que várias árvores estavam com estas adaptações, mandou que fosse derramado óleo queimado no caule das árvores, com a finalidade de evitar que os soldados se escorassem, porém, no dia seguinte já haviam raspado a casca de algumas árvores e voltado a utilizá-las para se escorarem³⁷. Em outros casos enfiavam pedaços de ferro em forma de gancho, para pendurar o fuzil em uma posição na qual, quando observado com uma distância razoável, parecia que estavam com o armamento nos braços. Alguns foram punidos por isto. Quando eram encontrados dormindo, tal fato não era escrito na parte do Of Dia da forma como aconteceu. Havia recomendação do comando para que quando um Sd fosse encontrado dormindo no posto o Of Dia escrevesse que o Sd estava desatento. Assim, evitava-se que a atitude do Sd fosse enquadrada como crime militar e gerasse medidas administrativas graves para o Sd, tais como a abertura de Inquérito Policial Militar; ou que o militar que presenciasse fosse processado por omissão, por ter visto o crime e não ter atuado o Sd em flagrante delito. Para que pudessem relaxar no posto sem serem percebidos pelo rondante, os Sd se organizavam para que o que estivesse em um posto avisasse aos demais a aproximação do rondante. Isto era feito abordando-se o rondante de forma enérgica, de forma que a abordagem fosse escutada pelos outros postos. Quase sempre, após a passagem do rondante, se o mesmo refizesse a ronda em sentido inverso encontrava alguns soldados em atitude proibida.

³⁷ A utilização das árvores com este fim pode ser visualizada na Figura 10.



Figura 12: Árvore utilizada pelos recrutas como acento (adaptada, suja com óleo e raspada). (Foto do autor)



Figura 13: Sd sentinela conversando no posto com outros soldados e crianças do Projeto Esperança (foto do autor, 2006).

Como forma de ocupar o tempo em que estavam nos postos os Sd procuram algo para fazer. Assim, em paredes próximas aos postos existem marcas de esperma, cheiro de urina, riscos e inscrições feitas com baionetas ou com a chapa da soleira do fuzil. Dentre as inscrições encontrei coisas do tipo: “o Sgt Fulano é gay”; “morte ao Ten João”; “EV do próximo ano, bem vindos ao inferno”; “dia tal, meu último serviço”; “na 1ª Cia só tem lixo”, “faltam X dias para a baixa”; “Sd Cicrano é um lixo”; “vim aqui fumar maconha”; *etc.*

Embora não seja permitido deitar ou dormir antes das 22 horas (com exceção aos soldados de serviço de sentinela, os quais podem revezar a dormida durante todo o dia), no dia 29 de julho, ao entrar na Enfermaria, encontrei um Sd que estava de serviço de Enfermeiro de Dia, às 17 horas, com mais dois soldados, deitado, assistindo à televisão, nas camas destinadas aos doentes.

Durante a reunião matinal de oficiais do dia 04 de abril, o Cap chefe da 1ª Seção levantou o problema da necessidade de que fossem escalados Enfermeiros-de-Dia, por causa da quantidade de baixados na enfermaria do Batalhão. Como não havia uma quantidade suficiente de militares habilitados para este tipo de serviço, o Comandante disse que se fosse necessário deixar só três, dois ou apenas um (neste caso o militar ficaria 24 horas por dia no quartel, por quantos dias fosse necessário), que se deixasse. O Comandante defendeu esta ordem, alegando que se houvesse necessidade de ele mesmo permanecer no quartel todos os dias ele permaneceria, e se não aguentasse *pediria exoneração*. Em apoio ao Comandante, o Subcomandante disse que serviu em uma Organização Militar na qual, quando havia exercício de acampamento, o Comandante ordenava que todos os militares que não participassem do campo deveriam ficar de prontidão no quartel durante o acampamento, até não apenas o retorno dos que participaram, mas até o término da dispensa dos que foram. Um Cap falou que isto era cárcere privado, pois tal prontidão não é prevista do Programa de Instrução Militar (PIM), portanto que não há motivo para manter os militares aquartelados nesta situação. O Cmt e o S Cmt retrucaram, dizendo que “isto ainda é Exército”, que “somos militares 24 horas por dia e que podemos exigir que os militares fiquem estas 24 horas no quartel, por tempo indeterminado”. Para finalizar a conversa, o Comandante falou que o Cap estava errado e que não iria mais discutir.

O Of Dia deve “assistir ao recebimento de todo o material que entre no quartel fora das horas de expediente” (RISG, Art. 197, XXXII). Desta forma, qualquer fornecedor que chegasse ao Btl deveria ser atendido pelo Of Dia, o qual deveria receber o respectivo material, independentemente da Seção de destino do mesmo. Ocorria de o Of Dia ter que receber cargas inesperadas, ou que já estavam agendadas para determinado dia. Geralmente, gêneros alimentícios fornecidos pelos escalões logísticos ou combustível

(diesel ou gasolina). Havia também o fornecimento diário de pão e outros alimentos de uso diário. Este fornecedor tinha hora marcada para chegar ao quartel, às 04 horas da madrugada, de domingo a domingo. Assim, todos os dias, no citado horário, o Of Dia tinha que estar no *Rancho*, para receber este material, conferir se o peso entregue correspondia ao pedido e registrar o valor da entrega. Na prática não era bem assim. Como este material fornecido diariamente já era esperado e previsto pelo serviço de aprovisionamento e havia um Sd de serviço de Cassineiro (que acordava antes das 04 horas para fazer o café da manhã), o Of Dia não ia presenciar este recebimento de material, deixando a cargo do Sd Cassineiro. Como o Of Dia tinha que “lançar” no Livro do Fiscal Administrativo o valor da Nota Fiscal dos gêneros recebidos, de manhã ia ao *Rancho* (ou mandava algum Sd ir) anotar o referido valor (o que normalmente nem era necessário, pois o Adj, responsável pela escrituração do livro, muitas vezes já anotava o valor habitualmente recebido para colocar no livro).

O Aprovisionador, desconfiando de que os Of Dia não estavam realizando o procedimento correto, passou a sondar junto ao demais militares de serviço, se o Of Dia estava “recebendo o pão”. Bem como, passou a, inopinadamente, ir ao quartel no horário de chegada dos gêneros, para verificar pessoalmente o procedimento dos Of Dia. Assim, quando percebia algum problema, informava ao Fiscal Administrativo, sem conversar antes com o Of Dia. Foi no serviço de 15 para 16 de agosto que este tipo de verificação ocorreu pela primeira vez. As praças de serviço questionadas pelo Aprovisionador trataram logo de informar o ocorrido ao Of Dia, para que este soubesse que estava sendo fiscalizado. Na passagem de serviço para o Of Dia do dia seguinte (16 de agosto), o oficial que saía de serviço informou o seu substituto, para que tivesse cuidado com o Ten Aprovisionador e recebesse o material conforme previsto para não correr nenhum risco. Esse é mais um exemplo da constituição de configurações de complacência, as quais se

organizam em torno de troca de favores e de *serviços* de encobrimento mútuo, com o objetivo de proteger os indivíduos das penas eventualmente advindas das quebras de regulamento, o que pode ser também interpretado como maneira favorecimento aos indivíduos em sua contraposição aos códigos e normas estabelecidas pela instituição.

O Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (2004), em seu Art. 188, V, determina que sempre que possível, entre dois serviços de escala de um mesmo indivíduo, haja folga de no mínimo 48 horas. Ou seja, após tirar um serviço de 24 horas, se possível, deve-se passar pelo menos dois dias sem tirar serviço. O mesmo regulamento coloca o seguinte, em seu Art. 189, § 1º: “Quando o número de tenentes e aspirantes-a-oficial que concorrerem à escala de Of Dia for inferior a três, o serviço será de Fisc Dia, o qual terá como auxiliar, normalmente um subtenente”. Ao serviço de Fiscal-de-Dia, concorrem, além dos tenentes e aspirantes-a-oficial, os capitães (RISG, Art. 189, I). Porém, devido à ida de parte do efetivo ao Campo, em 07 de maio, o Comandante determinou que uma mesma guarnição entrasse de serviço no dia 05 e sairia na parada diária do dia 08, e outra guarnição entraria no dia 08 e sairia na parada diária do dia 11. Desta forma, cada guarnição, dos soldados ao Oficial-de-Dia, ficaria de serviço por três dias consecutivos. Como este procedimento fere o que está previsto no RISG, o Comandante, oficialmente, não denominou tal procedimento de “serviço”; disse que nos dias em questão não haveria guarnição de serviço, mas sim um efetivo realizando exercício de Posto de Segurança Estático nas instalações do quartel. Assim, o Tenente, ao invés de ser chamado de Oficial-de-Dia, era chamado de Comandante do PSE; o Sgt Adjunto ao Oficial-de-Dia, subcomandante do PSE; ao invés de se ter uma Guarda do Quartel, comandada por um Sgt, com 15 soldados (05 ficam nos postos a cada duas horas), dividiu este efetivo em três grupos de cinco soldados (cada um comandado por um Cb, e o com as sentinelas foi acrescido de mais um Sgt): Grupo de Sentinelas, Grupo

de Cheque e Grupo de Reação, de forma que houvesse um rodízio entre os grupos e cada um ficasse duas horas nos postos. Desta forma, o Comandante tentava dar uma aparência de legalidade ao seu ato, porém, na prática, não modificava nada. Durante as reuniões de oficiais ocorridas durante este período, o Comandante dizia que a tropa estava gostando do PSE, pois, quando não estavam nos postos, os soldados estavam ficando à vontade para *relaxar*.

Nesses seis dias foi grande a revolta dos militares escalados, havendo reclamação em praticamente todas as conversas. A Sala de Instrução de Quadros foi o local designado para descanso da tropa. Os soldados passaram a chamar este local de “senzala”. Nestes dias o serviço foi levado de forma bastante relapsa. Os tenentes e sargentos de cada guarnição não fizeram rondas, bem como não se preocuparam em realizar qualquer fiscalização. Não proibiram nada, contanto que qualquer irregularidade não fosse percebida pelos capitães e oficiais superiores. Como os dois tenentes e os quatro sargentos que participaram deste serviço, não concordavam com o fato de terem ficado por três dias de serviço, resolveram não colaborar, fazendo o mínimo necessário e deixando a tropa *relaxada*.

Esta foi a forma encontrada pelo comando do Batalhão para conciliar, em termos de efetivo, a atividade de instrução no campo e o serviço interno ao quartel. A exemplo de anos anteriores, quanto aos cabos e soldados, poderiam ter se reduzido postos de sentinela; quanto aos oficiais, com poucos no quartel, poderia ter sido adotado o serviço de Fiscal-de-Dia, ou incluir na escala de Of Dia os oficiais do QAO (segundo o Art. 189, II, a) do RISG, estes podem concorrer á escala de Of Dia, a critério do Cmt), mas esta não foi a opção adotada. A deficiência numérica do efetivo do Batalhão foi sentida somente pelos dois grupos que ficaram três dias cada de serviço no quartel. Os capitães

não sentiram os efeitos do ocorrido. Ao contrário, continuaram indo para a Operação Carro Pipa (o que implica recebimento de diárias), metade dos capitães a cada semana.

Como existe uma carga horária de Instrução de Quadros imposta pelo escalão superior e que o Batalhão tem que cumprir, ao chamar tal conduta de PSE, além de mascarar uma irregularidade quanto às regras de folga no serviço, o Estado-Maior descontou tempo obrigatório de Instrução de Quadros, como se os seis dias tivessem sido de Instrução de Quadros e não de serviço.

No Nr 27 do Anexo I do Regulamento Disciplinar do Exército, temos a seguinte transgressão disciplinar: “Permutar serviço sem permissão de autoridade competente ou com o objetivo de obtenção de vantagem pecuniária”. Porém, entre soldados EP, cabos e sargentos, pagar para que um militar tire o serviço para outro é coisa comum. Esta prática não é *escondida* dos tenentes. Mesmo diante destes, fala-se deste tipo de troca, sem qualquer problema. Embora todos saibam que isto acontece - inclusive os capitães e oficiais superiores, não é permitido falar explicitamente sobre o assunto diante destes últimos, que, inclusive, deixam claro que reprovam este procedimento, declarando que se ficarem sabendo de algum caso específico, têm como obrigação punir os envolvidos. Esse exemplo pode ilustrar a ideia de que se institui uma encenação dramática da ordem e do *dever* ser, constituindo-se uma série de práticas efetivas que indicam a discordância não-oficial dos regulamentos e dos padrões de comportamento formalmente instituídos (*cf.* GOFFMAN, 1974;1985).

Entre os tenentes que concorriam à escala de Of Dia, essa prática não era comum. Ainda que alguns tenentes fizessem vista grossa quanto à prática entre as praças, reprovavam que ocorresse entre tenentes. Entre estes, havia o consentimento de que, quando algum tenente não pudesse tirar o serviço no dia em que estivesse escalado, devido a algum compromisso importante, outro tenente trocava, sem receber nada em

troca, pois posteriormente também poderia necessitar de uma troca de serviço. Porém, se o motivo de se querer trocar o dia de serviço fosse diversão, como ir a alguma festa, a situação era outra, inclusive, ocorria de algum tenente só aceitar tirar o serviço no lugar do interessado na troca, se recebesse alguma quantia em dinheiro.

Os soldados recrutas também permutavam serviço em troca de dinheiro. Neste caso, mesmo os oficiais e sargentos que também tinham este tipo de atitude, caso tivessem conhecimento de que ocorreu com algum recruta, reprimiriam os envolvidos, os *participando* e provocando uma punição. Assim, tinham que ter cuidado para que aqueles que não eram seus pares não tomassem conhecimento de que tinham aceitado ou pago outro por motivo de serviço. Mas como os soldados EV percebiam que os Cb e Sd EP e sargentos adotavam abertamente este procedimento, alguns pensavam que era permitido, informando, assim, ingenuamente, aos seus superiores o motivo da troca. Quando isto ocorria, a punição era certa.

Para os soldados, cabos e sargentos era mais fácil trocar o dia de serviço. A escala era controlada pelo Sargenteante da Companhia, desta forma, no âmbito da Subunidade era realizada a troca. Para os membros do Efetivo Profissional era fácil. Normalmente, independentemente do motivo, os oficiais da Companhia autorizavam a permuta. Porém, com relação aos soldados EV havia mais rigor. As trocas só eram autorizadas se houvesse um motivo convincente, ou se fosse amigo de algum oficial ou sargento que ajudasse o requerente. Este maior rigor fazia os Sd EV mentirem quando precisavam permutar o serviço por algum motivo mais banal. Como os oficiais e sargentos sabiam que ocorriam motivos mentirosos para a troca entre Sd EV, dificultavam ainda mais a execução das permutas, por desconfiarem do que diziam os soldados. Assim, quando alguém realmente precisava poderia ter a solicitação negada, mesmo que o motivo fosse justo.

Já a troca entre tenentes era ainda mais difícil. Para realizar uma troca de serviço, o tenente interessado deveria ir até o Subcomandante, acompanhado do tenente voluntário para tirar o serviço. Se não houvesse um motivo considerado importante pelo Subcomandante, a troca não seria autorizada. Ir a alguma festa ou confraternização era um motivo inadmissível, bem como assistir a uma aula importante na Universidade ou resolver outro problema particular. Normalmente o único motivo aceitável era se o tenente interessado precisasse ir à Universidade realizar alguma prova previamente marcada. E ainda, a troca somente seria autorizada se fosse solicitada com antecedência de 48 horas. A escala dos oficiais, mesmo sendo de responsabilidade do Subcomandante, era controlada pelo Sargento Brigada (sargento mais antigo da 1ª Seção). Devido às dificuldades criadas pelo Subcomandante para a troca de serviço dos tenentes, estes recorriam ao sargento, com o qual tinham bom relacionamento. Assim, o Sgt realizava a alteração, sem o conhecimento do Subcomandante, ajudando assim os tenentes. Essa dinâmica estratificada de negociações relativas ao tempo e à realização de tarefas aponta para os meandros informais da estrutura de mando e de obediência dentro do quartel, os quais podem nos dar pistas sobre os movimentos de associação e de enfrentamento mobilizados entre os indivíduos hierarquicamente posicionados dentro da instituição. A noção de poder capilarizado em ubíquo a todas as relações, como definida por Foucault pode nos ajudar, portanto a entender os jogos de forças e de dominação/subordinação existentes na instituição militar.

Ao fim do serviço de cada guarnição são confeccionados os seguintes livros de partes (serviços internos): Livro do Comandante da Guarda ao Oficial de Dia; Livro do Sgt de Dia ao Cmt da Cia Fuz; Livro do Sgt de Dia ao Cmt CCAp; Livro do Motorista de Dia ao Cmt Pel Mnt Trnp; Livro do Of de Dia ao S Cmt Btl e Livro do Of de Dia ao Fiscal Administrativo. Como se pode perceber através do nome de cada livro, apenas um

é redigido para o Oficial de Dia: o do Cmt da Guarda. Neste livro o Sgt coloca as alterações relativas ao serviço da Guarda do Quartel. Assim, o Of Dia toma ciência e, conforme o caso manda que as informações sejam colocadas, pelo Adj ao Of Dia, no Livro do Of Dia ao S Cmt ou ao Fisc Adm. O Of Dia não deve ter ingerência no que é escrito pelo Cmt da Guarda. Cabe ao Of Dia analisar as informações passadas pelo Sgt e tomar as atitudes convenientes. Porém, na reunião de oficiais e sargentos do dia 20 de outubro/06, o Cmt ordenou que os dois livros deveriam ser unívocos em assuntos que possam ter consequências. Por isso, antes de concluir a escrituração, o Cmt da Gurda deve falar com o Of Dia, para que, se for o caso, os dois livros fiquem iguais. Após a reunião alguns sargentos falavam que não cumpririam esta ordem, pois a responsabilidade sobre o que se deveria escrever no livro da guarda é do Cmt da Guarda, enquanto o Of Dia decide o que vai escrever para o S Cmt e o Fisc Adm.

Aos integrantes da guarnição de serviço não era permitido permanecer no interior das salas das seções ou companhias, fora do expediente. Porém, todos os tenentes e sargentos, quando de serviço entravam, fora do expediente, nas salas onde trabalhavam, seja para adiantar missões ou para executar atividades particulares, como acessar internet ou elaborar trabalhos de faculdade. Para impedir que se continuasse a acessar internet fora do expediente, o Sgt da informática passou a desligar a rede ao final do expediente de cada dia, inclusive nas sextas-feiras, quando a rede ficava desligada por todo o final de semana. Observei que, ocasionalmente, o Sgt não a desligava, seja por esquecimento ou quando algum amigo dele estava de serviço e pedia para deixá-la ligada. Quanto à entrada nas seções, já havia ordem para que o Of Dia participasse qualquer militar que estivesse nas seções fora do expediente, a não ser que tivesse autorização do chefe de seção para usar a respectiva sala. Esta ordem nunca foi cumprida. Era normal que sargentos de serviço ficassem nas salas onde trabalhavam, mesmo fora do expediente. Quando o Cmt

instalou um sistema de alarmes no Btl, tal sistema incluía sensores em todas as seções. Assim, ao término do expediente, o Of Dia deveria conferir se as salas estavam fechadas e ligar todos os alarmes; desligando-os somente pouco antes do início do expediente do dia seguinte. Assim, pressupunha-se que ninguém entraria nas seções fora do expediente sem estar autorizado. Porém, nem todos os oficiais de dia ligavam os alarmes. Como os alarmes tinham uma senha, com a qual se podia desativá-los, logo que foram instaladas, as respectivas senhas foram informalmente divulgadas para os sargentos das seções, pelos cabos e soldados que executaram a instalação. Assim, mesmo com alarmes, os sargentos continuavam a utilizar as salas e os computadores das seções fora do horário de expediente. Nas companhias, sobretudo nas respectivas sargenteações, era comum que tenentes, sargentos e até mesmo cabos e soldados permanecessem após o término do expediente. Nestes locais não havia alarmes e a fiscalização era ainda menor, pois os oficiais das subunidades não tinham nada contra este tipo de procedimento. Já o Sgt Comandante da guarda do quartel tinha um impedimento a mais quanto à utilização das dependências do quartel, pois, era impedido até mesmo de sair do Corpo da Guarda (poderia se ausentar apenas para realizar as refeições, deixando o Cb ou outro Sgt em seu lugar). Mas, no dia 17 de novembro, após o Cmt Btl sair do quartel às 14 horas, o Cmt Gda foi para a Sargenteação da Cia Fuz, acessar a internet, onde ficou até depois das 22 horas, deixando a Guarda a comando do Cb. [FECHAR COM UM COMENTÁRIO, SE POSSÍVEL MOBILIZANDO A TEORIA SOBRE ACEITAÇÃO E RESISTÊNCIA QUE VOCÊ UTILIZOU]

XII – A FOFOCA E O MEXERICO

Havia um capitão, chefe da 2ª Seção, que todos os dias da semana passava boa parte do expediente na sala do comandante. Enquanto estava neste local ouvia os outros

oficiais despacharem documentos com o comandante e quando estes saíam, o Cap em questão começava a falar mal e criticar os demais oficiais. Tal fato era percebido principalmente pelos cabos que trabalhavam como ordenanças do comandante, os quais faziam questão de contar a conduta do Cap para os demais oficiais dos quais tinham maior aproximação.

Conversando com sargentos, muitos me falaram que existiam sargentos informantes dos oficiais. Sargentos que participavam das conversas em quais se reclamava e se criticava atitudes dos comandantes e chefes de seção, e em seguida levavam as informações para os oficiais, com a finalidade de se promoverem e prejudicarem seus pares. Quando os sargentos falavam desses supostos informantes, citavam inclusive os suspeitos de terem este tipo de hábito. Era possível que este tipo de informante existisse, mas existem também outras possibilidades. Os Sgt acusados sempre eram os que tinham maior aproximação do comando do batalhão, assim, os Sgt que os acusavam poderiam ter interesse em levantar este tipo de suspeita para diminuir o prestígio dos outros Sgt.

Outras formas de *falar mal da vida alheia* também são comuns. Algumas vezes os tenentes se reuniam e conversavam sobre a vida de outro Ten que não estava presente, criticavam sua falta de preocupação com o futuro e a falta de responsabilidade com o presente. A forma como *administrava sua vida familiar, a falta de interesse pelos estudos e o desleixo com a vida profissional*.

Participei de conversas entre tenentes, subtenentes e sargentos onde se reclamava que o problema do Exército é a inveja que os oficiais da AMAN sentem quanto aos militares que de alguma forma se sobressaem em relação a eles. Dizia-se que os oficiais oriundos da AMAN fazem de tudo para dificultar a vida dos outros e impedir que consigam melhorias para suas vidas.

Nas conversas em que sargentos reclamavam do dia-a-dia no quartel, era comum que chamassem o atual Comandante de “inventor”. Este termo é utilizado para designar militares que, ao invés de se ater ao que é previsto nos regulamentos, inventam coisas de suas cabeças, levando seus subordinados a fazerem coisas desnecessárias, até mesmo irregulares. Assim, dizia-se que; muito provavelmente; o Cmt não iria concluir os dois anos previstos de comando sem grandes problemas, pois havia muita gente no quartel insatisfeita com suas atitudes, só guardando indícios de irregularidades para trazerem à tona no momento certo.

Na semana seguinte às eleições de 1º de outubro, os cabos e soldados do PelOpEs falavam que o Cmt era um “frouxo”, um medroso, que *não tinha moral* para mandar a tropa atuar. Falavam que no dia das eleições houve um tumulto, em uma área onde estava o PelOpEs, o Cmt e um juiz. Este, mandou o Cmt utilizar o pelotão para controlar a multidão. Porém, o Cmt disse que não era o caso, que não era necessário usar a tropa do Exército naquela ocasião. O Pel já havia desembarcado da viatura, entrado em formação para Operações de Controle de Distúrbio (OCD) e calado as baionetas (as colocado no fuzil), aguardando ordem para atuar. Mas, o juiz foi convencido e a tropa retraiu, reembarcando na Vtr, enquanto parte da população os incitava a agir, xingando e dizendo que não tinham coragem para contê-los. Assim, os cabos e soldados falavam que a tropa foi desmoralizada, por causa do Cmt. Já o Cmt, na reunião de oficiais e sargentos de 20 de outubro, falou publicamente pela primeira vez sobre o assunto. Disse que a atuação do Btl foi muito boa e que o juiz ficou com medo de mandar o PelOpEs atuar, pois “somos uma tropa de guerra”. Assim, quando o Cmt perguntou ao juiz se ele se responsabilizaria sobre as consequências da atuação do Pel, o juiz teria desistido de sua ordem inicial. Para os membros do Pelotão a questão era encarada de outra forma. Sentiam-se ridicularizados por causa do Cmt, e o criticavam por causa de sua atitude. Se era para não

usar a tropa, que não tivesse mandado desembarcar e se postar como se fosse agir, ou nem mesmo ir ao local. Diziam que o Cmt quis aparecer às custas da tropa, mas não teve “moral” para ir até o fim.

No dia 21 de novembro um Sgt que trabalhava da Tesouraria me disse que o Cmt estava colocando o próprio nome Operação Pipa, com a finalidade de sacar diárias. Ou seja, segundo o Sgt, na Tesouraria era feito todo o procedimento burocrático para solicitação de diárias em nome do Cmt, independentemente de estar prevista ou não a sua ida à Operação; o nome dele nem constava nas escalas divulgadas com os nomes dos militares que iriam, mas as diárias eram creditadas.

No dia seguinte, 22 de novembro, após o TAF, ouvi muitas críticas ao Cmt. Os sargentos falavam que a marca do atual comando era a incompetência, incoerência, patrimonialismo, irregularidades administrativas etc. Um Subtenente expressou sua insatisfação com a forma como o TC conduzia o comando, disse que se as vítimas de perseguição não derem “patadas” no Cmt, ele não iria parar de agir desta forma. O ST disse ainda que não sabe se o Cmt iria conseguir terminar o seu tempo de comando, pois muitas irregularidades administrativas estavam ocorrendo e eram de fácil comprovação; por exemplo, a colocação de cerca elétrica e filmadoras no quartel, que foi viabilizada com o saque de diárias e dinheiro destinado à locação de veículos para a Operação Pipa, de forma totalmente irregular. Disse ainda, que o Cmt e vários oficiais de carreira agem *como se o quartel fosse propriedade deles, no qual podem fazer o que querem*; tanto é que alguns deles gostam de permanecer no quartel após o Toque de Ordem e querem obrigar os demais militares a também permanecerem.

Em 24 de novembro eu conversava com um Subtenente, o qual me contava histórias ocorridas em outras unidades, onde subalternos tinham atirado em superiores hierárquicos. Em seguida, falou de sua própria experiência, que quando era Sgt havia

virado a mesa de um Cap e tentado agredi-lo; corrido atrás de um Ten de carreira no interior do Shopping Iguatemi e, no quartel, apontado uma arma para um outro Sgt.

Em conversa com um Sgt QE na mesma data, este me falou que tinha muita gente boa no quartel, mas tem muito “traíra” também,. *Tem gente que conversa conosco, até reclama junto, mas depois conta tudo ao Cmt.* Disse também que *o Cmt beneficia os bajuladores, para que os demais os tenham como exemplos de como se dar bem.*

No início do ano, todos os militares tiveram que cadastrar seus veículos junto à 2ª Seção do Batalhão. A documentação deveria estar em dia e o militar possuir carteira de motorista válida. Assim, receberam um adesivo para cada carro cadastrado. As motocicletas cadastradas foram colocadas em uma relação, da qual o Comandante da Guarda possuía uma via. Assim, os militares só poderiam estacionar seus automóveis no interior do quartel se estivessem com o adesivo e as motocicletas, se constassem na respectiva relação. Alguns militares que não haviam cadastrado seus veículos por algum motivo, como por exemplo, problemas com a documentação, passaram a estacionar ainda no interior do quartel, porém no local destinado a visitantes, em frente ao Corpo da Guarda. O Cmt percebeu tal fato e passou a cobrar do Oficial-de-Dia e do Comandante da Guarda que proibissem tal procedimento, não permitindo sequer a entrada de militares com veículos não cadastrados. A partir de então era grande a quantidade de motocicletas, a maioria pertencente a cabos e soldados, estacionadas em frente ao quartel. Quanto aos automóveis, como eram poucos (apenas um ou dois), continuaram sendo estacionados no local destinado a visitantes. Na formatura de início de expediente da Cia Fuz, de 14 de setembro o Cmt da Companhia disse ao Of Dia e ao Cmt Gda que não permitissem que carros sem o adesivo estacionassem dentro do quartel, nem mesmo em frente à guarda. Disse que fiscalizaria e que iria responsabilizar o Cmt Gda, caso isso acontecesse. Disse ainda que se um militar sem o adesivo insistisse para entrar, deixasse, mas que tal ato

fosse registrado no Livro de Partes do Comandante da Guarda o fato, para que ficasse resguardado. Esta última orientação foi motivada pelo fato de frequentemente um outro Cap utilizar-se de sua precedência hierárquica para entrar sem o adesivo.

No ano de 2004 foi publicada em Boletim Interno a designação dos locais onde cada militar deveria estacionar seus veículos no interior do quartel. Porém, em 2006 esta determinação já havia caído no esquecimento. Os tenentes, sargentos, cabos e soldados sabiam da publicação, mas não estavam interessados em que esta regra fosse cumprida; já os capitães e oficiais superiores não estavam no Batalhão no ano de 2004, assim, não sabiam onde estava estabelecida a organização de estacionamento no quartel. Existia uma cópia do BI que publicou tal diretriz na Pasta de Ordens ao Oficial de Dia, porém, os tenentes de serviço faziam de conta que não sabiam, não informavam os superiores e não fiscalizavam. Conseqüentemente, os militares estacionavam seus carros em qualquer local, independentemente de posto ou graduação, do local no Batalhão onde trabalhavam ou da companhia em que estavam lotados.



Figura 14: motocicletas estacionadas em local diferente do publicado em BI, aproveitando a sombra de uma árvore. (foto do autor)

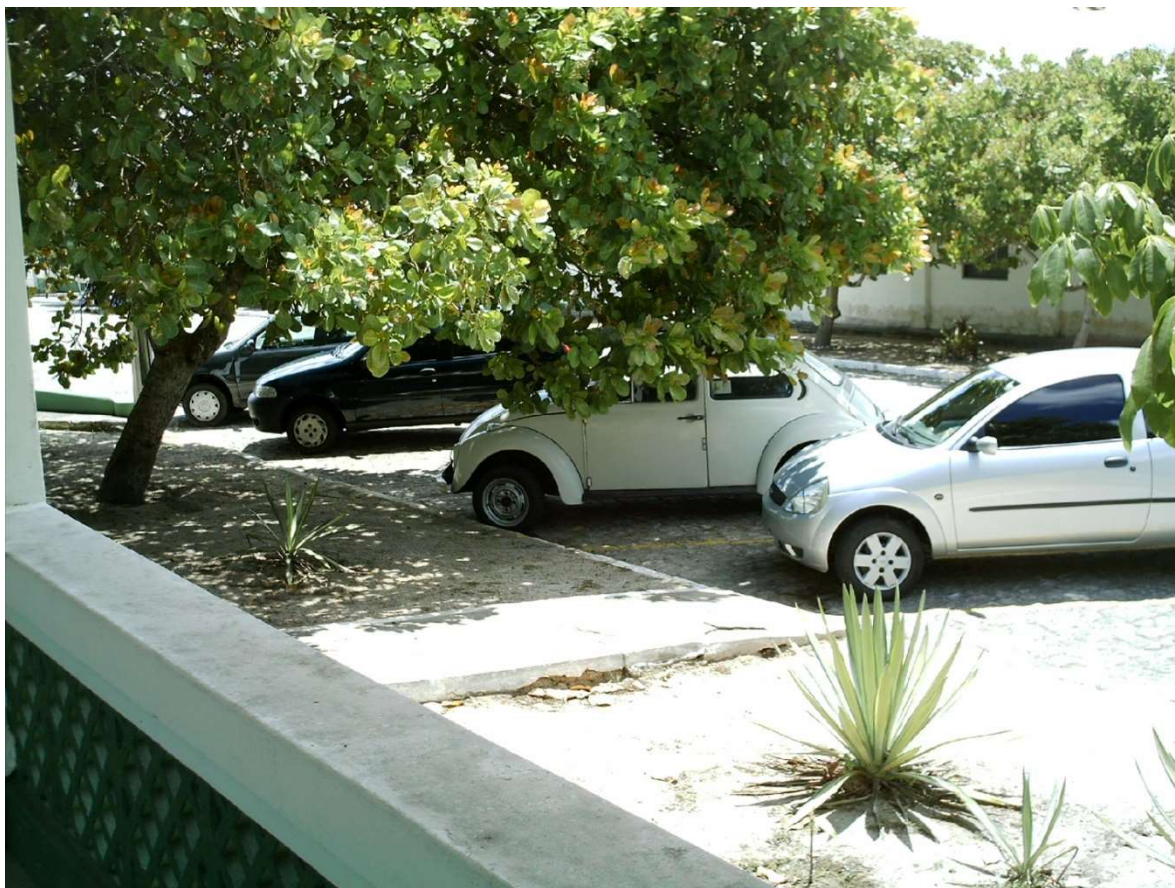


Figura 15: automóvel de um Sd estacionado no local destinado aos oficiais e sargentos. (foto do autor)

XIII – ORDEM UNIDA E FORMATURAS

Todos os dias havia *formatura* no âmbito das companhias no início da primeira (manhã) e da segunda (tarde) partes e no final do expediente. Nos dias de segunda e quinta-feira (nesta os oficiais usavam espada) havia *formatura* geral do Batalhão, na qual as duas companhias e o Estado-Maior participavam, no pátio de *formaturas*, sob o comando do Comandante da Unidade.

Em qualquer *formatura*, seja em âmbito da Unidade ou das Subunidades, a maior parte do tempo era destinado à fala do Comandante do Btl ou das companhias. O que corresponde ao comentando por Clastres sobre a relação entre poder e fala:

Falar é antes de tudo deter o poder da fala. Ou, ainda, o exercício do poder assegura o domínio da palavra: só os senhores podem falar. Quanto aos súditos, estão submetidos ao silêncio do respeito, da veneração ou

do terror. Palavra e poder mantêm relacionamentos tais que o desejo de um se realiza na conquista do outro. Príncipe, déspota ou chefe de Estado, o homem de poder é sempre não somente o homem que fala, mas a única fonte de palavra legítima: palavra empobrecida, palavra certamente pobre, mas rica em eficiência, pois ela se chama *ordem* e não deseja senão a *obediência* do executante. Extremos inertes cada um por si, poder e palavra não subsistem senão um no outro, cada um deles é substância do outro e a permanência de sua dupla; se esta parece transcender a História, alimenta todavia seu movimento: há acontecimento histórico quando, abolido aquilo que os separa e assim os condena à inexistência, poder e palavra se estabelecem no próprio ato de seu reencontro. Toda tomada de poder é também uma aquisição de palavra. (CLASTRES, 2003, p. 169).

Nas formaturas, o comandante do escalão em forma, falava para uma tropa imóvel, que normalmente, devido ao incômodo da imobilidade e de não olhar para quem está falando, não conseguia prestar atenção no que era falado. Mesmo quando estavam “à vontade”, não davam importância para os assuntos falados, logo se dispersavam, como se não houvesse ninguém falando diante da tropa. De acordo com entrevistas feitas com alguns da tropa mencionada, eles não prestavam atenção porque não davam importância para o que era falado, consideravam os assuntos irrelevantes, apenas causa do atraso do início das atividades de serviço ou a liberação da tropa.

Para os comandantes, a palavra é um direito que possuem. Por serem comandantes podem falar o que consideram oportuno e interessante para seus subordinados. Por outro lado, ter o que falar é algo que os próprios comandantes se cobram e são cobrados pelos comandantes dos escalões superiores, como característica inerente de um líder. Os próprios subordinados cobram que seus comandantes falem à tropa, porém, que falem sobre assuntos relevantes, que mantenham os subordinados informados. Para muitos, um comandante que não fala demonstra despreparo e insegurança. Já um comandante que fala por falar, além de demonstrar despreparo, gera insatisfação e faz com que os subordinados nem escutem ou prestem atenção no que é falado. Porém, o ato de os diversos comandantes falarem diante da tropa era ritualizado e cumpria o papel de deixar claro que aquele diante da tropa tem autoridade perante os que estariam o escutando.

Para alguns da massa da tropa que entrevistamos, as *formaturas* gerais, de âmbito Unidade, no Pátio de Formaturas, com o Comandante, se resumiam a uma parede. As descrições citavam militares imóveis, obedecendo a comandos de corneta ou à voz, tendo que manter o olhar fixo à frente. Na frente dos mesmos nada mais há que a parede do pavilhão das seções. Não podem ver outra coisa senão isso, ou a nuca do companheiro da frente. Não têm o direito de acompanhar o desenvolver das solenidades, apenas escutar a voz do narrador e a do Comandante. Ou sejam, se resumem a meros objetos integrantes das solenidades e formaturas.

Nas *formaturas* no âmbito da CCAp, era comum que os militares ficassem conversando em forma. O Sargenteante se irritava, gritando para que o pessoal calasse a boca para que ele continuasse, dizia coisas do tipo “quando o corno aqui estiver falando os outros devem se calar”, “até a minha ex-mulher, que me dava a buceta eu não aguentei e me separei, quanto mais um soldado”; “se for uma mulher me perturbar para pedir alguma coisa tudo bem, pois eu gostaria de ter algo em troca, mas soldado eu não quero nenhum me perturbando”. Nesta Cia, alguns tenentes não costumavam participar da formatura de início de expediente todos os dias. Na verdade, alguns raramente participavam. Por exemplo, no dia 15 de agosto, somente o Aproveisionador (Ten QAO) estava presente. Este, após a formatura chamou a atenção dos demais tenentes que não estavam na formatura de início de expediente da CCAp, disse que deveríamos participar das próximas, caso contrário, seria obrigado a tomar providências disciplinares.

Quando o próprio Capitão, comandante da companhia, a recebia para a formatura da Subunidade, não se ouviam conversas. Toda a companhia permanecia em silêncio, na posição de “descansar”. Porém, a presença do Cap não fazia com que os tenentes chegassem no horário correto. Na formatura do dia 13 de setembro, com a presença do

Cap, apenas um Ten chegou na hora correta. Todos os demais e três soldados chegaram depois de alguns minutos que o Cap já havia recebido a apresentação das *frações*.

Na Cia Fuz os oficiais chegavam praticamente juntos à companhia. No dia 14 de setembro um Sgt chegou atrasado à formatura de início do expediente da tarde. O Cap mandou que depois o Sgt o procurasse. Quando o Sgt recebeu o recado disse que “estava cagando para o Capitão”.

Nos dias em que havia *formatura* geral do batalhão os recrutas nunca queriam entrar em forma na coluna que, ao entrar no pátio de formatura constituísse a linha de frente para o palanque. Esta era a linha sempre mais visível, fora da qual ficariam mais livres para se mexerem sem serem notados. Assim, praticamente todas as vezes que as companhias entravam em forma com esta finalidade, os oficiais e sargentos tinham que intervir devido à concentração de soldados apenas em um lado da tropa.

Durante algumas *formaturas* gerais, o comandante se utilizava de um binóculo para observar quem se mexia ou não sabia cantar a canção. Os sargentos da 3ª Seção ficavam fora de forma, andando de um lado para o outro, com a finalidade de fazer a mesma observação.

Mesmo assim, em *formaturas* demoradas, percebi sargentos sussurrarem reclamações como “deixa de falar merda” ou “ele está repetindo o que já falou” ou algum xingamento ao comandante. Nas vezes em que fiquei fora de forma, pude ver que o Subcomandante, em forma, não permanecia imóvel, sendo o que mais se mexia. Os sargentos mais antigos também se destacavam na falta de imobilidade, porém o Major Subcomandante e os capitães eram os que mais evidenciavam este procedimento, embora fossem os que mais cobravam imobilidade e marcialidade da tropa.

Dois sargentos raramente participavam das *formaturas* gerais. Os oficiais tomavam conhecimento, os demais sargentos comentavam, mas nunca alguém tomou medida a

respeito. Constantemente o comandante mandava o Oficial-de-Dia verificar se havia alguém pelo batalhão durante a formatura, alguns Of Dia relacionavam o que estavam nesta situação e entregavam ao comandante, mas nunca surtiu efeito. O alojamento e suas respectivas seções eram geralmente o destino destes sargentos.

Dia 28 de julho houve uma *formatura* em comemoração ao Aniversário do Batalhão. Nesta formatura, foram entregues diplomas de *Amigo do Batalhão*, *Colaborador da Instrução e Além do Dever*. A *formatura* foi muito longa. Oficiais e sargentos se mexiam; os recrutas se destacaram pela imobilidade, alguns passaram mal, caindo em forma e saindo carregados por companheiros. Não vou me deter nos dois primeiros diplomas, pois se destinam ao público externo. Quando ao diploma *Além do Dever*, o Cmt o concedeu para aqueles militares que julgava trabalharem mais do que deveriam, que faziam além do que eram obrigados pela respectiva função. Uma quantidade significativa de militares recebeu o diploma em questão. Os demais comentavam que era o diploma dos “babões”. Um Subtenente que não recebeu fez este comentário a uma Tenente que recebeu, dizendo que se surpreendeu por ela ter recebido, pois é o diploma de quem “baba”.

Comentava-se também que no 31º BIMtz, devido ao efetivo reduzido, praticamente todos os militares faziam mais do que simplesmente as suas atribuições. Assim, o Cmt estaria desestimulando os militares que não foram reconhecidos por ele. Dizia-se também que alguns militares muito esforçados, que se doavam bastante ao serviço, por não fazerem isto para chamar a atenção do Cmt, não haviam recebido o diploma; em contrapartida, militares que nitidamente se esquivavam das missões, por constantemente se autopromoverem perante o comando, receberam-no.

No dia 11 de agosto houve a formatura de entrega da *boina verde-oliva* aos soldados incorporados em julho (grupamento “B”). Esta boina é entregue aos soldados

que participaram do acampamento do Período Básico. Com a boina os soldados passam a ter autorização para saírem do quartel fardado com o uniforme camuflado. Antes disso só podem sair à paisana. Esta solenidade é realizada com a presença dos familiares dos soldados e é nítido o orgulho que sentem ao verem seus filhos uniformizados, em *formatura*, pela primeira vez. Os soldados que por qualquer motivo não participaram de todo o Acampamento, não podem receber a boina e são chamados de boinas-rosa por seus pares. Um soldado que torceu o tornozelo durante o acampamento, não concluindo o exercício, durante a solenidade foi deixado em *forma* junto com os outros, porém não lhe foi disponibilizada uma boina para que recebesse. Enquanto todos os demais recrutas recebiam suas boinas de seus parentes, o referido soldado continuava de gorro. Sua família, constrangida, assistia à formatura, sem poder participar junto com as demais do referido ritual. Um Sargento, vendo a situação constrangedora e humilhante para o Soldado e sua família, pegou uma boina de um Sd EP, que estava fora de forma, e colocou na cabeça do Sd EV em questão. [COMENTAR OU RETIRAR ESSE

PARÁGRAFO]

Alguns soldados EV não participaram desta formatura porque chegaram atrasados devido ao fato de estarem de serviço no dia anterior e não terem sido substituídos no serviço a tempo. Esta foi mais uma situação constrangedora, pois os soldados tinham convidado seus familiares para a solenidade, porém, os respectivos familiares não puderam ver seus filhos participarem da formatura, nem puderam entregar-lhes suas boinas. Um Sgt percebeu a falha que houve por parte dos oficiais, que não conseguiram coordenar a solenidade com os serviços diários, e criticou a falta de atitude do Cmt Cia Fuz, pois o problema estava acontecendo com os soldados e seus familiares e o referido comandante estava em sua sala, nas instalações da companhia [COMENTAR OU RETIRAR].

Embora nas segundas-feiras seja prevista *formatura* geral do Btl, no dia 07 de agosto não houve, devido ao acampamento da Cia Fuz. Já no dia 14 de agosto, quando cheguei ao quartel, ninguém na CCAp estava pronto para a *formatura*. A Reserva de Armamento estava fechada, os soldados estavam de 4º B (sem gandola) e os Sgt me perguntavam se haveria *formatura*. Em momento algum qualquer oficial avisou que não haveria *formatura*. Nem mesmo havia tropa em campo neste dia. O Subcomandante chegou na CCAp para pegar a sua pistola, pois o armamento dos oficiais do EM fica guardado nesta Cia. Assim, mandei que a CCAp se preparasse para a *formatura*. O Sargenteante colocou os soldados em *coluna por um* para preencher o Mapa da Força, “tirava as faltas” e o pessoal ia entrando em *forma*, já no local de espera para a *formatura*. O Subcomandante reclamava que a CCAp deveria se organizar para a *formatura* antes de descer para o local de espera. A *formatura* começou com atraso e demorou mais de uma hora. O Cmt falava de sua ida à cidade de João Pessoa, na semana anterior. Falou que devido a isso ele conseguiu que o 31º BIMtz entrasse no rodízio do “Trecho” (duplicação da BR-101). O fato de participar desta obra significa para os militares o recebimento de diárias, por isso, o Cmt falava com tanta animação que o Btl iria participar da missão. Porém, esta promessa era só embuste, pois, o Batalhão não chegou a participar. O Cmt transmitiu a mensagem com grande empolgação, como se estivesse motivando os seus subordinados e aumentando sua liderança sobre os mesmos. Porém, não era este o sentimento da tropa. Na ceia do dia 16 de agosto, os sargentos de serviço reclamavam que se entrássemos no “trecho” seríamos prejudicados e o recebimento de diárias não seria compensatório. A escala de serviço no Btl já era “apertada”, estávamos participando da Operação Pipa e tínhamos que dar conta das nossas atividades administrativas e de instrução; assim, se algum efetivo se ausentasse do Btl para permanecer no “trecho” a cada 15 dias, os demais ficariam sobrecarregados. Falaram ainda, que na *formatura* o Cmt

contou a notícia como se estivéssemos “vibrando”, mas que, mesmo durante a formatura, só escutávamos os resmungos de sargentos o xingando. Diziam que para o Cmt a missão era muito boa, pois ele pega a viatura com ar-condicionado, dá um passeio e ganha dinheiro para isto. [COMENTAR OU RETIRAR]

No dia 25 de agosto houve *formatura* em homenagem ao Dia do Soldado. Nesta solenidade ocorreu o Juramento à Bandeira, pelos soldados recrutas. No discurso do Cmt foi dada ênfase ao culto a Duque de Caxias, como um exemplo a ser seguido pelos soldados. Transmitindo o discurso estabelecido pela memória oficial, o Cmt colocava Caxias como um militar que dedicou a vida à profissão, um militar que seria a própria encarnação da hierarquia e da disciplina. Assim, o Cmt buscava fazer com que os soldados admirassem esta figura histórica, buscando serem militares disciplinados³⁸.

Nesse espírito, o conteúdo das mensagens transmitidas pelos chefes militares em relação a Caxias e ao Dia do Soldado teria o objetivo de funcionar simbolicamente, no plano interno à instituição, como um “antídoto” contra a indisciplina e a politização dos militares. (CASTRO, 2002, p. 20)

No dia 28 de agosto, houve *formatura* geral, de início de expediente, à tarde, durando esta mais de uma hora. Cerca de oito soldados passaram mal, tendo que sair de forma, pois fazia muito calor neste dia. Durante a *formatura* o Cmt falava da Semana do Soldado, de sua importância para a instituição e o sucesso que havia sido.

Em 21 de setembro houve *formatura* para entrega de medalhas da Força Expedicionária Brasileira e diplomas os soldados EV que mais se destacaram durante o ano de instrução. Quanto às medalhas, estas eram honorarias que o Cmt concedia, em tese aos que tivessem realizado algum ato relevante para a FEB, porém, na prática, fazia a concessão às pessoas de quem se agradava. Neste dia, até a companheira do Subcomandante recebeu a referida medalha.

38 Para maiores detalhes sobre o culto ao Duque de Caxias, ver: CASTRO, Celso. **A Invenção do Exército**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

Já os diplomas aos soldados eram os seguintes: *Praça Mais Distinta*, *Melhor Aptidão Física* e *Melhor Atirador Combatente*. Estes diplomas são uma forma de reconhecimento do esforço e habilidades dos recrutas, bem como uma forma de, durante o ano, estimulá-los a se destacarem, tendo em vista a possibilidade de recebimento dos referidos diplomas.



Figura 16: entrega de diplomas aos soldados EV que se destacaram em 2006 (foto do Cb Flávio Petrônio Leite, 2006).

No dia 14 de novembro, houve *formatura* em comemoração à Proclamação da República, durante a qual foram entregues várias medalhas da FEB, para alguns militares que agradavam o Cmt e algumas autoridades civis da cidade. Durante a *formatura* vários sargentos se mexiam em forma, dando a entender que estavam saturados daquele tipo de solenidade. Após a *formatura* os sargentos comentavam sobre o excesso de medalhas da FEB que eram distribuídas pelo comando do Btl, o que banalizava a honraria. Diziam que até um tenente de carreira conhecido por não fazer nada no Btl, se esquivando das missões, foi condecorado.

Em 19 de novembro, domingo, houve *formatura* devido ao Dia da Bandeira. Todos os anos, independentemente do dia da semana em que caia a data, é realizada uma *formatura*, por volta do meio-dia. Em 2006, se iniciou às 11h 30min. Não havia público externo, mas praticamente todo o ritual foi seguido. Os sargentos reclamavam da obrigação de se comemorar a data, independentemente do dia da semana e no horário de meio-dia. Diziam que não faria a menor diferença fazer a *formatura* no dia seguinte e em um horário no qual a temperatura fosse menos desagradável. No final da solenidade, nem mesmo os oficiais intermediários e superiores aguentavam mais, desta forma, não se obedeceu ao ritual de desincorporação da Bandeira, bem como a Cia Fuz não saiu do local de *formaturas* em forma, com a finalidade de abreviar a finalização da cerimônia.

XIV – O TREINAMENTO FÍSICO

No mês de março, nos dias de quarta-feira havia preparatória (parte do TFM constituída de alongamento e aquecimento) centralizada, ou seja, todos os integrantes do batalhão realizavam o aquecimento e o alongamento juntos, no campo de futebol. Para isto, após as faltas serem tiradas nas companhias, seus efetivos eram conduzidos em forma, correndo para o local da atividade. O guia era um tenente ou sargento. Todas as praças ficavam em forma e os oficiais fora de forma, à retaguarda da tropa.

Os oficiais e sargentos envolvidos na instrução dos recrutas não executavam o aquecimento, mas ficavam andando entre as fileiras e colunas de recrutas, corrigindo-os, sempre de forma enérgica. Os membros do efetivo profissional que não estavam envolvidos na instrução eram liberados para realizarem livremente a corrida e os oficiais e sargentos envolvidos na instrução iam correr dentro do quartel com os pelotões de recrutas. Corriam praticamente durante todo o tempo de TFM, sempre cantando com a

tropa. O tenente comandante do pelotão ia à frente, conduzindo a tropa, e um sargento ao lado, levando a canção. Alguns soldados EV não aguentavam e iam ficando para trás, mas logo eram forçados pelos sargentos a acompanhar o pelotão.

Após as corridas, geralmente iam para as companhias fazer flexão de braço na barra e no solo. Logo que incorporaram, a maioria dos recrutas apresentava dificuldades em realizar os exercícios. Por isso, os instrutores e monitores gritavam, forçando-os a realizar os exercícios. Em momentos como este era comum que outros militares profissionais se aproximassem e participassem da gritaria e da chacota aos recrutas.

No dia 08 de março, após a rotina mencionada acima, um tenente perguntou se alguém queria ir embora do Exército. Um Sd EV levantou o braço dizendo que queria; os profissionais que estavam na área da companhia começaram a rir e ridicularizar a atitude do recruta, dizendo que ele achava que estava em uma escola, de onde poderia sair quando quisesse.

No dia 22 de março, após o alongamento e aquecimento centralizados, o comandante colocou o batalhão em posição para uma corrida externa. Antes de sair, mandou que as companhias providenciassem os símbolos do batalhão e das companhias. A corrida se iniciou com o comandante levando a contagem, em seguida ficou a cargo das companhias.

Ao retornar ao quartel o comandante colocou o batalhão em forma e utilizou-se da palavra para elogiar o fato de todos os militares terem chegado juntos. Enquanto o comandante falava, a tropa permanecia na posição de descansar, imóveis, exceto os oficiais, os quais estavam à vontade na retaguarda. Dois tenentes se dirigiram à ambulância para beber água. Foram vistos por um capitão, o qual, após a liberação das frações chamou os tenentes e os repreendeu, perguntando se gostariam de estar falando para um pelotão e um soldado saísse para beber água. O Cap disse que os tenentes

deveriam dar exemplo, pois os sargentos viram o fato, o que era muito ruim para a disciplina.

Durante o almoço deste dia, estavam presentes à mesa um Cap e alguns tenentes. Foram feitas várias críticas à corrida centralizada; falou-se que ela prejudica os militares, pois, os que correm abaixo da média têm que se esforçar demais e os que correm um pouco mais têm que manter um passo curto, que força muito os joelhos; falou-se que o princípio militar de “quem sai junto chega junto” só se aplica à fração de nível pelotão, mas é inadequado para todo o batalhão; criticou-se o uso de símbolo na corrida, principalmente com fuzil sem munição³⁹, o que é um risco para a segurança. Criticou-se ainda, o fato de o comandante ter dito que queria realizar uma corrida centralizada, na qual os militares deveriam estar de calça e coturno, pois isto seria ainda mais prejudicial. Brincou-se com as tenentes, questionando se elas correriam com o busto nu.

No mês de junho houve as Olimpíadas da 7ª Bda Inf Mtz, na cidade de Natal/RN. No dia 26 do mesmo mês, quando a comitiva já havia retornado ao Batalhão, sargentos comentaram comigo que durante a referida Olimpíada, o capitão que chefiava a comitiva do 31º BIMtz proibiu que os integrantes da comitiva saíssem no quartel do 17º Grupamento de Artilharia de Campanha (17º GAC), a não ser para competir e torcer para as equipes do 31º BIMtz que estivessem competindo. Mesmo os que não estavam competindo, foram obrigados a assistir a algumas outras competições. Porém, durante estas competições, ficaram parados, em silêncio, enquanto a torcida adversária torcia sozinha.

Durante o ano de instrução são realizados três Testes de Aptidão Física (TAF). Nestes testes os militares realizam os seguintes exercícios: corrida de 12 minutos, flexão de braços na barra fixa, flexão de braços no solo; abdominal e meio sugado. Estes testes

³⁹ Os símbolos das companhias e do batalhão são uma espécie de bandeirola fixada em uma haste de ferro que fica enroscada no cano de um fuzil 7,62.

são importantes para os militares de carreira porque contam pontos para a valorização do mérito, o que influencia nas promoções por merecimento. Já os militares temporários, têm que ter, no mínimo, menção “Bom (B)”, para poderem prorrogar os respectivos tempos de serviço por mais um ano. Cada TAF é realizado em duas chamadas, assim, os militares que não podem comparecer à primeira chamada por motivo de serviço ou saúde, realizam a segunda chamada. Quando alguém falta as duas chamadas a ordem do Comandante é deixar o militar com menção “Insuficiente (I)”. Porém, quando o faltoso é amigo de algum membro da Comissão para a Aplicação do TAF, este coloca uma menção para o faltoso, como se ele tivesse realizado o TAF. Nesta situação fala-se que foi realizado um TOF, Teste de Opinião Física.

Julho é um mês de chuva em Campina Grande, por isso, a pista de corrida no Batalhão fica encharcada, com muitas poças de lama. É neste mês que se realiza o 1º Teste de Aptidão Física (TAF). O Cap Chefe da 3ª Seção quis fazer o 1º TAF fora do quartel, em local apropriado, que não prejudicasse os militares que o executariam. Porém, o Comandante não autorizou, determinando que fosse realizado na pista do Batalhão. O Cap não gostou da atitude do Comandante, passando a aplicar o Teste com total desleixo. O Cap contava os exercícios dos executantes sem atenção, propositalmente errando a contagem e aumentando os índices. Tal atitude do Cap se deu pelo fato de o mesmo não ter aprovado a determinação do Comandante, a qual prejudicava o desempenho dos executantes do TAF, devido ao chão encharcado. Computando errado, para mais, a quantidade de exercício que cada militar fazia, procurava compensar o prejuízo causado pelo ordem do Comandante. O TAF do dia 22 de novembro não foi muito diferente.

A partir de agosto, já praticamente não havia mais TFM previsto em QTS. A maioria dos militares do Efetivo Profissional se dedicava à prática desportiva (futebol ou vôlei) ou ao treinamento físico livre. Nas companhias era escalado um Sgt para ocupar os

soldados EV com alguma corrida em forma, no interior do quartel, após a corrida, um longo intervalo para que o Sgt ficasse logo livre para fazer o que quisesse durante o TFM. Não era permitido que qualquer militar saísse para correr externamente sozinho; as corridas externas somente eram autorizadas com, no mínimo, três militares, sendo ao menos um deles oficial ou sargento. Na prática ocorria de saírem em duplas para correr; o S Cmt frequentemente saía só, ou com algum Cap.

No mês de setembro, em praticamente todos os dias houve jogo de futebol, durante o TFM, entre alguns oficiais e sargentos do Btl. O jogo de futebol, ou prática desportiva livre não era prevista em QTS, pois nem havia QTS na maioria das semanas. Porém, o próprio Comandante e o S Cmt participavam da maioria dos jogos. No dia 13 do mês em questão estavam os dois jogando futebol com os sargentos e um cabo estabilizado (ordenança do Cmt). Antes de se iniciar o jogo, o Cmt convidou um Sgt que caminhava em volta do campo para participar do jogo, este recusou jogar, pois não pretendia jogar com um Cmt do qual não gostava. Durante o jogo, o Cmt e o S Cmt ficaram bem próximos à trave adversária, esperando bolas para chutá-las em direção ao gol. Como erravam muito, os sargentos ficavam rindo e brincando (de forma que os oficiais superiores não escutassem), diziam coisas como “não acerta uma”, “de novo?”, “fica só na banheira e ainda erra”, “até que em fim fez um gol” etc. O time do Cmt estava sempre com jogadores a mais que o time adversário. Quem ia chegando próximo ao campo ele convidava para jogar, entrando no time dele. Além desta, em tom de brincadeira, o Cmt cometia outras arbitrariedades, como puxar um Sgt pela camisa e cometer outras faltas sem que o time sofresse sanção; bem como cobrar as faltas cometidas pelo outro time. Ou seja, era jogador e juiz ao mesmo tempo, apitando sempre em favor de seu time e de forma que ele fosse sempre o responsável pela vitória. Uma

análise psicológica da forma como o Cmt atuava em campo talvez possa revelar a sua postura diante do comando do Batalhão.

Durante o TFM do dia 14 de setembro, a Cia Fuz realizou uma longa corrida externa, pelo bairro do Alto Branco. Alguns Sd EV não aguentaram e foram ficando para trás. Um Cb e um Sgt foram designados para acompanhá-los, para que não fossem andando sozinhos pela cidade. Quando estávamos perto de chegar, passamos pelo Sgt com dois soldados, andando em direção ao quartel. O Sgt reclamava em voz alta, dizendo que os soldados não tinham vergonha nem moral por chegarem andando, fora de forma com a Companhia. No quartel, quando alongávamos, o Cb chegou dizendo que levaria outros dois soldados à Enfermaria, pois estavam passando mal. O mesmo Cb reclamou, gritando com os soldados, pois eles haviam parado para beber água em uma torneira no caminho.

Durante todo o ano não era comum que os comandantes de companhia participassem do TFM com a tropa, inclusive quando o TFM era realizado com todos os soldados da companhia. Nem mesmo participavam todos os tenentes ou sargentos. O normal era participar a massa dos soldados EV, alguns cabos e soldados EP, poucos sargentos (no máximo 03) e um Tenente. Desta forma, o efetivo de oficiais e sargentos era insuficiente para controlar de 100 a 190 soldados EV. Com isso, soldados EV brincavam e conversavam enquanto corriam, causando reclamações por parte daqueles que tinham que se desdobrar para manter a tropa de forma marcial enquanto realizavam as atividades físicas, sobretudo as corridas.

XV – ATIVIDADES RELIGIOSAS

Durante a reunião de oficiais do dia 24 de março o Comandante perguntou se havia algum voluntário para ir à missa, no dia 25, sábado, de comemoração dos 25 anos de ordenação do Padre da paróquia do bairro onde se encontra o quartel. Apenas 04 oficiais foram voluntários, a saber: o S Cmt, o Cap e os 02 Tenentes mais antigos. Então o Comandante falou que era um evento importante e disse que os comandantes de companhia e os comandantes de pelotão seriam obrigados a ir, bem como os demais oficiais que ele viesse a escalar, independentemente do credo religioso. Para justificar esta ordem, o comandante disse que se tratava de uma missão de representação do Batalhão, e que como militares teríamos que ir. O Comandante perguntou o motivo pelo qual os oficiais não eram voluntários e falou que um a um, todos fossem à sua sala para que tivessem os motivos avaliados. Apenas 02 conseguiram ser dispensados. O Comandante determinou, ainda, que todos os Soldados EV fossem à missa, bem como uma representação de Sargentos e Cabos e Soldados EP.

As reclamações ocorreram em todos os círculos hierárquicos. Os oficiais comentavam que era um absurdo impor que todos fossem a uma cerimônia religiosa e que o poder estava subindo à cabeça do Comandante. Entre as praças houve grande insatisfação por parte dos evangélicos. Alguns sargentos foram falar com os Cmt Cia, para que assessorassem o Comandante com relação à liberdade de culto, para que não obrigasse os soldados não católicos a comparecerem à missa. Na Cia Fuz, os Sgt evangélicos falaram com o comandante da Cia que se fossem à missa, iriam ficar parados na porta da igreja, assim, o Cmt Cia Fuz escalou apenas três Sgt e três Cb católicos, além de todos os soldados EV. Na CCAp o Sgt evangélico mais antigo reuniu os soldados evangélicos, em forma, e criticou a atitude do Comandante, explicando que era errada, mas que, como evangélicos, deveriam cumprir as determinações das autoridades;

deveriam ir à missa, reter o que fosse positivo, sem manifestar resistência à autoridade que deu a ordem.

No mesmo dia 24, houve uma palestra de um civil sobre motivação, para Of, Sgt e Cb Est. No decorrer da palestra, o palestrante perguntou aos militares se iriam à praia no dia seguinte, e se não iriam, qual seria o motivo. Vários militares falaram, intermitentemente, de forma que não era possível identificar os que falaram: “não, pois vamos à missa”. Tal resposta foi dada em um tom de crítica e ironia, de forma que fosse mantido o anonimato, na presença do Comandante, o qual ficou olhando para trás, contorcendo o corpo para identificar os críticos. Como a palestra não estava agradando a maioria dos presentes, vários sargentos continuaram resmungando e reclamando entre si. Dois oficiais comentaram comigo que a tropa ia acabar se revoltando contra o Comandante, devido ao seu modo arbitrário de agir.

Participaram da missa do dia 25 de março praticamente todos os Sd EV e tenentes, havia três capitães, os sargentos mais modernos, o Comandante e o Subcomandante; poucos cabos e soldados EP, pois, estes estavam na escala de serviço de 24h/24h. Os Sd EV estavam distribuídos por pelotões, alguns ocupavam colunas inteiras de bancos e outros estavam em pé à retaguarda. Cada Pelotão tinha um sargento da fração junto aos soldados. Os oficiais intermediários e superiores participaram na primeira fila, cumprindo todo o ritual religioso. Porém, todos os tenentes ficaram do lado de fora da igreja, perto da porta conversando. A missa durou cerca de três horas e durante todo o tempo os tenentes conversavam e contavam piadas. Falaram da possível homossexualidade do Ex-comandante, criticaram a forma de agir do atual e de um Capitão conhecido por falar mal de todos os demais militares ao Comandante. Também foi falado sobre um Tenente que serviu no 31º BIMtz nos anos de 2002 e 2003 que processou e denunciou à justiça alguns oficiais intermediários e superiores. Na missa os tenentes falavam que o referido tenente

estava fazendo falta, pois se ainda estivesse no Batalhão o Cmt não estaria fazendo o que fazia como obrigar que militares não católicos fossem a uma missa.

No mês de maio, o Comandante combinou com um pastor evangélico para que fosse realizado um culto por semana no quartel. Esses cultos deveriam ocorrer nas quintas-feiras, pela tarde. O Comandante denominou estas atividades de Momento Religioso. Dizia que não era um culto, para evitar deixar ainda mais explícito a doutrinação, a violação do direito à liberdade de crença por parte dos soldados. Nas palavras do comando, tratava-se apenas de um momento em que eram exaltados valores religiosos necessários à atividade militar.

O primeiro destes encontros foi na tarde do dia 18 de maio, quando houve um momento religioso, dirigido por um pastor evangélico. O Comandante determinou que todos os soldados EV deveriam estar presentes. E estavam, independentemente da crença de cada soldado, todos eram obrigados a participar de um culto evangélico.

Nos dias 22 e 23 de maio foi realizado um levantamento sobre as religiões dos integrantes do Batalhão. No dia 25 de maio houve a Páscoa dos Militares de Campina Grande – uma missa com a participação dos militares do Exército, Polícia Militar e Bombeiros Militares. Com base nos dados levantados, todos os católicos foram obrigados a participar do evento. Os cabos e soldados foram obrigados a irem a pé, em forma, para a igreja; alguns conseguiram escapar do deslocamento a pé e outros conseguiram deixar de ir ao evento, sem que tivessem suas faltas percebidas pelos superiores hierárquicos.

No final da tarde do dia 23 de agosto aconteceram atividades religiosas no Batalhão em comemoração ao Dia do Soldado. Todos os militares do Efetivo Profissional que haviam se declarado católicos, evangélicos ou espíritas foram obrigados a se fazerem presentes na respectiva atividade religiosa. Porém, todos os recrutas, independentemente da convicção religiosa de cada um, foram obrigados a se enquadrarem em uma das três

opções. Na CCAp o Sargenteante deixou bem claro que não queria ver nenhum recruta à toa. Neste dia o expediente acabou uma hora mais tarde, ao fim das atividades religiosas.

XVI – CONFRATERNIZAÇÕES

Durante a reunião de oficiais do dia 04 de abril foram distribuídos os convites para o 1º Chá das esposas dos demais militares, com a esposa do Comandante. Um Cap alertou o Comandante, falando que é perigoso que um convite como este seja utilizado contra o comando, por algum Sargento na justiça, pois estava em nome da esposa do Comandante e poderia ser caracterizado como mau uso do dinheiro público. O Comandante respondeu que não iria voltar atrás e que, se um Sgt fizesse isso, iria se dar mal. No final do expediente Cabos estabilizados comentavam que suas esposas nunca foram para confraternizações do comando e não iriam para esta; um deles brincou dizendo que mandaria uma prostituta. Apenas 10 esposas de sargentos e cabos estabilizados confirmaram a ida ao chá, já entre as esposas dos oficiais praticamente todas confirmaram.

No mês de abril o Comandante marcou um jantar compulsório com os cabos e soldados EP. Estes reclamaram para seus comandantes de Companhias quanto à obrigatoriedade de jantar e ao dia em que foi marcado (sexta-feira).

No dia 18 de maio foi realizado um levantamento dos voluntários para participar de um jantar de confraternização pelo Dia das Mães. Não houve nenhum voluntário na Cia Fuz, apenas dois sargentos voluntários na CCAp e quatro capitães do EM. Quando o Subcomandante soube do baixo índice de voluntariado chamou os comandantes das companhias e disse que a falta de persuasão dos mesmos tinha gerado o não voluntariado de seus subordinados. O Subcomandante disse ainda, que a falta de voluntários dava a

impressão de que havia um clima ruim no quartel e que por isso os militares não queriam se voluntariar. Não sabia o Subcomandante que era exatamente este o motivo. Conversando com tenentes e sargentos, grande parte deles reclamava que não aprovavam a forma como o atual comandante conduzia o Batalhão, que o clima estava péssimo e que não tinham motivação nenhuma para participarem de confraternizações organizadas pelo Comandante, ou mesmo que ele estivesse presente.

No dia 09 de outubro o Cap chefe da 4ª Seção comprou um relógio para dar ao Cmt por causa de seu aniversário. Todos os oficiais tinham que dar R\$ 10,00. Esta contribuição era “voluntária”. Uma Tenente tinha uma relação dos oficiais do Batalhão, onde marcava os que haviam contribuído ou não. Assim, todos se sentiam (e realmente eram) obrigados a contribuir, pois eram coagidos subjetivamente a isso. Somente eu e outro Tenente não contribuimos. Este oficial me disse que não tinha motivos para presentear o Comandante, pois não gostava do mesmo e era uma forma de demonstrar insatisfação. Os demais tenentes também não queriam contribuir, também pelo motivo de estarem insatisfeitos com o Cmt, mas falaram que caso não contribuíssem seria pior, o Cmt iria ficar com raiva e persegui-los. No final do dia a Tenente que recolhia as contribuições me informou que os capitães chefes da 4ª e da 2ª seções haviam perguntado quem não tinha contribuído com o presente do Comandante, o que demonstra o interesse do comando em saber quem estava insatisfeito ao ponto de deixar explícita a insatisfação, através da não colaboração.

No dia 24 de novembro um Sgt QE me falou da confraternização que estavam organizando, para a sua despedida e de um Subtenente, os quais estavam indo para a reserva remunerada (se aposentando). Disse que o ST não queria a presença do Cmt, que se o TC conversasse com o Sgt QE sobre o assunto, que o Sgt dissesse logo que o ST não queria convidá-lo. Porém, o Cmt havia chamado o ST para participar de um encontro de

paraquedistas militares, na mesma data em que estava marcada a confraternização. Assim, o ST se viu obrigado a explicar o motivo pelo qual não poderia ir e a convidar o Cmt para a confraternização.

XVII – OUTRAS ATIVIDADES/OUTROS ASPECTOS

No dia 21 de agosto foi iniciado um seminário em comemoração à Semana do Soldado, no Teatro Municipal Severino Cabral. O Cmt fez questão de, antes de iniciar as palestras, se fazer a leitura de seu currículo e do Subcomandante. Leitura nada resumida. Incluía todas as promoções e transferências, com as respectivas datas; medalhas que possuíam; e cursos e estágios realizados, com destaque à afirmação do curso da AMAN, como Bacharelado em Ciências Militares e da ESAO, como Mestrado em Ciências Militares (apesar de este curso não ser reconhecido como uma pós-graduação *strictu sensu*, os oficiais superiores e intermediários, em geral, se afirmam possuindo título de Mestre). As palestras foram proferidas pelo Cmt e S Cmt. O primeiro falou sobre a profissão militar, e o segundo sobre o Duque de Caxias.

Na noite de 25 de agosto, ainda em comemoração à Semana do Soldado, houve um denominado “Momento Cultural”, realizado no Centro de Convenções de Campina Grande. Neste evento, participaram a banda de música do 15º BIMtz, o Coral Coro em Canto e a Orquestra Sanfônica da Paraíba. Todos os oficiais e sargentos e uma parcela dos cabos e soldados foram obrigados a comparecer ao evento. Alguns sargentos registraram a presença na entrada, e logo em seguida se retiraram. Os cabos e soldados, algum tempo depois do início do evento, saíram do auditório e ficaram andando pelo Centro de Convenções, se concentravam principalmente no banheiro, onde aproveitavam para fumar e conversar. Nos intervalos entre uma apresentação e outra, havia um lanche para os integrantes do grupo que tinha se apresentado, porém, o Cap chefe da 4ª Seção

aproveitava para consumir também, apesar de que não era permitido o consumo por militares. Na plateia poucos não estavam compulsoriamente. A maioria era constituída de militares. Outra grande parcela eram os membros dos grupos que iriam se apresentar. Havia também alguns parentes de militares e não mais que 20 outros espectadores. O baixo público não condizia com a qualidade dos grupos que se apresentaram no evento. Mas, à forma atabalhoada pela qual o Cmt do Btl o planejou e organizou. Duas semanas antes da Semana do Soldado o Cmt teve a ideia de executar um Seminário de dois dias, uma Formatura Militar e o Momento Cultural. Desta forma, não restou mais que dois dias para divulgar o evento. Além disto, após ter elaborado os folders para divulgação do evento, já constando o local de cada atividade, o Cmt descobriu que o uso do Centro de Convenções não seria gratuito. Havia assumido uma dívida de R\$2.500, 00, pois o Governo do Estado da Paraíba havia assumido os outros R\$2.500,00, de um total de R\$5.000,00 necessários para utilizar o auditório do Centro de Convenções por um dia. Como o Cmt pagou, eu não consegui saber, mas o valor foi pago, mesmo sem o Btl dispor de verba para esta finalidade (oficialmente ele disse que convenceu o Governo a pagar a outra parte também). Na semana seguinte ao evento, o Cmt manda enviar um relatório fotográfico ao comando da 7ª Bda Inf Mtz, mostrando o sucesso de toda a Semana do Soldado. Nas fotografias, o Cmt aparecia ao lado das autoridades da cidade, parecia haver grande público em todas as atividades e as atrapalhações do Cmt eram inexistentes.

4.2. Gírias e expressões informais na caserna

ABOSTAR – Relaxar;

ACOXAMBRAR – Fazer corpo mole ou não se dedicar a alguma atividade, fazendo-a mal feita;

ALTERAÇÃO – Algo que foge à normalidade, algo não previsto, transgressão;

BISONHAR – Errar, se atrapalhar;

BIZÚ – Conselho, algo bom;

BIZULEU – Fala-se que é “o Bizú do Soldado que se fudeu”, ou “Bizú errado”. É um conselho que pode prejudicar aquele que resolver segui-lo;

BOCA BOA – Missão cujo cumprimento acarrete vantagem ao militar;

BOCA PODRE – Missão cujo cumprimento traga algum prejuízo ao militar;

BOSTEJAR – Falar alguma coisa, mesmo que sem importância, para um público, discursar;

BREVET - Refere-se aos símbolos e nomes de cursos e estágios que os militares usam na farda, por terem realizado os mesmos;

CAGAR – Não se preocupar com determinada ordem, missão ou problema qualquer, não cumprindo-os ou não resolvendo-os;

CAGAR O PAU – Cometer um erro;

CAPA PRETA – Juiz;

CELOTEX – Quadro de avisos;

COLAR AS PLACAS – Ficar sem reação diante de alguma situação;

DE BOLO – Algo mal feito;

ESTAR NA MERDA – Estar em situação difícil;

FARÂNDULA – Bagunça;

GUERREIRO – Forma como normalmente os superiores hierárquicos chamam os soldados; quando utilizado para referir-se a alguém mais moderno que não seja soldado, é tido como uma forma pejorativa.

GUERRILHEIRA – Mulher feia e fácil;

JANGAL – Situação difícil;

JURUNA – Sargento QE;

JUSTICEIRO – Militar que recorre à justiça comum para resolver problemas da caserna;

JOGAR PARA A BUNDA – Prejudicar ou deixar alguém em situação difícil;

LANÇAR – Participar alguma transgressão ou qualquer outro tipo de alteração;

LARANJEIRA – Militar que mora no quartel;

LOBINHO – Sargento recém-formado;

LIXO – Militar julgado incompetente;

MIJAR – Reclamar com alguém, dar lição de moral;

MOITA – Militar discreto, que não chama a atenção para si;

MOCORONGO – Militar despreparado;

MORAL DE CUECA – Aquele que cobra algo de seus subordinados, mas ele próprio não faz;

NO ROPE - Às pressas;

PAGAR – Passar por castigo físico;

PAISANÃO – Militar julgado sem postura própria a um militar;

PAPIRAR – Estudar;

PÉ PRETO – Militar que não possui curso operacional, como Paraquedista, Guerra na Selva ou Comandos;

PEIXE – 1) alguém que é protegido por militar mais antigo; 2) militar que é perseguido por outro mais antigo, também chamado de “peixe podre” ou “peixe negativo”;

PICA FUMO – Alguém muito moderno, ou mais moderno que aquele que fala;

PLOTAR – Encontrar alguma alteração;

POR O MEU/SEU/DELE NA RETA – Deixar alguém exposto a ser prejudicado devido a algum ato praticado por outro;

RABO FINO – Alguém muito moderno, ou mais moderno que aquele que fala;

RALAR – Praticar alguma atividade que exija grande esforço físico;

R-QUERO – Quando algum superior hierárquico dá ordens arbitrárias, não baseadas nos regulamentos, diz-se que ele está se baseando no R-QUERO, ou seja, na sua própria vontade, o termo faz analogia à denominação dos regulamentos militares;

SANGUE AZUL – Oficial que não gosta de se aproximar das praças por se julgar uma pessoa de melhor qualidade;

SANHAÇO – Dificuldade;

TORAR - Dormir, cochilar;

VIBRADOR – Militar que aparenta gostar da profissão e das atividades a ela inerentes;

XERIFE – Recruta escalado para controlar o seu próprio pelotão;

ZARALHO – Bagunça, desorganização.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização da presente pesquisa etnográfica, podemos perceber que a dialética da disciplina e da resistência é observada em todos os segmentos de indivíduos que convivem no dia-a-dia do 31º BIMtz. Apesar do poder institucional envolver todos os atores, estes, tiram proveito das oportunidades de transgressão e de ascensão que a instituição lhes oferece. Em uma Instituição Total como o 31º BIMtz, podemos perceber as formas Foucaultianas de disciplinamento e docilização dos corpos, as quais se dão no cotidiano da vida militar, nos detalhes e nas minúcias da vida diária. Para que a disciplina tenha o efeito desejado, todos os envolvidos, independentemente da posição que ocupam

na cadeia hierárquica, têm seus papéis e responsabilidades correspondentes, de acordo com cada esfera de atribuições e com o nível de envolvimento institucional próprio ao respectivo nível hierárquico.

Porém, da mesma forma, em cada nível hierárquico há o respectivo espaço para o cometimento de desvios, para a indisciplina, para a burla ou a transgressão. Ao longo desses espaços, os membros dos diversos postos e graduações obedecem e se contrapõem à ordem institucional. Desta forma, resistem à mesma, de forma muitas vezes anônima, indireta e desordenada ou com baixo nível de organização. Esta resistência não tem a finalidade de revolucionar a instituição militar, destruindo o que se acha errado. Em geral os militares cometem estes desvios somente com a finalidade de gozar o momento presente. Este gozo pode se dar através da tentativa do indivíduo de se livrar das atividades e da atuação institucionais sobre seus corpos, ou obtendo vantagens através da própria instituição. A forma como os diferentes atores agem para transgredir depende, entre outros fatores, da posição hierárquica ocupada. Assim, as transgressões cometidas por praças, membros das camadas mais baixas da hierarquia, são nitidamente percebidas como atitudes contrárias aos interesses institucionais, já os desvios dos oficiais, propositadamente, se confundem com os interesses institucionais, pois estes utilizam a própria estrutura do Batalhão em benefício próprio.

E ainda, o embate entre as imposições da ordem estabelecida e a discreta luta cotidiana contra ela não se dá da mesma maneira durante todo o Ano de Instrução. Durante o Período de Instrução Individual Básica (IIB) há um maior controle das atividades e do tempo dos militares. Praticamente todo o tempo de expediente é empenhado nas atividades de instrução da tropa. Os membros do Efetivo Profissional como instrutores, monitores e auxiliares, e os recrutas têm instruções durante todo o dia, sem nem mesmo contar com folga durante o intervalo do almoço. Assim, resta pouco

tempo para qualquer atividade que fuja do previsto institucionalmente. Por parte dos recrutas, ainda vem a somar a total ignorância com que a maioria ingressa na instituição, com relação à vida na caserna. Nesta fase, as poucas punições aplicadas devem-se ao próprio desconhecimento que os recrutas têm das regras militares.

Porém, com o passar dos meses, após o término da IIB, há o progressivo relaxamento nas atividades de instrução. O tempo passado no quartel passa a ser um tempo de *ócio improdutivo*. Alguns oficiais e sargentos ainda têm atividades administrativas a desempenhar, porém, grande parte do tempo é ociosa. Assim, percebemos um salto no número de transgressões na medida em que o tempo passa. Oficiais e sargentos passam a não ter mais controle sobre a tropa, pois até mesmo o controle passa a ser visto como inútil diante da falta do que fazer; diante ainda, da constatação, por parte dos tenentes e sargentos, de que os capitães e oficiais superiores, se preocupam primordialmente em satisfazer os seus interesses particulares através da instituição.

No embate, percebemos que no quartel do 31º BIMtz, os recursos necessários para que se tenha uma tropa dócil, adestrada e submissa não são utilizados para todos os integrantes da instituição. Quanto mais abaixo na cadeia hierárquica se encontra o indivíduo, mais sujeito às imposições institucionais o mesmo está. Nas camadas mais altas há um grande espaço para o arbítrio dos chefes; arbítrio este que se impõe aos subalternos, mascarado de disciplina. O Batalhão como um todo não funciona conforme as regras nos assuntos administrativos, operacionais ou de instrução; o planejamento do Ano de Instrução não é seguido e a missão principal do Batalhão, formar soldados reservistas, é deixada no segundo plano em nome de interesses particulares dos oficiais que se encontram no comando.

Em geral, oficiais subalternos e praças (sobretudo os temporários) ainda se submetem docilmente às ordens de seus superiores, pois impera o medo da sanção disciplinar, o medo da punição, medo de não ter o respectivo tempo de serviço prorrogado por mais um ano, medo de castigo físico, medo de ser humilhado com uma reclamação sem limites. De acordo com Souza Filho:

O medo é apenas mais uma das experiências sociais que guarda relação direta com a *institucionalização* da vida em sociedade. A sua difusão faz parte da instituição da dominação social e política sobre os indivíduos. É perfeitamente cabível pensarmos a existência de uma verdadeira *cultura do medo* como parte da institucionalização da vida coletiva nas sociedades. Os *mitos de castigos* são ingredientes fundamentais na construção dessa cultura do medo (SOUZA FILHO, 1995, p. 14)

A *cultura do medo* como forma da instituição da dominação social está presente em qualquer organização de nossa sociedade. Porém, em Instituições Totais como os quartéis, é potencializada devido a sujeição militar a um rígido código disciplinar e, muitas vezes, ao arbítrio dos superiores hierárquicos. A vida na caserna não poderia deixar de ser institucionalizada pelo medo, medo que, em tempo de paz, não é de um inimigo externo, mas, da própria forma pela qual o controle social se dá dentro dos quartéis. De acordo, ainda, com o mesmo autor,

A difusão do medo serve para manter todos os indivíduos na *normalidade* da cultura instituída e muitos dos ritos coletivos, alimentados pelo medo, servem para aliviar as tensões psíquicas, funcionando como soluções para desequilíbrios que ameacem a ordem. (ibidem: 16).

Quanto mais baixa a posição que o indivíduo ocupa na cadeia hierárquica, menos finalidade consegue ver nas atividades e nas exigências cotidianas do quartel. Assim, tende-se a criar um sentimento de angústia, por não se fazer nada de útil durante o tempo em que permanecem no serviço militar.

Mas todos os medos, em primeiro lugar, estão associados aos temores de castigo a prováveis faltas, transgressões e desobediências: o que é sempre o temor de colocar a *vida em risco*. Por essa razão, os medos – nossos medos – têm raízes profundas, que os tornam parte efetiva da construção da defesa psicológica dos indivíduos contra o temor de que se instale o desequilíbrio, o caos, a desordem cada vez

que se transgridem leis, normas, valores, crenças e costumes ou quando o homem se volta para a natureza para conhecê-la e dominá-la. (ibidem: 18)

O temor de colocar a “vida em risco” não se refere simplesmente ao medo de falecer. Permanecer no quartel preso, detido ou impedido disciplinarmente, significa para o punido perda de tempo de vida, tempo que poderia ser passado com sua família ou amigos, ou simplesmente descansando, agora deve ser passado no quartel. Além disso, para os militares de carreira, uma punição pode significar mais tempo sem ser promovido, mais tempo de vida cuja passagem é necessária para que possa subir um degrau na cadeia hierárquica, podendo a punição significar alguns anos passados inutilmente quanto à construção da carreira.

Com relação às praças mais antigas (subtenentes, 1º e 2º sargentos), os oficiais precisam estar seguros quanto às ordens a dar, pois, caso contrário, uma ordem abusiva pode resultar em um confronto direto, verbal ou mesmo judicial. Já os oficiais intermediários e superiores se protegem e se beneficiam das diretrizes e medidas tomadas por eles mesmos.

Assim, a Instituição não é tão Total como aparenta ser. Temos um conjunto de indivíduos que, de forma geral, buscam aproveitar da melhor forma o respectivo tempo de permanência da instituição. Esta busca por aproveitar o tempo é limitada pelos ditames institucionais, os quais agem com intensidade diferente nos diversos componentes da hierarquia. Apesar disto, a instituição não deixa de ter suas peculiaridades que a distinguem das instituições civis no aspecto de imposição de suas regras a seus membros. Em um quartel como o observado na presente pesquisa, os indivíduos ainda tem sua individualidade tolhida de forma consideravelmente mais intensa. Este processo se dá visivelmente através da utilização de uniformes, da padronização de corte de cabelo e barba, da Ordem Unida e dos rituais de continência e sinais de respeito a símbolos e

superiores hierárquicos. Estes aspectos são formas de imposição disciplinar que, ao lado de um rigoroso código disciplinar (RDE), de uma busca pelo controle sobre a vida profissional e privada dos militares e do nível de submissão em que se encontra a maioria dos integrantes do quartel, faz com que o 31º BIMtz, como uma Organização Militar, tenha como característica a existência de corpos dóceis. Esta docilização não se dá, porém, de forma como preveem as normas militares, havendo espaço para a resistência e a transgressão.